

ECOS DA RIO-92: CONSERVACIONISMO

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Conjunto de normas e técnicas destinadas a preservar na terra as condições favoráveis à vida e ao bem-estar do homem. O conservacionismo utiliza as leis científicas e as conquistas tecnológicas para preservação racional do meio ambiente. Em particular, vale-se dos conhecimentos da ecologia, ou seja, a parte da biologia que estuda as relações dos organismos com o ambiente – o solo, o ar, a energia solar, o clima e os outros organismo existentes em determinada região da Terra.

Os princípio básicos do conservacionismo foram formulados pelo ecologistas, ao sustentarem a necessidade de defender o equilíbrio entre a matéria viva e o meio ambiente, ao qual chamaram 'ecossistema'. Assim se assentaram os princípios da conservação dos solos, da flora, da fauna e das águas continentais. O conservacionismo considera os recursos naturais não no sentido econômico, mas apenas no que se relaciona com as condições ambientais.

No curso da história, pelo simples fato de sua presença na Terra, e dada a necessidade de criar condições necessárias à perpetuação da espécie, o homem atuou sobre o meio natural, modificando-o. Essa transformação, entretanto, não levou em conta as leis de conservação da natureza. Isso resultou no extermínio da fauna, na devastação ou degradação da flora, na alteração do regime das águas e do clima local, na erosão, lixiviação e empobrecimento do solo e, enfim, - grande mal da era contemporânea – na poluição.

A simples alteração de um elemento do ecossistema faz com que todo o conjunto seja afetado. Um dos exemplos mais claros desse fato está na relação entre a derrubada de matas e a modificação do regime de águas. A mata exerce o papel de uma verdadeira esponja; se desaparece, a evaporação da água das chuvas é muito mais rápida e a água de infiltração, não

sendo absorvida pelas raízes, penetra diretamente através do solo até o lençol aquático subterrâneo.

Os ambientes artificiais criados pelo homem – ditos ‘ambientes antropogenéticos’ – têm nas cidades a sua mais característica e conflituosa expressão. A concentração populacional nas cidades e o surgimento das megalópoles modernas suscitaram sérios problemas de defesa do meio ambiente.

O primeiro deles é a poluição do ar, que decorre de vários fatores: o lançamento de monóxido de carbono pelos motores dos automóveis; os gases e partículas lançados à atmosfera pelas chaminés de fábricas; a incineração do lixo etc. O alto índice de poluição, atestado pela presença do *smog* (palavra formada de *smoke* ‘fumaça’ e *fog* ‘neblina’), é nocivo à saúde do homem, particularmente às vias respiratórias. Medidas de controle têm sido adotadas, tais como a proibição do funcionamento dos incineradores de lixo nos prédios de apartamentos em grandes cidades.

A poluição das águas de rios e lagos, resultante do despejo de resíduos industriais, também causa grande danos ao meio ambiente. No Brasil, os casos mais típicos encontram-se no Estado de São Paulo, onde o extremo grau de poluição de rios como o Tietê começou a ser combatido.

Outro mal das grandes aglomerações urbanas é a poluição sonora, que afeta o sistema nervoso de numerosas pessoas, pela transposição do nível de ruído (decibéis) tolerável pelo ouvido humano.

Fonte: Informe Especial

ECOS DA RIO-92: **BIODIVERSIDADE DO PLANETA**

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

O termo, popularizado na Rio-92, designa a diversidade de espécies que vivem em determinado ambiente. Quanto maior for a variedade de organismos encontrada, maior será o grau de estabilidade de ecossistema, isto é, sua capacidade de resistir a interferências externas tendentes a alterar-lhe o equilíbrio dinâmico. Calcula-se que haja no mundo entre 10 e 30 milhões de formas de vida, das quais até hoje apenas 1.390.992 são conhecidas, segundo dados do Worldwatch Institute. Mais da metade de todos os seres vivos habita as florestas tropicais que cobrem cerca de 20% das terras do planeta.

Há muito se conhece a utilidade desses seres para o homem. Foi, porém, o recente advento da biotecnologia que despertou a atenção para os tesouros que se escondem nas florestas sob a forma de plantas, peixes, animais, insetos e outros organismos que, mediante a manipulação genética, proporcionam valiosa matéria-prima para a fabricação de remédios, alimentos e novos materiais.

Dono da maior parte dessa biodiversidade, os países em desenvolvimento passaram a querer participar dos lucros obtidos pelos grandes laboratórios com a exploração do manancial biológico encontrado em seus territórios. Foi por isso que a biodiversidade causou tanta controvérsia na Rio-92, com a recusa dos EUA em assinar a convenção a respeito do assunto. Os EUA lideram a indústria de biotecnologia, que movimenta anualmente US\$ 200 bilhões e não quer abrir mão das patentes e da propriedade industrial dessas tecnologias. No entanto, Alemanha, França, Reino Unido e Japão, que têm importantes indústrias biotecnológicas, assinaram o documento.

Firmada por 112 nações, a Convenção da Biodiversidade, além de propor a preservação dos ecossistemas, fixou regras para o uso sustentável e a distribuição justa dos benefícios obtidos pela exploração dos recursos genéticos. Em termos gerais, seus 42 artigos cobrem os seguintes pontos: os países devem cooperar, diretamente ou através de organismos internacionais, no que diz respeito à conservação e ao uso da diversidade biológica; para tanto, têm de criar áreas protegidas e estabelecer condições de cooperação financeira, visando à

execução de estratégias de conservação nos países em desenvolvimento.

O documento também recomendou a realização de estudos destinados a reduzir o impacto dos empreendimentos econômicos sobre a biodiversidade; tais estudos, além de estarem abertos à participação da sociedade, devem estimular a troca de informações entre os diversos países. As nações têm o direito soberano de estabelecer leis próprias para disciplinar a exploração de seus recursos genéticos, que só podem ser utilizados mediante sua autorização. Os países detentores de tecnologias relevantes para a conservação e o uso sustentável e o uso sustentável da diversidade biológica devem facilitar sua transferência para os demais signatários da Convenção. Do mesmo modo, estes devem promover a cooperação científica entre si, através de instituições nacionais e internacionais. Finalmente, cada país deve prover, segundo sua capacidade individual, suporte financeiro e incentivos às atividades que contribuam para o sucesso da Convenção; aos países desenvolvidos cabe fornecer recursos que permitam às nações em desenvolvimento arcar com os custos das medidas recomendadas pelo documento.

Fonte: Informe Especial

ECOS DA RIO-92: **A ESPERANÇA DE UM NOVO MUNDO**

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Sucesso ou fracasso? As opiniões sobre os resultados da Eco-92, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro de 3 a 14 de junho de 1992, variavam bastante, conforme a expectativa e o ângulo de visão de cada um. Os mais pragmáticos, que esperavam sair do evento com medidas

concretas, decepcionaram-se. O desabafo do então secretário brasileiro do Meio Ambiente, José Goldemberg, resumiu bem esse estado de espírito: “Discutiu-se muito semântica, deixando de lado as questões que realmente importavam: metas e compromissos. O texto aguado das declarações do Rio e das Florestas são exemplos dos pontos negativos desta conferência; forma feitas tantas concessões diplomáticas para que esses textos pudessem ser finalizados, que perderam a força”.

Ao mesmo tempo, examinando-se a questão por outro ângulo, a Rio-92 (como preferiam chamá-la a imprensa e o governo do Estado do Rio de Janeiro), pelo simples fato de realizar-se, foi um sucesso. Afinal, conseguir a adesão de 178 países e fazer com que mais de 100 chefes de estado e de governo, 6.000 delegados oficiais, 8.000 jornalistas e cerca de 30.000 representantes de organizações não governamentais cruzassem o mundo para participar de uma discussão sobre o meio ambiente foi um fato sem precedentes.

A Eco-92 representou um marco por diversos outros motivos. Foi o primeiro exemplo de entendimento e cooperação em escala realmente planetária. A adesão maciça dos governos e a mobilização da opinião pública demonstraram a cristalização da consciência a respeito de uma ameaça comum toda a humanidade. Reconheceu-se que a pobreza em que vivem imensos contingentes humanos constitui importante fator de degradação do meio ambiente. E que o consumo desenfreado das populações ricas contribui para a exaustão dos recursos do planeta. Também chegou-se à conclusão de que, com o auxílio da tecnologia, é possível conciliar a conservação da natureza com o desenvolvimento econômico.

A Eco-92 consumiu cerca de dois anos e meio de preparativos, durante os quais realizou-se uma série de reuniões em que se elaboraram os documentos a serem discutidos e firmados no Rio de Janeiro. Dois deles tinha valor jurídico (que sujeita os infratores a serem julgados à luz do direito internacional): as Convenções sobre a Diversidade Biológica (ou Biodiversidade) e sobre as Alterações Climáticas. Os Três outros – a Agenda 21 e as declarações do Rio e da

Florestas – manifestam apenas pontos de vista e intenções de ação futura.

Fonte: Informe Especial

ECOS DA RIO-92: **A DECLARAÇÃO DO RIO**

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

A Declaração do Rio já chegou pronta à conferência e não sofreu alterações, apesar dos protestos dos EUA e de Israel contra o princípio, aplaudido pelos palestinos sobre direitos dos povos ocupados. Todos os povos têm o direito de atingir o desenvolvimento, afirma o documento. Os estados são soberanos na exploração de seus recursos, mas têm a responsabilidade de evitar que atividades sob sua jurisdição afetem outros países. A erradicação da pobreza é essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável e garantir os interesses de todas as nações. Os países têm responsabilidades comuns, porém diferenciadas, para conservar, proteger e restaurar o meio ambiente; as nações desenvolvidas reconhecem sua responsabilidade maior em buscar o desenvolvimento sustentável, por poluírem mais e terem maiores recursos financeiros e tecnológicos. Os padrões de consumo e produção insustentáveis devem ser eliminados.

A declaração, firmada por 178 governos, também recomenda que os países desenvolvidos promovam a transferência de tecnologia para as nações em desenvolvimento e conclama os estados a criarem leis que defendam o meio ambiente, além de assumirem a responsabilidade por danos causados além de suas fronteiras.

Fonte: Informe Especial

ECOS DA RIO-92: A CONVENÇÃO E O CLIMA

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Em relação ao texto original levado para debate, a Convenção do Clima saiu prejudicada em dois aspectos principais. Primeiro porque, devido à pressão dos EUA durante as negociações iniciais, os objetivos do documento reduziram-se a um só: diminuir a emissão de gases causadores do aquecimento global. Segundo, não foram fixados prazos para o cumprimento das diversas recomendações. Mesmo assim, representou importante conquista ao estabelecer um regime de cooperação internacional baseado em mecanismos consensuais de controle.

A convenção conclamou os países signatários a protegerem o clima dentro dos princípios da igualdade e de acordo com suas responsabilidades e capacidades diferenciadas. As nações desenvolvidas devem assumir a liderança do combate às mudanças climáticas e aos seus efeitos negativos. Também se salientou brasileiro Washington, Ruben Ricúpero, conseguiu-se montar um frágil entendimento. Manteve-se o percentual de 0,7% do PIB, mas o prazo de cumprimento dessa meta ficou sendo o ano 2000 ou um vago 'o mais breve possível'. O controle e a revisão dessas metas foram empurrados para o futuro, ficando a cargo de uma recém-criada Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU. O aumento de capital da IDA, reconhecido como necessário pelos próprios países ricos, também foi tratado de forma geral e imprecisa. Os pobres, por sua vez, foram contemplados com a promessa dos ricos de que teriam maior participação nas decisões do GEF. Também se falou sobre a possibilidade de esquemas de alívio da dívida externa coordenados internacionalmente; os países credores, porém, insistiam em que os novos projetos fossem submetidos a seu controle e supervisão.

ECOS DA RIO-92: **A AGENDA 21**

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Esse documento, talvez o mais 'badalado' da Rio-92, tentou unir ecologia e progresso num ambicioso modelo de desenvolvimento sustentável, conceito que significa um tipo de desenvolvimento econômico compatível com a capacidade de sustentação proporcionada pela Terra, sem extrair seus recursos.

A Agenda 21 procurou retratar o panorama contemporâneo, com as disparidades existentes entre nações ricas e pobres e as calamidades sociais, tais como a pobreza, a fome e a ignorância, além da delegação ambiental. Com um total de 40 capítulos, o documento prega a união de todos os países com vistas à melhoria global da qualidade de vida.

A Agenda 21 propôs várias medidas. Para obter recursos financeiros adequados, tratar da dívida internacional e incentivar políticas econômicas favoráveis ao meio ambiente, a Agenda 21 pregou a liberalização do comércio. Para o combate à pobreza, recomendou medidas de controle populacional e o aprimoramento dos serviços de saúde e educação, além da concessão da plenitude de direitos às mulheres, aos povos indígenas e às comunidades locais, de modo a permitir-lhes acesso a todos os padrões sustentáveis de vida. No que tange à proteção da saúde humana, a Agenda 21 enfatizou o atendimento das necessidades primárias, o controle das doenças transmissíveis, o combate das doenças que ocorrem nos centros urbanos, a redução dos riscos trazidos pela degradação ambiental e a proteção de grupos vulneráveis como crianças, mulheres, povos indígenas e populações muito pobres.

Atendendo aos apelos dos países africanos, a Agenda propôs a convocação, para 1993, de uma Convenção sobre Desertificação. Com relação à biodiversidade e à biotecnologia, o documento além de garantir aos países fornecedores ou de

origem direitos de patente sobre a comercialização de recursos genéticos, preconizou também a criação de normas de segurança e ética para a manipulação de recursos genéticos. Estabeleceu ainda que os produtores desses recursos seriam responsáveis pelos danos causados a países compradores. A Agenda 21 também recomendou o estabelecimento de uma coordenação internacional que regulamentasse a comercialização de produtos tóxicos, para garantir maior segurança em sua utilização.

Fonte: Informe Especial

ECO-92: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Uma proposta de desenvolvimento é sustentável quando a velocidade da inevitável agressão ambiental é menor do que a velocidade com que a natureza consegue reagir para compensar esses danos. O modelo econômico atual, baseado no consumismo exacerbado gera a exaustão dos recursos naturais e reduz o rendimento energético do sistema produtivo, devido ao aumento da entropia. A consequência é que a demanda de energia cresce até a exaustão dos recursos naturais, o que acelera a entropia. Forma-se então, um círculo vicioso. Exclusão social: 1,2 bilhão de pessoas no mundo vivem em miséria absoluta. Os EUA têm menos de 4,5% da população mundial e "torram" 30% do consumo planetário de recursos naturais; um automóvel para cada 1,2 habitante. 80% do comércio internacional se realiza entre os países ricos; A dívida externa dos países mais pobres supera 1 trilhão de dólares; Os países desenvolvidos com 20% da população mundial, consomem perto de 85% dos bens produzidos.

É preciso mudar o Modelo Predatório e Excludente

O novo caminho é o Desenvolvimento Sustentável

A aplicação da Agenda 21, documento, assinado por 170 chefes de Estado durante a ECO-92, propõe o planejamento de ações de curto, médio e longo prazos baseadas em metas, recursos e responsabilidades definidas através de parcerias com a sociedade civil e Poder Público. Em seu capítulo 18, a Agenda 21 trata da proteção da qualidade e do abastecimento dos recursos hídricos. Este novo caminho passa por gestar um modo de produção solidário entre os homens e em harmonia com a natureza, seguindo um padrão de desenvolvimento que não reproduza modelos de consumo insustentáveis, que privilegiam a obtenção de lucro e ampliam o processo de degradação do meio ambiente. Uma sociedade mais cooperativa, uma economia solidária, com ênfase no valor de uso dos bens, em oposição a ênfase ao valor de troca, à sociedade do deus mercado. O homem como integrante da biodiversidade numa visão holística, em oposição a visão antropocêntrica do planeta.

- Integrar os excluídos;
- Nova inserção na divisão internacional do trabalho a partir das vantagens comparativas do Brasil;
- Interromper a reestruturação industrial neoliberal que concentra renda, gera desemprego e sobrecarrega os trabalhadores;
- Construir as cidades auto-sustentáveis ;
- *O Projeto Brasil 21 será o resultado da contribuição de todos, exercendo amplamente a cidadania, a partir do novo paradigma: pensar o desenvolvimento do país com justiça social e em harmonia com o meio ambiente.*

O Projeto Brasil 21: Uma nova ética para o desenvolvimento

Desastre Ecológico - Baía de Guanabara

O delicado ecossistema da Baía de Guanabara, formado por suas águas, rios e uma biodiversidade rica, típica de regiões quentes, é cortado por um intenso tráfego de navios petroleiros e por vários quilômetros de oleodutos por onde são bombeados milhões de litros de óleo continuamente. A invasão do ambiente circundante exige que instalações como o duto PE-II que sofreu

fratura e ocasionou o vazamento 1,3 milhões de litros de óleo, segundo a Petrobras, sejam submetidas a uma análise de risco ambiental rigorosa, desde as fases do projeto, da execução e da manutenção. Deve levar em conta, com seriedade, a vulnerabilidade do ecossistema e considerar na sua operação as medidas emergenciais para o desencadeamento de ações de combate no caso de vazamento com o mesmo rigor. Os impactos ambientais e sociais são muito maiores do que podemos imaginar. O óleo pesado despejado nos manguezais e águas da baía, espalhado e sedimentado pelos movimentos das marés e ventos, compromete de forma irreversível a cadeia alimentar dos peixes, dos crustáceos, das aves, dos répteis e mamíferos que vivem no entorno das áreas afetadas. O óleo pode persistir nesse ambiente por 10 a 20 anos e, nesse processo, algumas espécies podem estar dizimadas de tal forma que estariam, praticamente, extintas. E isso sem falar na imagem manchada, literalmente, do cartão postal que é a Baía de Guanabara.

Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio de Janeiro – 1992

A Eco 92 proclama que os seres humanos estão no centro das preocupações sobre desenvolvimento sustentável e têm direito a uma vida saudável, produtiva e em harmonia com a natureza. A Declaração do Rio e a Agenda 21 destacam que é preciso satisfazer equitativamente as necessidades relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento das gerações futuras e atuais. A Declaração do Rio clamou pelo estabelecimento de uma nova aliança mundial comprometida com a sustentabilidade ambiental. O texto faz referência explícita aos padrões de produção e consumo como fatores da degradação ecológica. A linguagem adotada pela CNUMAD combina sistematicamente a noção de desenvolvimento sustentável com o princípio de crescimento econômico sustentado. Embora criticada por atores não governamentais - que a consideram

contraditória - esta terminologia seria reiterada em todas as conferências subsequentes.

A CNUMAD também aprovou dois instrumentos de direito internacional - o Tratado de Clima e o Tratado de Bio-Diversidade - cuja ratificação pelo Brasil exige a adequação da legislação nacional. Finalmente, estabeleceu um mecanismo especial para financiamento para programas de proteção e recuperação ambiental, o Global Environmental Facility (GEF), sob a gerência do Banco Mundial. Depois de 1992 o protocolo do tratado de clima foi negociado duas vezes: em Kioto, em 1997 e em Buenos Aires, em 1998, mas ainda não há um acordo final.

Fonte: Rio Plus

DOSSIÊ DA PF ACUSA LINDNER, COORDENADOR DA RIO-92, DE USO IRREGULAR DE DINHEIRO

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

A Polícia Federal encaminhou “às autoridades competentes”, entre as quais o governador do Rio, Leonel Brizola (PDT), um dossiê sobre as irregularidades e malversações praticadas pelo coordenador internacional do Fórum Global, o suíço Warren Lindner, que teria se utilizado da Rio-92 para beneficiar a instituição ambiental por ele criada e dirigida na Suíça, a Our Common Future (Nosso Futuro Comum).

O dossiê foi montado a partir de denúncias formuladas por entidades ecológicas européias e norte-americanas, que repassaram subvenções para o financiamento do Fórum Global.

De acordo com as denúncias, tal dinheiro não foi registrado na contabilidade que deveria ser criada para o evento. As somas enviadas foram, no entanto, parar na conta do Our Common Future. Sua instituição teria recebido, por exemplo, os créditos enviados pelo governo holandês (US\$ 500

mil), pelo governo britânico (US\$ 600 mil), pela Comunidade Européia (US\$ 100 mil) e pelo governo de São Paulo (US\$ 500 mil).

Segundo o documento apurado pela Agência Estado, diante do alerta feito depois das primeiras investigações, de que a conta do Fórum Global era a mesma da Our Common Future, a Companhia Vale do Rio Doce decidiu não repassar aos cofres dessa entidade estrangeira a ajuda de US\$ 500 mil que reservava para a realização da grande quermesse das ONGs. A Vale teria resolvido que pagaria diretamente as contas que lhe fossem apresentadas naquele valor. A mesma precaução teria sido tomada pela Petrobras e pela Secretaria de Meio Ambiente.

O porta-voz da Petrobras, Rogério Coelho Neto, afirmou que a empresa doou, US\$ 300 mil para patrocinar as atividades do Fórum Global. O dinheiro foi depositado numa agência do Banco do Brasil, em Brasília, na conta do Programa das Nações para o Desenvolvimento (Pnud). A Petrobras desconhece, segundo Coelho, informações de que Lindner teria desviado quantias doadas por organismos internacionais para a organização que dirige na Suíça.

Procurada, a direção da Vale do Rio Doce informou ter doado US\$ 400 mil para a realização do Fórum Global. De acordo com a Vale, o dinheiro foi entregue por intermédio do Pnud, há 15 dias. A empresa informou desconhecer notícias sobre irregularidades praticadas por Lindner.

Lindner também é acusado de haver promovido “golpes de superfaturamento” na compra de material e na contratação de serviços para o funcionamento do Fórum Global. Há também denúncias de despesas que não realizou, como o “aluguel” de seu escritório do Hotel Glória. Na verdade, a direção do hotel colocou gratuitamente um escritório à disposição de Lindner desde julho do ano passado.

O escândalo foi pressentido, segundo o documento, a partir do momento em que Lindner passou a exercer pressões junto ao sete grandes países industrializados – o G7 – para conseguir os recursos necessários à manifestação das ONGs no Rio. Nesse movimento, quem aparecia como órgão representativo do Fórum era sua associação, com sede na

Suíça. De acordo com Osvaldo Maneschy, da assessoria de imprensa do Palácio Guanabara, o governo do Estado está trabalhando há um ano com a equipe do Fórum Global. "Nunca ouvi ninguém do governo colocar em dúvida a lisura de qualquer uma destas pessoas", afirmou.

A PF deverá, entre outras providências, solicitar o bloqueio das contas bancárias da Our Common Future na Europa, EUA, Japão e América Latina. Para não perturbar o desenrolar da Rio-92, há entre as autoridades brasileiras o consenso de que o "dossiê Lindner-Our Common Future" só deverá ser aberto quando a Rio-92 acabar.

Coordenador do Fórum nega desvio de verba

O coordenador internacional do Fórum Global negou as acusações contidas no documento preparado pela Polícia Federal. "Trata-se de uma grande e maldosa mentira", reagiu nervosamente. "Temos dois contadores, fazemos a contabilidade em computadores que fornecem listagens diárias e ainda contamos com a assessoria da Price Waterhouse, uma das mais respeitadas empresas de auditoria", disse. "É impossível levantar qualquer acusação de irregularidade."

Lindner exibiu um recibo do Banco Bamerindus, agência do Catete, no Rio de Janeiro, comprovando um depósito do governo holandês de CR\$ 2.720.588.235,00, no dia 25 de março, a título de doação ao Fórum Global.

Lindner negou-se a fornecer qualquer documento antes de consultar seus advogados. "Todas as nossas contas são transparentes, pois a ONU, através do Pnud, é extremamente rigorosa no controle de doações."

A irada reação de Lindner recebeu apoio do diretor do IPC (International Press Center ou Centro Internacional de Imprensa), Steve Yolen. "A contabilidade é transparente. Os recibos bancários provam isso."

DENÚNCIA CONTRA ORGANIZAÇÃO DA ECO-92 É ACATADA

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

O juiz Wanderley de Andrade Monteiro, da 17ª Vara Federal do Rio, acatou a ação popular contra a organização da Eco-92 proposta pela deputada federal Regina Gordilho (PRP-RJ). A deputada suspeita de irregularidades na concorrência.

Em seu despacho, o juiz deu um prazo de 20 dias para que os organizadores da conferência apresentem os documentos na ação popular. O juiz determinou que um procurador da República passe a atuar no caso.

Em sua ação, Gordilho afirma que não obteve do Grupo de Trabalho Nacional (GTN, que organiza a Eco-92) os documentos relativos à contratação da empresa Certame, que venceu a concorrência para gerenciar as obras no Riocentro, sede da Eco-92. Gordilho suspeita que haja ligação entre a Certame e os ex-coordenador do GTN, Luiz Octávio Themudo. O secretário-executivo do GTN, Flávio Perri, nega a fraude.

Apesar de ter acatado a ação, o juiz Wanderley de Andrade Monteiro não concedeu a liminar que suspenderia a contratação da Certame e o crédito de qualquer verba da União para a empresa. Caso o juiz a tivesse concedido, haveria uma paralisação das obras.

Em Brasília, o secretário interino de Meio Ambiente, José Goldemberg, isentou o Ibama da suspeita de omissão diante das denúncias de corrupção no órgão. Depois de ter recebido o relatório da comissão de inquérito que apurou as denúncias e que propôs a demissão de quatro funcionários, Goldemberg atribuiu a omissão ao ex-secretário José Lutzemberger,.

Fonte: Folha de São Paulo
Redação

'DEMOCRATIZAÇÃO' DO FUNDO VERDE PROVOCA POLÊMICA

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

A última questão em aberto relativa aos financiamentos é o Global Environment Facility (GEF) do Banco Mundial, um fundo de menos de US\$ 1 bilhão criado no ano passado para financiar os quatro temas globais do ambiente (efeito estufa, camada de ozônio, biodiversidade e oceanos). Já existe um acordo de princípio para triplicar o GEF (Fundo Verde) em três anos e atender programas de desertificação e desmatamento. Também na última versão da proposta de entendimento do embaixador brasileiro em Washington, Rubens Ricúpero, consta uma reestruturação do Fundo Verde para torná-lo transparente aos pobres e com possibilidade de ser acompanhado pelos ricos. Esse ponto, apelidado de "democratização", é um dos mais polêmicos.

Tensão

A expectativa da chegada dos chefes de Estado e governos criou considerável tensão nas negociações, em parte presenciada pelo secretário-geral do Comitê Principal da Rio-92, Tommy Koh, que pela manhã se reunirá com o chanceler Celso Lafer e o presidente Fernando Collor. Ele suspendeu todas as outras reuniões, ontem à tarde, à espera de um possível acordo na questão financeira. Aparentemente, ninguém quer colocar o próprio chefe de governo em dificuldades.

Semblantes preocupados e suados mostravam sobretudo os representantes dos países pobres, que em declarações aos jornalistas na porta do Riocentro, repetiam sempre que as negociações não eram satisfatórias. Os norte-americanos, por seu lado, condicionavam a aceitação da Declaração do Rio à solução das questões financeiras.

"Nós estamos fazendo progressos mas as conversas estão muito carregadas", declarou o segundo homem da

delegação norte-americana, o subsecretário adjunto para assuntos econômicos do Departamento de Estado, Michael Young.

Hoje é o dia decisivo, quando os resultados terão de ser apresentados para a aprovação na reunião plenária do Comitê Principal da conferência da ONU.

Fonte: Estado de São Paulo
Redação

CRÍTICAS A DOCUMENTOS MARCARAM **ÚLTIMA SESSÃO DA RIO-92**

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

O presidente Fernando Collor usou o mesmo tom conciliador com que marcou todos os seus pronunciamentos nos últimos 12 dias para encerrar oficialmente a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, a maior reunião internacional já realizada no mundo. "Valeu a pena. Estamos no rumo certo e chegaremos lá", disse o presidente, antes de ser aplaudido de pé, na última sessão oficial da conferência. Collor repetiu declarações feitas momentos antes pelo secretário-geral da ONU, Boutros Ghali, e disse que o mundo não será o mesmo daqui para a frente.

A 19ª sessão plenária cumpriu o protocolo e ofereceu uma nova oportunidade para que as delegações presentes ao Riocentro pudessem elogiar "a competência do governo brasileiro" na organização do encontro. Mas os discursos de agradecimentos foram aos poucos substituídos por críticas a alguns dos principais documentos preparados durante a conferência.

Os Estados Unidos, por exemplo, exigiram que o relatório final que será apresentado na próxima Assembleia-Geral da ONU, em setembro, contemple as restrições dos norte-americanos a vários trechos da Declaração do Rio, da

Declaração de Princípios sobre Florestas e a capítulos da Agenda 21. A Arábia Saudita também protestou contra o fato de os seus pontos de vista não terem sido acolhidos, o que espera conseguir agora no relatório final. No caso dos sauditas, a grande queixa está no Capítulo 9 da Agenda 21, que procura estabelecer bases para a transição energética.

Inconformismo

Kuwait, França, Argentina, Colômbia e Palestina também apresentaram monções de "inconformismo" com decisões contempladas na Agenda 21. Uma votação simbólica feita pelo presidente Collor impediu a leitura em plenário dos adendos que esses países pretendem incluir no relatório final da Rio-92. As críticas foram encaminhadas por escrito ao ministro das Relações Exteriores da Nigéria, indicado relator-geral da conferência.

"O Rio é apenas uma etapa de um longo caminho que teremos de percorrer", analisou Boutros Ghali, ao reconhecer que alguns dos acordos feitos durante a conferência ficaram abaixo das expectativas. Ele considerou "um marco histórico" as convenções sobre Biodiversidade e Alterações Climáticas, referendadas por mais de 150 países.

Hoje o mundo sabe muito mais que há 12 dias que as questões do meio ambiente e do desenvolvimento não podem ser separadas", disse Color. O presidente conclamou os países a acabarem tanto com "a poluição consciente, reflexo da primazia do interesse econômico de curto prazo", quanto com a inconsciente que, segundo ele, é resultado da pobreza, da ignorância da luta pela sobrevivência.

Fonte: Estado de São Paulo
Robson Pereira

CONHEÇA OS GRANDES DOCUMENTOS DA RIO-92

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Agenda 21

O documento vai definir as ações concretas que deverão ser adotadas mundialmente para a preservação do ambiente, transferências de recursos e de tecnologias. Há divergências sobre o montante que os países ricos devem transferir para os países pobres de modo a garantir o desenvolvimento sustentado.

Convenção de Mudanças Climáticas

O objetivo do documento é estabelecer os programas de proteção da atmosfera, de modo a se reduzir a emissão de gases que podem estar alterando o clima do planeta. O dióxido de carbono (CO₂) e os CFCs – estes responsáveis pela destruição da camada de ozônio – são os dois principais vilões. Há divergências entre os países industrializados sobre o CO₂: os europeus querem limitar as emissões; os Estados Unidos, os maiores poluidores, não aceitam limites.

Convenção sobre Biodiversidade

Visa a preservação das espécies vivas, com ênfase para aquelas em extinção. Também não há consenso entre ricos e pobres. Países Terceiro Mundo reivindicam algum tipo de compensação financeira pelo aproveitamento econômico de suas reservas biológicas pelas empresas do mundo desenvolvido. Estas descartam esses mecanismos de compensação.

Os Estados Unidos se recusam a assinar a convenção, acertada recentemente em Nairóbi, no Quênia.

Declaração do Rio

O documento terá 27 princípios ecológicos. Também não há consenso. Os países em desenvolvimento se queixam de

alguns pontos que impedem seu acesso às novas tecnologias não-poluidoras. Os ricos querem cobrar por isso. A questão das florestas também é polêmica. Os países ricos querem instituir normas internacionais para supervisionar seu uso. Os pobres não aceitam perder a soberania sobre suas florestas.

Fonte: Estado de São Paulo
Chico Otávio/Moisés Rabinovici/Paulo Sotero

CONHEÇA OS DEZ MANDAMENTOS DA ECO-92

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

A ECO92 foi a grande e histórica Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992, com a participação de grupos, entidades e líderes de todo mundo, desde as grandes potências a pequenos grupos de povos.

Veja a seguir, os dez grandes temas propostos e assinados na conferência:

- Proteger as florestas
- Limpar a atmosfera
- Banir o CFC
- Vigiar as indústrias
- Preservar mares e rios
- Combater a miséria
- Desenvolver sem destruir
- Evitar a desertificação
- Controlar as usinas nucleares
- Difundir novas técnicas

Os resultados concretos, algum tempo depois

Atropelada pela recessão mundial, a histórica Rio-92 continua sem merecer gritos de comemoração e pouco de concreto se tem feito até agora. Os problemas se agravam e os países ricos continuam faltando com duas promessas fundamentais: *recursos financeiros* e facilidades de acesso à *tecnologia* de ponta para os projetos ambientais.

- 10 intenções (em 1992)
- 10 indefinições (hoje)
- Em que pé estão os grandes problemas do mundo.
- Buraco no Ozônio

A destruição da camada de ozônio continuou mobilizando os cientistas. Vários países anunciaram o fim das emissões de CFC, o gás que destrói o estudo que protege o planeta dos raios ultravioleta. A nave espacial Discovery trouxe dados novos.

Água contaminada

A epidemia de cólera como o problema da água em países pobres é fundamental. Na França surgiram movimentos de solidariedade ao povo peruano, e todos os recursos são usados para colocar água potável nas favelas ameaçadas pela cólera.

Desmatamento

Os países ricos começam a admitir a inclusão das florestas temperadas num tratado que antes só se preocupava com a preservação das matas tropicais. Algumas nações asiáticas, porém, continuam resistindo a qualquer compromisso.

Superpopulação

Considerado um dos temas mais importantes para uma conferência como o Eco-92, o crescimento populacional ganhou pouco espaço nos documentos finais.

Lixo Atômico

O Brasil defende a proibição da transferência de lixo tóxico de um país para outro. Não há controle do material nuclear no Leste europeu. Greenpeace enuncia que 110 usinas têm problemas potenciais no reator, inclusive Angra I.

Alterações Climáticas

Primeira convenção a ser assinada na Eco-92, com o principal objetivo de reduzir as emissões de gás carbônico na atmosfera, só conseguiu até agora 14 ratificações. Precisa de 50. Previsões de entrada em vigor: meados de 1995.

Falta de Conscientização

A onda verde viveu altos e baixos. Na Alemanha houve certo declínio dos partidos ecológicos. Na França, os verdes tiveram menos votos que o Partido Comunista. Na Itália, a questão ambiental ganhou força. Pontos positivos: eleição de Albert Gore como vice nos EUA e criação da Cruz Verde Internacional.

Montanhas Ameaçadas

Nos debates oficiais, o tema não avançou muito. Alguns especialistas aconselham a formação de grupos de voluntários agindo em nível local e livres da burocracia como melhor caminho para salvar as montanhas. No Brasil, foi criado o movimento SOS Três Picos, em Friburgo, e acontecem esforços para salvar o Parque Nacional de Itatiaia. Mas nada de concreto foi feito em relação ao Pico da Neblina, região disputada por garimpeiros que ocupam as terras indianas.

Espécies em Extinção

A Convenção da biodiversidade, que prevê ajuda econômica e tecnológica aos países que detêm as maiores reservas animais e vegetais do mundo - fonte de remédios e outros produtos vitais - passou um ano empacada, mas pode

desencalhar. Das 30 assinaturas que precisa para entrar em vigor, recebeu apenas seis.

Desertificação

Foi a grande conquista dos africanos na Eco-92, que conseguiram trazer este tema para a agenda das preocupações mundiais. Grandes flagelos como a da Somália contribuem para dramatizar o problema. A grande dificuldade é que a ajuda humanitária nos países africanos acaba alimentando as pequenas guerras. No Brasil, o ano foi marcado pela ascensão de figuras políticas que só se interessam pela exploração do problema da seca, e não pela solução.

Fonte: Rio Plus
Jacques Marcovitch/Umberto G. Cordani/Eneas Salati

COMUNIDADE AMPLIA ACORDO SOBRE CLIMA E EXIGE RAPIDEZ

*Mundo
Rio de Janeiro – Brasil
Junho de 1992*

O chefe da delegação europeia, Laurens Jan Brinkhorst, antecipou para a imprensa os quatro pontos da declaração com que a Europa marcará a assinatura na Convenção sobre Mudanças Climáticas. São eles: a Europa espera que a ratificação da Convenção ocorra o mais rapidamente possível; a Europa apóia a redução das emissões de dióxido de carbono aos níveis de 1990 no ano 2000; os países europeus apelam pela imediata execução do acordo. Por fim, a comunidade europeia convida todos os demais países a traduzir a Convenção para suas políticas nacionais.

Jan advertiu que a palavra "soberania", elevada a seu sentido "mais absoluto", poderá impedir que o mundo encontra soluções conjuntas para os problemas globais. E explicou: "Toda

questão de soberania nacional é muito delicada. Ninguém aqui quer atacar ou mudar soberanias nacionais. No campo do meio ambiente, porém, soberania pode, em termos, ser uma contradição. A Europa passou por várias guerras neste século. E finalmente aprendemos um meio decente de trabalharmos juntos”.

Fonte: Estado de São Paulo
Redação

COMO NASCEU O TERMO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

"Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades".

Esta definição foi apresentada em 1986 pela Comissão Brundtland - grupo designado pelo Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Consta no Relatório *Nosso Futuro Comum*, elaborado por esta comissão. A repercussão foi forte, a ponto de inspirar a realização da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), no Rio de Janeiro.

Mas, na verdade, o conceito do Desenvolvimento Sustentável nasceu bem antes. Pesquisadores apostam que ele foi consequência de eventos da década de 1960, quando especialistas de vários países reuniu-se na Itália, para debater o futuro do Planeta. Este grupo, conhecido como *Clube de Roma*, publicou o estudo "Limites do Crescimento".

Cheio de números sobre crescimento econômico e consumo de recursos naturais, este estudo provava que, se o consumo continuasse a crescer no ritmo de então, a Humanidade acabaria com os recursos disponíveis, o que levaria à destruição da própria espécie humana....

O susto foi grande e até influenciou as conclusões da *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano*

promovida pela ONU, em Estocolmo, Suécia, em 1972. O documento final foi severo, ao pedir respeito ao meio ambiente.

Ao lado disso, criou-se o termo *ecodesenvolvimento*, para definir um compromisso que conciliasse o aumento da produção, pleiteada pelos países pobres, com o respeito aos ecossistemas, necessário para preservar a vida na Terra.

O estudioso José Manuel Naredo tem uma história curiosa: segundo ele, foi Ignacy Sachs, então consultor da ONU, quem propôs o termo *ecodesenvolvimento*, que chegou a ser adotado oficialmente num evento da própria ONU no México em 1974. Só que Henry Kissinger, então chefe da diplomacia do governo norte-americano, não gostou. Foi aí que se sugeriu a expressão *Desenvolvimento Sustentável*

Fonte: Rio Plus

COMEÇA A RIO-92 E JUNTO COM ELA A DISPUTA ENTRE O NORTE E O SUL

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Depois de 20 anos, a ONU volta a patrocinar uma conferência sobre meio ambiente. A reunião que começou em 3 de junho de 1992 no Rio, com a presença de representantes de 178 países, mais de 100 chefes de Estado e Governo e cerca de 30 mil pessoas direta ou indiretamente envolvidas na luta pela preservação ambiental, tem um objetivo ambicioso: salvar o planeta Terra. A necessidade desse encontro nasceu de uma constatação que se fortaleceu ao longo das últimas décadas – a de que os recursos naturais se esgotam e que o preço do crescimento econômico desenfreado é alto demais. Ele é pago com a destruição da camada de ozônio que protege os seres vivos da radiação ultravioleta, a elevação da temperatura do planeta em função da alta concentração de dióxido de carbono na atmosfera, a extinção de milhares de espécies animais e vegetais, o aumento dos desertos, o esgotamento dos recursos

hídricos, e, acima de tudo, o risco de que a vida, como a conhecemos, desapareça da face do planeta.

De boas intenções, a Rio-92 está cheia. Propostas não faltam, inclusive as que partem das organizações não-governamentais, que pela primeira vez na história, são convidadas a participar de uma conferência sob a bandeira das Nações Unidas. O problema é que a economia do globo não pode parar para que o planeta seja limpo. Trata-se de encontrar um meio termo, um modelo de desenvolvimento capaz de, ao mesmo tempo, garantir a qualidade de vida de mais de 5 bilhões de seres humanos – isto é, o crescimento econômico – e não provocar uma catástrofe ecológica no planeta. A grande pergunta da Rio-92 é quem vai pagar a conta da limpeza da Terra. De um lado estão os países do hemisfério Norte, as grandes potências industrializadas, responsabilizando o Terceiro Mundo pelo uso indiscriminado de recursos naturais. De outro estão os países pobres, acusando os ricos de não repassar a tecnologia necessária para essa exploração da natureza seja feita de forma mais racional. E mais limpa.

Dois dos grandes acordos que devem ser ratificados na conferência do Rio – o da Biodiversidade e o das Mudanças Climáticas – perderam muito do conteúdo original durante as negociações que antecederam a reunião, em função dos interesses dos países ricos, sobretudo dos Estados Unidos. Impor limites rígidos para as emissões de CO₂, alegou o presidente George Bush, significaria investimentos altos para a indústria dos EUA – o maior poluidor do planeta – e risco de desemprego. O mesmo raciocínio usado para que norteamericanos se recusassem a assinar o acordo da biodiversidade: o setor de biotecnologia está crescendo e o país disposto a pagar pela utilização do rico patrimônio genético do Terceiro Mundo.

Mas é no Rio que serão discutidas as questões mais polêmicas, a Agenda 21, um programa de metas ambiciosas onde os países ricos se comprometem a apoiar o crescimento dos pobres, sem que estes sejam obrigados a arruinar o meio ambiente. É a busca do desenvolvimento sustentado. O confronto começa hoje.

COLLOR ABRE RIO-92 COM APELO A PAÍSES RICOS

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Conferência pretende definir estratégias para sustar a degradação ambiental e criar condições para o desenvolvimento sustentado

Com um chamamento solene às nações do mundo ao estabelecimento de um novo padrão de cooperação internacional, o presidente Fernando Collor abre, hoje às 10 horas, a 2º Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Riocentro. A ambição da Rio-92 é proporcionar aos problemas que levaram sua convocação, em 1989, pela Assembléia Geral da ONU. Trata-se de preparar estratégias e medidas para sustar a degradação ambiental e formular critérios para o desenvolvimento sustentado, um conceito lógico, louvável e inevitável, mas cuja existência continua no reino da teoria.

Nunca uma conferência internacional teve objetivos tão ousados. Ao final de quase dois anos e meio de reuniões preparatórias que assoberbaram milhares de negociadores e observadores pela complexidade dos temas, a Rio-92 instala-se com um acervo de idéias e promessas que talvez mesmo os otimistas não previam ser capazes de produzir no início dos trabalhos.

Exame integrado

Com todas as suas deficiências, a fase preparatória mostrou, pela primeira vez, que é possível a governos, grupos de cidadãos, organismos internacionais e empresas trabalharem juntos num exame integrado de certos problemas mundiais graves. Os resultados, a serem proclamados durante o maior conclave de líderes mundiais já realizado, nos dias finais da conferência – encerra-se dia 14 -, certamente não satisfarão completamente a nenhum dos participantes.

Os países em desenvolvimento terão motivos para se queixar da pouca disposição das nações ricas de assumir compromissos mais claros na transferência de recursos financeiros e tecnológicos e no controle mais rigoroso de seu poluidor padrão de produção. Estas, tacharão de irrealistas as expectativas das nações pobres.

Os Estados Unidos, que aguardam uma convenção sobre mudanças climáticas, um dos principais documentos a serem assinados no encontro, e anunciaram que boicotarão um encontro, sobre a preservação da biodiversidade do planeta, começam a Rio-92 isolados, no papel de vilões. As discussões deverão evidenciar ainda algumas diferenças importantes entre Washington e outras capitais ricas.

Início do processo

Por modesto que seja o desfecho, dificilmente, contudo, ele poderá ser ignorado. “A Rio-92 não será o fim de um esforço, mas apenas o início de um processo”, afirmou o vice-presidente e economista-chefe do Banco Mundial, Lawrence Summers. Se a primeira reunião ecológica da ONU, 20 anos atrás, em Estocolmo, reconheceu a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, a Rio-92 procurará estabelecer os primeiros critérios práticos para integrar essas duas dimensões.

Para o bem e para o mal, há diferenças marcantes entre uma reunião e outra. Lestes Brown, um dos pioneiros do movimento ecológico americano e diretor-executivo do World Watch Institute assinala duas delas. “Ao contrário de Estocolmo, os Estados Unidos não estão na liderança da

discussão”, disse ele. “No Rio, os países pobres não estão na posição exclusiva de beneficiários, pois também têm algo que os ricos precisam desesperadamente: cooperação. Agindo sozinho, nenhum país, por poderoso que seja, poderá estabilizar os efeitos da poluição apenas dentro de suas fronteiras.”

Visão estimulante

No que vai dar? O secretário-geral do Itamaraty, embaixador Luís Felipe de Seixas Corrêa, oferece uma visão realista mas ao mesmo tempo estimulante da conferência. Primeiro grande exercício de cooperação internacional pacífica depois do colapso do comunismo, “a Rio-92 é o começo de algo que não sabemos o que é”, disse ele. “As negociações refletem a perplexidade de uma nova ordem internacional que está ainda sendo negociada. Estamos negociando sem os constrangimentos ideológicos do passado mas sob parâmetros que não conhecemos.”

Que mais de 120 chefes de governo tenham se interessado em participar de um exercício de final tão incerto apenas valorizar a conferência, pois confirma a importância que a questão ambiental tem, em casa, para cada um deles.

Fonte: Estado de São Paulo
Paulo Sotero

CINCO MIL PESSOAS VÃO À PRAIA PARA ASSISTIR À CERIMÔNIA

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Em cerimônia que reuniu cerca de 5 mil pessoas na praia do Flamengo, zona Sul do Rio, foi aberto oficialmente ontem o Fórum Global 92, o encontro paralelo à Rio-92,

promovido pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs) ligadas às atividades de proteção da natureza e desenvolvimento sustentado. O palco montado ao lado do Parque do Flamengo foi pequeno para as autoridades, artistas e líderes de movimentos ecológicos. O ministro da Educação, José Goldemberg, foi vaiado quando foi anunciado que representava o presidente Fernando Collor.

O governador do Rio, Leonel Brizola e de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, também participaram da cerimônia. As apresentações foram feitas pelo ator Roger Moore (o 007) e pela atriz Regina Duarte. O presidente de Portugal, Mário Soares, foi o único chefe de Estado presente. A primeira-ministra da Noruega e presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Gro Harlem Brundtland, discursou depois de ouvir a mensagem de uma criança de seu país, que chegou ao Rio a bordo do navio Gaia. "Os adultos são responsáveis pelo que ocorre às crianças hoje e têm a responsabilidade de trabalhar por um futuro melhor", disse.

O navio viking Gaia saiu há um ano da Noruega e viajou pelo mundo com a incumbência de coletar mensagens de crianças aos líderes reunidos no Fórum Global 92, Warren Lindner, disse que há um ano os organizadores não imaginavam um encontro de grande magnitude. A cerimônia terminou pouco depois das 18 horas, com a apresentação dos cantores Gilberto Gil e Alcione e de sambistas da escola mirim da Mangueira.

Fonte: Estado de São Paulo
Paulo Sotero

CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DE 118 PAÍSES CHEGAM PARA A RIO-92

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

George Bush – O presidente Bush chegará à Base Aérea do galeão às 22h30 de quinta-feira, com partida prevista para as 16h do sábado. Não se sabe onde ficará hospedado. Pode ficar com a delegação no Hotel Sheraton, no próprio avião ou em uma das duas ilhas visitadas pela sua segurança, no litoral do Rio.

François Mitterrand – O recorde de permanência mínima entre os 118 chefes de Estado e de governo que estarão no Rio esta semana será do presidente francês François Mitterrand. Ele ficará no Brasil apenas oito horas e vinte minutos: deve chegar às 10h40 do sábado e ir embora às 19h do mesmo dia.

Helmut Kohl – O primeiro-ministro da Alemanha, Helmut Kohl, chega hoje às 19h45 e vai embora no sábado, as 20h. Amanhã, Kohl estará em São Paulo para visitar a feira de tecnologia ambiental montada no Anhembi, que tem a participação das mais importantes empresas alemãs, como a Siemens e Volkswagen.

John Major – O primeiro-ministro da Grã-Bretanha, John Major, chegará no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro na quinta-feira, às 15h, e retorna às 16h de sexta-feira. O primeiro-ministro japonês, Klichí Miyazawa, fica 33 horas e 50 minutos no Rio: chega 9h10 de sexta-feira e fica no Rio até às 19h do sábado.

Fidel Castro – Por questão de segurança, não se sabe o dia e a hora que o presidente cubano Fidel Castro chega ao Rio. A informação será dada com duas horas de antecedência. Ignora-se também onde ele ficará hospedado e quanto tempo passará no País. Os agentes que prepararam a visita já voltaram a Havana.

CARTA DA TERRA: AS RESOLUÇÕES DA ECO-92

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Este documento define alguns princípios básicos, que podem ser resumidos assim: “A paz, o desenvolvimento e a proteção do meio ambiente são interdependentes e inseparáveis”. Há uma ligação íntima entre três fatores: a Política, a Economia e a Ecologia, que devem caminhar obrigatoriamente juntos. Não pode haver paz no planeta e nem proteção ao ambiente, se a pobreza continuar existindo em tantas regiões. Erradicar a pobreza é tarefa de todos os Estados. Os países ricos consomem os recursos naturais de forma exagerada; por isso, são os que mais poluem. Cabe a eles uma parcela importante nos esforços para se conseguir um desenvolvimento sustentado, pelas tecnologias de que dispõem e pelos recursos financeiros que deverão investir. A Carta da Terra propõe um espírito de cooperação mundial para restabelecer, proteger e conservar a saúde do Planeta Terra.

Planejando o Século XXI - A AGENDA 21

contém os compromissos visando ao próximo século. O documento tem uma pauta bastante abrangente e compreende temas como a preservação dos cursos de água, dos oceanos, da biodiversidade, o problema da desertificação. Porém, o grande problema da Agenda 21 se refere à sua execução, que demanda elevados recursos. Neste ponto os acordos não foram muito conclusivos. Até agora o mundo se comprometeu a dar entre 6 e 10 bilhões de dólares para a limpeza do planeta, o que é nitidamente insuficiente, já que seriam necessários 125 bilhões de dólares para iniciar este processo! Uma das metas aceitas pelos países ricos é destinar 0,7% de seu PIB, até no máximo o ano 2000. Foi debatida a diminuição da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, em troca de projetos na área de

preservação ambiental. Os países credores insistem em supervisionar a aplicação dos recursos em novos projetos.

Convenção da biodiversidade

Basicamente, o tratado que foi assinado por 153 países, mas não pelos Estados Unidos, diz que conservar a biodiversidade requer financiamentos para os países em desenvolvimento; que estes países devem ter acesso à tecnologia para explorar sua riqueza biológica; que eles conservem a autoridade para permitir o acesso a seus recursos genéticos, devendo, porém, facilitar esse acesso para usos ecologicamente corretos.

Tratado sobre mudanças climáticas

O principal ponto discutido foi a emissão de gases, como o CO₂, que contribuem para o efeito-estufa. Houve uma tentativa de resolução no sentido de que os países reduzissem em 20% as emissões de gases de estufa, principalmente CO₂, até o ano 2000. A Alemanha promete reduzir essas emissões em até 25%. Os EUA e os países árabes se opuseram. Outro tema controverso: a destruição da camada de ozônio. Por pressão das indústrias dos países desenvolvidos retardou-se uma deliberação no sentido de se evitar o uso de CFCs. Deu-se um prazo considerável para o desenvolvimento das pesquisas que visam à substituição dessas substâncias.

A Eco+5

Em 1997 foi realizada no Rio de Janeiro a ECO+5 – conferência que fez o balanço da ECO-92. Nela, foram elaborados os pontos principais da Carta da Terra que se espera seja aprovada pela ONU no ano 2000, após longa discussão pelos países envolvidos. O documento elaborado em 1997 contém 18 itens. Inicia-se assim: “De forma solidária entre todos e com a comunidade da vida, nós, os povos do mundo, comprometemo-nos à ação orientada pelos seguintes princípios inter-relacionados...”

As ONGs

São as ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS. Paralelamente ao evento oficial ECO 92, ambientalistas de todo o mundo e sociedades de proteção ao meio ambiente, como a famosa Greenpeace, realizaram uma série de reuniões e eventos, um dos quais foi chamado FÓRUM GLOBAL. No mundo todo, essas organizações tiveram um papel extremamente importante na conscientização ecológica da população, além de funcionarem como elemento de pressão sobre os governos, forçando-os a tomar atitudes relacionadas à proteção do meio. Durante a RIO-92, o FÓRUM GLOBAL conseguiu assento e voto em quase todas as discussões oficiais, além do direito de participar de muitos programas de conservação e de campanhas educativas. Decidiram ainda organizar uma rede mundial de informações a respeito de problemas ecológicos. Entre outras coisas, as ONGS recomendam principalmente mudanças no esquema de consumo da sociedade moderna; acham que os sistemas econômicos devem se concentrar na produção de bens básicos, e não na de supérfluos.

Fonte: Rio Plus
Jacques Marcovitch/Umberto G. Cordani/Eneas Salati

BRASIL SAI DA CONFERÊNCIA COM US\$ 4,1 BILHÕES

*Mundo
Rio de Janeiro – Brasil
Junho de 1992*

A concentração de chefes de Estado e dirigentes de organismos de crédito na Rio-92 pode não ter assegurado todos os recursos necessários à preservação ambiental no planeta, mas garantiu US\$ 4,1 bilhões ao Brasil. "Foi uma demonstração de que é possível levantar recursos para projetos de desenvolvimento e preservação", comentou o ministro da

Economia, Marcílio Marques Moreira. Ele alertou, porém, que os recursos serão liberados em períodos diferentes, de acordo com a execução dos projetos.

A conta brasileira pode ser maior se forem considerados cerca de US\$ 1,5 bilhão que o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano (BID) se comprometeram a liberar para a compra de títulos do governo dos Estados Unidos. Mais tarde, estes títulos serão apresentados como garantia ao pagamento dos bancos credores, conforme ficou acertado nas conversas com o presidente Fernando Collor.

Durante o encontro do Rio, o ministro Marcílio comprovou mais uma vez seu prestígio junto ao presidente.

Ele articulou e coordenou as principais reuniões com representantes estrangeiros, principalmente aquelas em que as explicações sobre o programa econômico brasileiro tiveram mais peso. As conversas com os primeiros-ministros da Inglaterra e da Alemanha, que anunciaram a liberação de US\$ 300 milhões para projetos de preservação ambiental e a mensagem do primeiro-ministro japonês, Kiichi Miyazawa que não veio à Rio-92, foram exemplos de sucesso dos encontros.

Apoio de Bush

Os representantes da Alemanha, Inglaterra e Japão manifestaram apoio ao programa econômico e compreensão diante das dificuldades do País, que pretende não ceder "além do possível" nas negociações com os banqueiros internacionais segundo um diplomata. No jantar em homenagem ao presidente dos Estados Unidos, George Bush, no Palácio das Laranjeiras, ele também teria se comprometido a interceder junto aos banqueiros para acelera o fechamento do acordo com o Brasil.

As divergências entre os próprios norte-americanos têm dificultado o acordo com os credores privados. "Não se pode ceder com todos os bancos e em pontos diferentes", definiu o ministro Marcílio que, com habilidade política, solicitou apoio dos Estados Unidos na questão.

A conversa com Bush não chegou a envolver “nenhum pedido explícito”, como esclareceu Marcílio. Bush, segundo o ministro, “anotou os comentários” e assegurou que acompanharia mais de perto as negociações.

Despoluição

Nas reuniões no Palácio das Laranjeiras, chamado de Planaltinho, o presidente Collor também obteve a garantia de que o Bird concederá US\$ 1,06 bilhão ao financiamento de projetos de despoluição ambiental no período 92/93. O BID destinará no mínimo US\$ 1,7 bilhão, com a promessa de ampliar para US\$ 2,2 bilhões os recursos destinados ao Brasil.

O Eximbank do Japão garantirá US\$ 300 milhões para modernização de despoluição industrial e outros US\$ 30 milhões para a compra de um supercomputador que analisará problemas climáticos e devastações no Brasil.

O embaixador do Japão no Brasil, Yasushi Urazumi, também anunciou que a agência de crédito Overseas Economic Corporation Found (OECF) liberará US\$ 780 milhões. Os recursos serão destinados a projetos de despoluição do rio Tietê e da baía de Guanabara e de construção de uma usina de processamento de lixo na região metropolitana de São Paulo. O anúncio superou as expectativas do governo brasileiro, que estimava uma ajuda de, no máximo, US\$ 700 milhões.

BID oficializa financiamento

Em cerimônia presidida pelo presidente Collor, o Banco Interamericano (BID), oficializou a concessão de um empréstimo de US\$ 750 milhões destinados ao desenvolvimento do turismo no Nordeste. O empréstimo que havia sido anunciado na semana passada pelo presidente do banco, Enrique Iglesias, eleva para US\$ 1 bilhão o total a ser destinado à região – ou outros US\$ 250 milhões serão financiados pelo governo brasileiro.

Os governos dos Estados de Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba participaram da cerimônia. José

Agripino Maia, do Rio Grande do Norte disse que os recursos serão destinados a obras de infra-estrutura nas fronteiras entre os estados

Fonte: Estado de São Paulo
Beatriz Abreu

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES BRASILEIRAS EM DIREÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL APÓS A RIO-92

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Introdução

Ao término da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, foram assinados os mais importantes acordos ambientais globais da história da humanidade, a saber: as Convenções do Clima e da Biodiversidade, a Agenda 21, a Declaração do Rio para Meio Ambiente e Desenvolvimento, e a Declaração de Princípios para Florestas.

Apesar de tais esforços e de tais compromissos, dúvidas são expressas quanto ao efetivo controle dos impactos ambientais, à diminuição da pobreza no mundo, e ao uso sustentável dos recursos naturais. Em março de 1997, o mesmo Rio de Janeiro estará sediando outra importante conferência, a Rio+5, organizada pela sociedade civil para avaliar os resultados de cinco anos de esforços no sentido de implementar os acordos da Rio-92.

Por solicitação do Presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, que também preside o Conselho Nacional da Rio+5, a Academia Brasileira de Ciências e o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo organizaram um *workshop* com a finalidade de produzir um

documento abrangente, contendo posições de cientistas e profissionais brasileiros em relação a várias temáticas que deverão ser abordadas na Rio+5.

Desta forma, reuniram-se no município de Embu, SP, entre 19 e 21 de janeiro de 1997, cerca de 40 acadêmicos e pesquisadores nacionais, especialistas de muitas áreas, incluindo alguns integrantes da área governamental e alguns representantes de organizações civis (ONGs). Para a ocasião, foram preparados nove documentos básicos, cujos autores tiveram a oportunidade de expor e discutir suas posições com os demais participantes do evento. A presente obra é o resultado das mencionadas interações, e inclui, além dos documentos básicos atualizados como resultado das discussões, colaborações complementares, oferecidas espontaneamente pela maioria dos participantes.

Este texto introdutório contém um resumo-síntese das principais ações brasileiras efetuadas nos cinco anos posteriores à Rio-92, com base nas exposições e discussões ocorridas no workshop do Embu. Deve ser esclarecido, porém, que esta síntese retrata a visão particular de seus autores a respeito do assunto, sendo a escolha das matérias nela incluídas de sua inteira responsabilidade, visto que os temas tratados durante o evento foram múltiplos e complexos. Para uma visão completa dos temas, e das opiniões dos diversos autores nem sempre convergentes, sugerimos a leitura completa dos diversos capítulos da presente obra, bem como dos documentos complementares.

Convenção Climática, energias alternativas e reflorestamento

A convenção Climática, cujo objetivo principal é o de estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, foi ratificada pelo Congresso Nacional em 28 de fevereiro de 1994 e entrou em vigor para o Brasil em 29 de maio do mesmo ano, com o respectivo depósito do instrumento perante o secretário-geral das Nações Unidas. Em 21 de junho de 1994, no mesmo Decreto Presidencial que criou a CIDES (Comissão Interministerial de Desenvolvimento Sustentável), foi

estabelecida junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia uma estrutura responsável pela coordenação da implementação da convenção no país, ou seja a Coordenadoria de Mudanças do Clima.

A primeira e principal tarefa dessa Coordenadoria é a realização da assim chamada Comunicação Nacional, que constará da apresentação, pelo Brasil, do inventário das emissões antrópicas por fontes emissoras e setores da economia, das remoções por sumidouros de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, bem como de uma descrição geral das providências tomadas ou previstas para a implantação da convenção no país.

Para isto, muitos especialistas pertencentes a diversas instituições brasileiras tais como a CETESB, a COPERSUCAR, a EMBRAPA, a ELETROBRÁS, a PETROBRÁS, várias Universidades, o INPE, diversos setores ministeriais, como o IBAMA, e muitas outras organizações, estão colaborando na elaboração do inventário, o qual deverá estar completado antes de 1999, para integrar a Comunicação Nacional para as Nações Unidas.

Embora os países em desenvolvimento não tenham o compromisso de reduzir suas emissões de gases, o Brasil formula e implementa alguns programas que contêm medidas para mitigar as mudanças climáticas. É o caso, por exemplo, do programa de substituição de gasolina por álcool (PROÁLCOOL), da criação do CONPET e do PROCEL, ou de iniciativas estaduais de implantação de programas específicos sobre mudanças climáticas, como o PROCLIMA, coordenado pela CETESB no Estado de São Paulo.

Pode ser mencionada também a experiência brasileira na educação, capacitação e sensibilização da população para a problemática do clima, e também a existência de ações e medidas públicas e não públicas que vêm sendo exercidas por setores da sociedade, de forma pouco articulada, mas que contribuem para educar a população, e em alguns casos mitigar emissões de gases de efeito estufa, no país.

De um modo geral, a contribuição total do Brasil para o efeito estufa é pouco significativa no presente (cerca de 2% das emissões globais atuais), mas as necessidades de energia do

país deverão crescer consideravelmente caso este consiga diminuir a pobreza existente em muitos de seus espaços. Por outro lado, a matriz energética brasileira apresenta atualmente aspectos ambientais favoráveis, em virtude de grande participação da biomassa, e da geração hidroelétrica e da expectativa de uma maior utilização do gás natural como fonte energética. Com relação à indústria, a educação ambiental deverá estimular a implantação voluntária de sistemas de gestão ambiental *no regrets*, voltados para a limitação do crescimento nas emissões dos gases de efeito estufa. Finalmente, reflorestamento poderá ser empregado no país como técnica de seqüestro de gás carbônico.

Fontes renováveis de energia são amplamente pesquisadas e parcialmente implementadas, no Brasil, com ênfase nos aspectos ambientais, e particularmente visando reduzir a poluição atmosférica causada pelo gás carbônico, durante a queima de combustíveis fósseis. Presentemente, mais da metade da energia produzida no país provém de fontes renováveis tais como a biomassa (lenha e produtos de cana), com 28,1%, e a hidráulica, com 43,4%.

Inovações tecnológicas estão melhorando o desempenho do etanol, com a utilização de novas variedades de cana, mais produtivas, ou com a utilização de novas misturas para veículos, compostas em grande parte de metanol (MEG). Entretanto, subsídios expressivos ainda se fazem necessários para o PROÁLCOOL. Isto torna necessário otimizar a tecnologia, bem como o gerenciamento da colheita e conversão da biomassa em seus produtos finais. No caso do bagaço de cana, este ainda é pobremente utilizado nas usinas, apesar de seu alto valor energético. Diversas tecnologias estão sendo estudadas para o seu melhor aproveitamento.

Outros tipos de biomassa estão sendo testados em situações de inovação tecnológica, tais como a produção integrada de carvão vegetal e eletricidade. Em localidades isoladas e estudada a utilização de óleos vegetais (como o óleo de dendê) em motores a diesel. No caso da lenha, combustível utilizado como energético importante no setor doméstico, e também no setor industrial, as disponibilidades de solo, clima e

tecnologia asseguram uma oferta potencial elevada, mesmo nas regiões ambientalmente mais críticas.

Energia solar elétrica está sendo testada em vários empreendimentos no norte e nordeste do país, mas também em São Paulo e Paraná, onde há negociações para a instalação de células solares para residências. Vários grupos, especialmente em universidades e/ou centros de pesquisa, estão realizando pesquisas em células solares, em sistemas solares fotovoltaicos, e em energia solar térmica. O maior problema ainda é o custo dos módulos solares, mas inovações tecnológicas estão em curso. Outra técnica que está sendo estudada é a da utilização da energia termo-solar para produção de eletricidade. O Projeto Piloto de 1 MW foi desenvolvido pelo CEPEL/FBDS, com tecnologia original do Instituto Weizmann de Israel, e será instalado no semi-árido nordestino. Finalmente, energia eólica está sendo considerada seriamente, em muitos estados brasileiros, os quais buscam atualmente identificar os sítios mais promissores para as instalações de aerogeradores. O mercado potencial para tais empreendimentos é enorme, em vista da grande quantidade de pessoas sem acesso à energia elétrica, em sítios isolados do país.

Pelo exposto, energias alternativas têm sido estudadas e efetivamente utilizadas no Brasil, mitigando o problema da poluição atmosférica oriunda da queima de combustíveis fósseis. Esta situação faz com que o país possa propor projetos internacionais denominados "Ações Implementadas Conjuntamente" (AIJ), que tem o poder de valorizar programas de energia alternativa, se for agregado o custo de agressão ao meio ambiente no valor dos energéticos. O Brasil tem se posicionado no fórum internacional de forma desfavorável a tais ações, deixando de aproveitar situações aparentemente muito favoráveis.

Florestas plantadas tem sido instaladas e gerenciadas, no país, em conexão com grandes empreendimentos ligados à indústria de papel/celulose, mas não há projetos, na área governamental, de reflorestamento como técnica de seqüestro de gás carbônico, que poderiam ser incluídos nas ações relativas à Convenção Climática. Idéias neste sentido tem sido avançadas

mesmo antes da Rio-92, como é o caso do Projeto FLORAM, "Florestas para o Meio Ambiente", elaborado pelo IEA-USP no final da década de 80.

O projeto FLORAM preconiza a retirada biogênica do gás carbônico em excesso na atmosfera por meio da fotossíntese em espécies arbóreas de crescimento rápido, desde que a área total a ser atingida pelo reflorestamento seja muito grande, da ordem de 20 milhões de hectares. Em vista do tamanho da área necessária para o projeto, este indica os espaços da região oriental do Brasil que poderiam ser viáveis para as plantações propostas, levando em conta as realidades geográficas regionais e setoriais do país. Do projeto foram excluídas aquelas áreas que poderiam sofrer impactos negativos em relação a florestas plantadas, tais como os espaços florestados da Amazônia e do Pantanal Mato-grossense, e todas as sub-áreas de espaços agrários comprovadamente rentáveis.

A referência básica para o Projeto FLORAM foi a da floresta social (*social forestry*), num modelo tripartite que prevê uma somatória de pequenos e médios espaços para florestas plantadas, ao lado de espaços reservados para atividades agrárias rentáveis, e espaços reservados para reflorestamento com espécies nativas da região. No caso de grandes plantações para empresas com interesses industriais, o projeto sugere que tais áreas não ultrapassem 20000 hectares, para evitar o estabelecimento de grandes tampões de florestas homogêneas localizadas, que prejudicariam a continuidade e a melhoria das atividades agrárias, de interesse social mais amplo.

Seria importante se os princípios do Projeto FLORAM pudessem ser acolhidos como políticas públicas pelos responsáveis governamentais das ações decorrentes da Convenção Climática. Por outro lado, o esforço do Brasil em executar mega-reflorestamentos para seqüestro de gás carbônico atmosférico muito pouco adiantaria se não fosse acompanhado por outros países, de climas adequados, e com grandes áreas disponíveis, como por exemplo a China, a Austrália, a África do Sul, a Venezuela, etc. etc.. Neste sentido, o país poderia propor parcerias internacionais para melhoria e reequilíbrio da composição da atmosfera.

Implementação da convenção da biodiversidade

A Convenção sobre Diversidade Biológica, que busca essencialmente a compatibilização entre a proteção dos recursos biológicos e o desenvolvimento social e econômico, foi ratificada pelo Congresso Nacional em fevereiro de 1994, ficando o Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal com a responsabilidade do cumprimento do estabelecido na convenção. Desta forma o Brasil, assim como os demais países membros das Nações Unidas que subscreveram a convenção, tem como compromisso elaborar programas de utilização sustentável e conservação da diversidade biológica.

Várias medidas e vários programas nesse sentido já vinham sendo mantidos na esfera federal, como por exemplo a conservação da biodiversidade *ex-situ*, pela EMBRAPA, ao constituir e manter bancos genéticos, ou a conservação da biodiversidade *in-situ* em unidades de conservação tais como Parques Nacionais, Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Reservas do Patrimônio Natural, e Reservas Extrativistas. Cabe assinalar que a maioria das unidades de conservação já existia antes de 1992, e apenas algumas poucas foram estabelecidas sob os auspícios da Convenção da Biodiversidade, após a conferência do Rio de Janeiro. Entre outras, merecem citação a Estação Ecológica de Mamirauá (AM), a Área de Proteção Ambiental Inhamundá (AM), a Área de Proteção Ambiental do Delta do Rio Parnaíba (MA, PI, CE), o Parque Estadual Corumbiara (RO), a Reserva Ecológica do Apiacá (MT).

Ainda sob os auspícios da convenção algumas medidas legais foram tomadas, a principal delas sendo o assim chamado "Protocolo Verde", segundo o qual qualquer pedido de crédito junto a uma instituição de financiamento do Sistema Federal seria considerado tendo em vista o possível impacto ambiental resultante do uso final do empréstimo. Além disso, em outubro de 1996, após as notícias de que teria novamente aumentado a taxa de desmatamento na Amazônia, foi instituída uma Medida

Provisória do Governo Federal, que obriga os proprietários rurais a conservarem 80% das matas existentes em suas propriedades.

Antes da Rio-92, programas ambientais de grande porte eram coordenados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), com recursos geralmente provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros, menores, do Banco Mundial e do KfW. Em dezembro de 1994 foi instituído o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO) para apoiar a implementação de projetos sob os auspícios da Convenção da Biodiversidade. Nos anos subsequentes foram desenvolvidas negociações entre o Brasil e o Banco Mundial (Global Environmental Facility - GEF), para a criação de mecanismos de apoio a parcerias entre agências governamentais, organizações não-governamentais (ONGs), instituições acadêmicas e empresas privadas, objetivando a conservação e uso sustentável da biodiversidade. De tais negociações surgiram o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO), e o FUNBIO, que deveria assegurar recursos para projetos prioritários de biodiversidade, mas funcionando fora do domínio governamental, para maior agilidade e para evitar restrições à sua liberdade de atuação.

Embora a própria existência do Pronabio, do Probio, e do Funbio seja altamente positiva, os entraves burocráticos, os poucos recursos financeiros, e a falta de uma melhor orientação e coordenação a nível nacional, fizeram com que nenhuma destas ações esteja funcionando plenamente. De positivo temos a abertura para a participação da sociedade, através das ONGs, embora a responsabilidade do Estado na proteção e no uso sustentado da biodiversidade permaneça, tal como preconizado na Constituição brasileira, bem como no próprio texto da convenção.

Recentemente foi instituído, e encontra-se em andamento, o Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais do Brasil, chamado abreviadamente de PP-G7, que recebe recursos do Rain Forest Trust Fund, do Banco Mundial. Entre seus projetos específicos, estão os de Parques e Reservas, o de Reservas

Extratvistas, o de Projetos Demonstrativos, e o de Manejo Florestal.

No caso de Parques e Reservas, está sendo proposta a constituição de seis grandes corredores ecológicos (cinco na Amazônia e um na Mata Atlântica), que representam uma sucessão de mosaicos de unidades de conservação com diferentes finalidades, e pelo menos um objetivo de proteção ambiental. A extensão territorial, nos seis corredores, é da ordem de 6 milhões de hectares, uma fronteira decisiva em termos da defesa da biodiversidade. No caso das Reservas Extrativistas, dos Projetos Demonstrativos e dos projetos de Manejo Florestal, pretende-se, além da preservação da diversidade biológica-genética, o bem estar das populações que vivem nas áreas naturais onde mais concentrada está essa biodiversidade.

A implementação da agenda 21

Cada um dos quarenta capítulos da Agenda 21 propõe bases para ações no âmbito global. São objetivos, atividades, instrumentos, necessidades de recursos humanos e institucionais. A Agenda estruturada em quatro grandes temas enfatiza grandes dilemas da humanidade: a questão do desenvolvimento, com suas dimensões econômicas e sociais, os desafios ambientais que tratam da conservação e gestão de recursos naturais, o papel dos atores e dos grupos sociais na organização da sociedade humana e finalmente os meios de implantação das iniciativas e projetos que revelam os conflitos e os riscos da fragmentação social.

A descrição detalhada dos quarenta títulos que compõem a Agenda 21 carece de indicadores e metas. Avaliar significa comparar o planejado ao realizado. A ausência de indicadores e metas torna, portanto, difícil a avaliação periódica e objetiva. Apesar disto esta avaliação é possível. A responsabilidade comum levou várias comunidades locais, países e regiões a adotar iniciativas na direção proposta pela Agenda 21. No período 92-97 alguns avanços são visíveis, os

quais estão, no entanto, muito aquém do necessário e do esperado.

As expectativas criadas ao término da reunião do Rio resultaram de uma ampla mobilização dos atores sociais em torno das evidências da degradação do meio ambiente. As reuniões preparatórias para a Rio-92, iniciadas no final dos anos 80, favoreceram o consenso, através da lógica do possível. Um consenso sólido com relação aos princípios a serem adotados, mas um consenso frágil quanto aos meios necessários para interromper a degradação do planeta e a dualidade sócio econômica crescente. Uma degradação que ameaça as condições de vida das gerações vindouras. Uma dualidade que aumenta as tensões políticas e os cancrs sociais.

No Brasil a estabilidade monetária, recém conquistada, permitiu alargar os horizontes da programação e das prioridades. Apesar disto, a grande turbulência política que resultou no *impeachment* do Presidente Collor levou o novo governo (Itamar) a ter um mandato relativamente curto após o término da conferência. O Ibama teve 13 presidentes em 7 anos e o Ministério do Meio Ambiente 4 ministros em 4 anos. Esta instabilidade prejudicou a continuidade administrativa e inibiu resultados mais condizentes com o espaço exitoso do Brasil na preparação da reunião.

Durante este período, o principal avanço parece ter sido a incorporação, pelo poder público local em vários municípios e estados da federação, de novos conceitos de desenvolvimento. Estes conceitos se materializam em órgãos especialmente constituídos, com a vocação de propor e acompanhar a Agenda 21 local. No âmbito federal, o CIDES foi criado mas não foi implantado. Isto mostra uma iniciativa do governo limitada pelas resistências de uma estrutura governamental despreparada para incorporação dos princípios contidos na Declaração do Rio. É bem verdade que a Agenda-21 é tão abrangente que permeia todo o sistema decisório do governo e da própria sociedade. Esta abrangência recomenda uma ampla discussão da agenda e a priorização de iniciativas pelas estruturas existentes, como é o caso, por exemplo, do "Protocolo Verde", adotado pelas instituições de financiamento.

Outros avanços também merecem destaque:

1- A conservação da natureza no Brasil passou a fazer parte do vocabulário de vários setores da sociedade: governo, empresas, universidades, associações civis, que buscam formas de harmonizar os problemas emergentes às questões ambientais. No âmbito empresarial a série ISO 14000 é um exemplo nesta direção. Várias empresas retornam a matérias primas de origem natural para facilitar a reciclagem ao término da vida útil do produto preparando-se para a série ISO 14.000.

2- A implantação do CPTEC -Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos- com capacidade de supercomputação, que está permitindo um significativo salto de qualidade observacional e modelística dos aspectos do tempo e do clima, bem como a escolha do INPE, em São José dos Campos, como sede do IAI - Instituto Interamericano para Pesquisas sobre Mudanças Climáticas.

3- O surgimento de iniciativas estaduais como o PROCLIMA, sendo implementado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo em parceria com a Universidade, setores industriais e outras organizações civis, e que propõe ações com repercussões previstas no setor econômico e social.

4- A criação do ANAMMA -Associação Nacional dos Municípios em Meio Ambiente- e a adoção de políticas públicas apropriadas em alguns municípios e especialmente em alguns estados brasileiros como por exemplo o Paraná e Minas Gerais.

Por outro lado, diversos fatores podem ser apontados, a criar dificuldades para a implementação da Agenda 21. Com efeito, as mudanças do contexto mundial nas dimensões política (desaparecimento das economias socialistas), econômica (mobilidade de capitais, produtos e serviços) e tecnológica (substituição da mão-de-obra humana pelos novos meios de produção) reduziram a importância relativa dos problemas

ambientais. Na percepção da sociedade isto não significa que eles se tornaram menos importantes, mas significa que novos problemas de segurança, como o terrorismo e o desemprego, têm atraído a atenção dos dirigentes. São problemas de curto prazo que invadem as agendas, deixando para o futuro as iniciativas propostas pela Agenda-21. No Brasil as indefinições quanto ao processo de reforma do Estado também têm reduzido a prioridade para as ações do desenvolvimento sustentável. Um exemplo está na inoperância de muitas das instituições dedicadas às questões ambientais e dos órgãos de coordenação. Sobre elas pendem o questionamento da emissão da Estado e a ineficiência herdada de fusões precariamente encaminhadas.

Além disso, as seguintes dificuldades ou problemas merecem citação:

1- Ausência da dimensão sócio-econômica no desenvolvimento de cenários que permitam uma análise mais clara de opções para o estabelecimento de políticas adequadas ao desenvolvimento sustentável. Com isto, inexitem diretrizes governamentais definidas para uma agenda de desenvolvimento sustentável, bem como compromissos e decisões políticas significativas nos diversos níveis de governo.

2- Falta de condições políticas para assegurar o funcionamento de conselhos (como o CONAMA) e garantir a implantação de mecanismos de coordenação como o CIDES, assim como a alocação de verbas adequadas ao meio ambiente, levando a carência de recursos financeiros mínimos para a implantação das medidas acordadas. No plano interno, a escassez de recursos é um grave problema, já que o cumprimento das obrigações previstas nos compromissos internacionais deve corresponder à existência de recursos no orçamento federal, para que o Brasil não fique sujeito às condicionalidades externas ao utilizar recursos do GEF ou de acordos bilaterais. No plano externo: salvo honrosas exceções, os países desenvolvidos estão passivos diante da urgência de estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na

atmosfera. Avanços mais significativos em termos de planos de mitigação por parte dos países em desenvolvimento ficam então condicionados ao cumprimento de metas pelos países desenvolvidos e na demonstração da sua efetiva liderança no processo.

3- Ameaças decorrentes do processo de privatização que podem privilegiar a análise de curto prazo e a análise microeconômica. A título de exemplo, tais ameaças implicam, no caso do setor elétrico, em privilegiar termelétricas em detrimento das hidrelétricas, as quais requerem investimentos maiores e prazos longos para a amortização dos investimentos.

Recomendações

Pelo exposto nos itens anteriores houve praticamente consenso, entre os participantes do workshop, que cabe dotar rapidamente o Brasil de um grupo de articulação nacional, sendo necessária neste grupo a presença não-governamental. Além disso, seria oportuno criar e manter grupos de políticas públicas para a sustentabilidade e organização da sociedade. O setor acadêmico, através das universidades, instituições de pesquisa e órgãos de fomento, também deveria ser trazido para o centro do diálogo governo/sociedade civil/setor produtivo, na definição de tais políticas e dos mecanismos de implementação dos documentos assinados durante a Rio-92. No âmbito local, oito municípios e alguns estados da Federação já avançaram nesta direção. Estas iniciativas locais podem inspirar o governo federal para a reformulação da CIDES e a sua operacionalização, com habilidade gerencial e recursos humanos qualificados.

Em complemento de uma articulação de âmbito nacional em prol do desenvolvimento sustentado, as seguintes recomendações merecem registro:

- Ampliação da discussão dos temas/compromissos da Rio-92 nos diferentes setores da sociedade e do Governo. Com a divulgação para toda a sociedade dos principais documentos resultantes da Rio-92, e compromissos brasileiros resultantes,

numa linguagem adequada aos mais diferentes interlocutores, é possível estabelecer estímulos e apoio aos níveis estadual e municipal para implementações da Agenda-21 local.

- O Brasil pode criar condições internas e externas para viabilizar seu ingresso no Anexo I da Convenção do Clima, que se refere aos compromissos para diminuir as emissões de gases de efeito estufa, deve também com cautela e de forma seletiva apoiar as ações de implementação conjunta (AIJ). Deve o Brasil usar o seu peso diplomático para conseguir mudanças na maneira como é feita a contabilidade do carbono. O país deve também assumir uma posição de liderança no sentido de diminuir ao mínimo possível as emissões de gases, no mundo, e elevar o rigor das medidas tomadas, ao invés de continuar bloqueando medidas nesse sentido.

- Definição de uma política nacional de prospecção e biotecnologia, aliada à conservação e preservação da biodiversidade, como forma de agregar a biodiversidade nacional ao processo de desenvolvimento. Além disso, é importante rever as atuais políticas florestais, que priorizam a importância da floresta como produtora de madeira, para um novo patamar onde os serviços ambientais da floresta sejam fundamentais, na implementação das Convenções do Clima e da Biodiversidade.

- Direcionamento dos recursos financeiros nacionais para estudos e projetos piloto que levem à solução de problemas voltados para a implementação das convenções. Desenvolvem-se assim mecanismos para tornar as organizações nacionais melhor capacitadas para a elaboração das políticas institucionais que possam melhor refletir os interesses do país. Nestes aspectos, a redução da poluição ambiental deve ser encarada como uma nova e importante atividade sócio-econômica.

- Os investimentos na capacitação de recursos humanos devem ser ampliados e voltados às ações de educação, controle

e gestão ambiental, necessários ao processo de implementação da Agenda 21.

A reunião do Rio despertou expectativas que foram modestamente alcançadas. Cabe agora retirar desta primeira avaliação diretrizes mobilizadoras que possam assegurar resultados mais promissores quando da próxima avaliação do que foi então denominado a cúpula da terra.

Fonte: Rio Plus

Umberto Giuseppe Cordani (1)/Jacques Marcovitch (2)/Eneas Salati(3)

(1)Diretor do Instituto de Estudos Avançados e Professor Titular do Instituto de Geociências da USP.

(2)Pró-Reitor de Cultura e Extensão, Professor Titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Coordenador da Área de Assuntos Internacionais do Instituto de Estudos Avançados da USP.

(3)Diretor Técnico da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável e Pesquisador do Centro de Estudos Ambientais da UNESP, Campus de Rio Claro/SP.

ATERRO DO FLAMENGO SE TRANSFORMA EM CENTRO CULTURAL DURANTE A RIO-92

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Uma semana depois de sua abertura, o Fórum Global, a série de eventos paralelos à conferência da ONU no Riocentro e que reúne as Organizações Não-Governamentais (ONGs), no Aterro do Flamengo, se transformou num grande centro cultural ao ar livre. De exposições de pintores brasileiros até as mais diferentes performances, há lugar para todo mundo transmitir seu recado ecológico ou fazer sua reivindicação social. Talvez, por isso, tenha gente fazendo de tudo para participar do Fórum. Vale a pena até “negociar” um crachá

de jornalista ou um bom papo com os recepcionistas.

O poeta e músico Silattian, um carioca de 32 anos, escolheu a Comissão Indígena Internacional, um dos espaços mais procurados pelos participantes, para fazer a sua manifestação "artístico-ecológica". Com ar zen, ele conta que decidiu tocar flauta e declamar seus poemas para dar mais amor ao movimento ecológico. "Estou dando um pedaço do meu amor para a conferência", acredita. Ele diz que há três dias vem mostrando seu trabalho em vários stands e até mesmo em algumas conferências do Fórum Global. "Estou feliz com o resultado, as pessoas têm parado para ouvir meu trabalho", disse.

Menos sorte está tendo o pintor argentino Ricardo Montagna, 38 anos. Há uma semana ele tenta negociar um dos 20 quadros que trouxe para vender durante a Rio-92.

Ricardo garante que seus quadros são todos ecológicos e se diz surpreso com o fato de ainda não ter feito nenhum negócio. "As pessoas estão preferindo comprar camisetas do que arte", reclama. Talvez a preferência se deva ao preço: as camisetas custam no máximo CR\$ 20 mil, enquanto os quadros do argentino vão de US\$ 50 a US\$ 150. Mas quem não consegue vender aproveita para mostra o que pode.

Vendas em baixa

Esse é o caso de um grupo de coreanos que também está expondo no gramado do Aterro do Flamengo. Como as vendas não andam bem, eles resolveram vestir um dos trajes típicos da Coreia e se apresentar a Sha Mool Nole Ee, uma dança tradicional daquele país. E quem não quis sair perdendo aproveitou a onda. Um grupo de adeptos do Hare Krishna decidiu defender sua causa tocando e cantando o Hara Mantra, um dos mantras mais conhecidos daquela religião. Fizeram sucesso. Pelo menos 50 pessoas pararam para ouvir e fotografar as mensagens dos religiosos.

O estudante Victor Paulo, 19 anos, aproveitou a oportunidade para engordar seu orçamento. Aluno da Escola Nacional com pernas de pau para divulgar o stand Tenda Pé no Chão. Misterioso, não quis revelar o valor do cachê, mas

garante que deu para comprar o material que estava faltando para a montagem de uma peça do grupo da Escola de Circo.

Há poucos metros de Victor Paulo, um grupo de capoeiristas fazia uma exibição especial para os participantes estrangeiros. "Viemos mostrar a tradição baiana", disse um dos rapazes que não quis se identificar.

Mas, nem tudo é festa. Os integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia fizeram uma passeata e prometem fazer vigília até que a conferência oficial, que está acontecendo no Riocentro, decida atender as reivindicações dos manifestantes. Eles querem que a discussão sobre a questão da moradia nos grandes centros urbanos seja incluída na pauta oficial da conferência.

Fonte: Estado de São Paulo
Rosângela Honôr

ECOS DA RIO-92: ECOSSISTEMAS AMBIENTAIS

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

No Brasil, são preservados diversos ecossistemas ambientais, que obedecem à seguinte classificação: parques nacionais (áreas de grande extensão, preservadas por seu valor científico, educacional ou recreativo); reservas biológicas (áreas de extensão variável, onde a utilização da fauna e da flora e as alterações no ambiente só são autorizadas para pesquisas científicas); estações ecológicas (áreas representativas de ecossistemas naturais, das quais apenas 10% podem ser utilizadas para pesquisa ficando os 90% restantes destinados à preservação); reservas ecológicas (áreas que têm por objetivo proteger amostras de ecossistemas) e áreas de proteção ambiental (voltadas para manutenção da vida silvestre – juntamente com seu respectivo potencial genético - , dos

recursos naturais nelas contidos e da qualidade de vida de seus habitantes). São os seguintes os ecossistemas ambientais protegidos, com sua perspectiva localização:

Parques Nacionais

Amazônia (PA/AM), Aparados da Serra (SC/RS), Araguaia (TO), Brasília (DF), Cabo Orange (AP), Caparaó (ES/MG), Chapada Diamantina (BA), Chapada dos Guimarães (MT), Chapada dos Veadeiros (GO), Emas (GO), Grande Sertão: Veredas (MG/BA), Iguaçu (PR), Itatiaia (RJ/MG), Jaú (AM), Lagoa do Peixe (RS), Lençóis Maranhenses (MA), Marinho dos Abrolhos (BA), Marinho de Fernando de Noronha (PE), Monte Pascoal (BA), Monte Roraima (RR), Picaás Novos (RO), Pantanal Matogrossense (MT), Pica da Neblina (AM), São Joaquim (SC), Serra da Bocaina (SP/RJ), Serra da Canastra (MG), Serra da Capivara (PI), Serra do Cipó (MG), Serra do Divisor (AC), Serra dos Órgãos (RJ), Sete Cidades (PI), Superagui (PR), Tijuca (RJ) e Ubajara (CE).

Reservas Biológicas

Abufari (AM), Atol das Rocas (RN/MA), Augusto Ruschi (Es), Comboios (ES), Córrego Grande (ES), Córrego do Veado (Es), Guaporé (RO), Gurupi (MA), Jaru (RO), Lago Piratuba (AP), Poço das Antas (RJ), Rio Trombetas (PA), Saltinho (PE), Santa Isabel (SE), Serra Negra (PE), Sooretama (ES), Tapirapé (PA), Tinguá (RJ), Una (BA) e Uatumã (AM).

Estações Ecológicas

Anavilhamas (AM), Aracuri/Esmeralda (RS), Caracaraí (RR), Guaraqueçaba (PR), Iqué (MT), Jari (PA), Juami-Japurá (AM), Macará (RR), Macará-Jipioca (AP), Niquia (RR), Parapitinga (MG), Rio Acre (AC), Seridó (RN), Serra das Araras (MT), Taiamã (MT), Taim (RS), Tupiniquins (SP) e Uruçuí-Una (PI). No início de 1992, diversas outras dessas estações aguardavam decretação pelo governo: Aluabá (CE), Araribóia

(RJ), Babitonga (SC), Carijós (SC), Coco-Javaés (GO), Cumiã (RO), Foz do São Francisco-Praia do Peba (AL), Itabiana (SE), Juréia (SP), Mamanguape (PB), Manicurá (AM) e Tamoios (RJ).

Reservas Ecológicas

Alcobaça (RJ), Ilha dos Lobos (RS), Juami-Japurá (AM), Jutaf-Solimões (AM), Raso da Catarina (BA) e Sauim-Castanheiras (AM).

Áreas de Proteção Ambiental

Bacia do Descoberto (DF/GO), Bacia São Bartolomeu (DF), Cananéia, Iguape e Peruíbe (SP), Cairuçu (RS), Guapi-Mirim (RJ), Guaraqueçaba (PR), Igarapé Gelado (PA), Jericoacoara (CE), Petrópolis (RJ), Piaçabuçu (AL), Serra da Mantiqueira (MG/RJ/SP) e Serra da Tabatinga (MA/TO).

A política conservacionista brasileira é formulada pela Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), diretamente vinculada à presidência da República. Cabe ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) executar essa política e fiscalizar seu cumprimento, o que faz por meios próprios ou em conjunto com órgãos estaduais responsáveis pelo setor. Há também diversas instituições particulares dedicadas à preservação da natureza. Em junho de 1990, um decreto do presidente Fernando Collor definiu a constituição e o funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), destinado a estudar e propor as diretrizes políticas do governo federal para o setor.

Fonte: Informe Especial

**MINISTRO DO MEIO AMBIENTE ADMITE:
META DA RIO-92 NÃO FOI CUMPRIDA**

Mundo

*Rio de Janeiro – Brasil
Junho de 1992*

O ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, admitiu que, entre as metas prometidas na Rio-92 e as realmente cumpridas pelos países que participaram do evento, existe "um abismo muito grande". Para o ministro, a Rio+5, conferência que vai analisar o cumprimento das propostas da Agenda 21, documento preparado no final da Rio-92, tem de ser "muito severa" ao analisar a quantidade de projetos concretizados. Apesar de admitir que em termos de quantidade muito deixou de ser cumprido, o ministro afirmou que houve progresso "do ponto de vista qualitativo". Segundo Krause, o avanço foi conseguido com o aumento do nível de conscientização ecológica da população. O ministro lançou a publicação Desenvolvimento Sustentável - 100 Experiências Brasileiras, com a coletânea dos melhores projetos ambientais executados no Brasil desde 1992. Os cem projetos envolveram a aplicação de U\$ 1 bilhão.

Fonte: Rio Plus
Gustavo Alves

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL ACREDITA EM ENTENDIMENTO

Mundo

*Rio de Janeiro – Brasil
Junho de 1992*

O chanceler brasileiro Celso Lafer adotou o sistema de análise do embaixador Tommy Koh, presidente do comitê principal da Conferência, para explicar os avanços e pendências da Rio-92. Há três fases: a da confrontação, a da percepção da crise e da busca de soluções. No seu balanço diário, ele ficou, na maioria dos casos na Segunda fase. A questão mais polêmica, recursos e mecanismos financeiros, na opinião do

ministro, passou do confronto para a crise. Daí, ele espera, vai-se chegar a um entendimento.

Celso Lafer, Tommy Koh e outros responsáveis pela organização dos trabalhos decidiram cancelar uma reunião de encaminhamento marcada para ontem à noite, a fim de dar mais tempo aos grupos de trabalho. A nova reunião vai ter os participantes reduzidos, para facilitar as conversas. Lafer e Koh também discutiram com o presidente Collor e andamento das negociações.

O chanceler informou que 27 países já assinaram a Convenção de Biodiversidade e outros 67 já se inscreveram para fazê-lo (incluindo os europeus). A Convenção sobre Clima foi assinada por 30 países e há 74 inscritos para assiná-la até o fim da conferência. Estes números, segundo Lafer, mostram que os dois documentos receberam apoio extremamente significativo. Para que a primeira convenção passe a vigorar, é preciso que ela seja ratificada por meio menos 30 países; no caso da convenção sobre o clima, este número passa para 50.

Os três temas mais complicados, na avaliação do ministro, continuam sendo finanças, florestas e atmosfera. Quanto a este último, Lafer disse Ter esperanças de que se encontre uma solução que concilie interesses dos países árabes, preocupados com a taxaço sobre o petróleo, que no seu entender, agride menos o ambiente que outras formas de energia, como a nuclear. Em relação aos outros, ele aguardava mais informações.

Reforço

O Itamaraty recebeu um reforço de 120 pessoas para sua brigada montada para a Rio-92. Cada um deles acompanhará as delegações que estejam com chefes de Estado ou governo. Ao todo, serão cerca de duzentos diplomatas, recrutados em Brasília, a maior parte, e no exterior. Eles estão sob o comando do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, e oito embaixadores, numa rede que abrange outros coordenadores e se estende as discussões substanciais à organização da conferência, passando pelo acompanhamento

das delegações. Com isto, em Brasília, restaram pouco mais de trinta diplomatas.

O estande do Brasil num dos pavilhões do Riocentro é o quartel-general das operações e um dos maiores lá instalados. Nele, há gabinetes para os ministros (além de Lafer, Marcilio Marques Moreira e José Goldemberg), embaixadores e assessores, sala de entrevistas, apoio. O Grupo de Trabalho Nacional, que cuida da organização da Conferência, fica ao lado. No GTN, trabalham, há alguns meses, cerca de 30 diplomatas.

É possível que, com a chegada do novo contingente, muitos fiquem ociosos. No aeroporto, por exemplo, há grupos destacados para receber as delegações estrangeiras. Só que há uma firma contratada para este fim e não sobra muito trabalho para os diplomatas. Como todo esse pessoal ainda há quem fique sem atendimento, como ocorreu com a delegação do Nepal, que acabou tomando um táxi e alugando uma suíte, que sequer estava reservada, num hotel da cidade.

Fonte: Estado de São Paulo
Letícia Borges

MANIFESTANTES PROTESTAM CONTRA PRESIDENTE NORTE-AMERICANO NO RIO

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Cerca de 2 mil pessoas realizaram uma manifestação no Centro do Rio, contra a presença no Brasil do presidente dos Estados Unidos, George Bush. O grupo de pessoas lideradas por integrantes da Central Geral Trabalhadores (CGT) reuniu-se em frente à Candelária e seguiu em passeata pela Avenida Rio Branco até a Cinelândia. Antes da manifestação, representantes de oito organizações não-governamentais (ONGs) norte-americanas reuniram-se com Bush, no Hotel Sheraton, numa

última tentativa de convencer o presidente a assinar a Convenção de Biodiversidade ainda durante a Rio-92.

Os esforço das ONGs de nada adiantaram. “Ao que parece, ele não vai mesmo mudar sua posição”, disse ao fim do encontro a diretora do Natural Defense Council, Barrat Brown. “De qualquer maneira, nossa mensagem está dada”. Segundo Barrat, as preocupação de Bush estão hoje mais voltadas a aspectos internos da política norte-americana do que às ações globais de proteção ambiental.

Bush se disse comprometido com a defesa dos recursos naturais e da diversidade biológica, mas apontou problemas na versão final do acordo. O presidente referiu-se ainda a um plano destinado a estimular pesquisas no campo da biodiversidade, com ênfase na montagem de um arquivo internacional para a catalogação de espécies.

Passeata

Na passeata que culminou na Cinelândia, manifestantes de vários países discursaram em favor da redução das armas no mundo, pela vida no planeta e em favor da Amazônia. Os manifestantes empunhavam uma faixa com a inscrição “Fora Bush – A Amazônia é nossa – Go home Bush”. As faixas tomaram toda a Av. Rio Branco fazendo com que a Polícia Militar desviasse o trânsito para a Praça XV, através da Praça Pio X.

Fonte: Estado de São Paulo
Happy Carvalho/Walter Falceta Jr.

MAIOR PARTE DA AGENDA ESTÁ DEFINIDA, MAS HÁ DIVERGÊNCIAS

*Mundo
Rio de Janeiro – Brasil
Junho de 1992*

Dos 45 capítulos que compõem a Agenda 21, a maior parte já foi definida. O problema é que as divergências ocorrem justamente em pontos que podem comprometer todo o programa. Além da discussão sobre quem pagará a conta do chamado desenvolvimento sustentado, também o Capítulo 9, que procura estabelecer mecanismos de proteção à atmosfera, continua emperrado. Dos 350 parágrafos com colchetes (que na linguagem da ONU significam os pontos sobre os quais ainda não existem consenso) da Agenda 21, pelo menos 50 estão relacionados à atmosfera. Depois de uma tentativa fracassada de acordo, o sub-comitê que analisa o capítulo marcou nova reunião.

Nas reuniões de ontem um dos poucos pontos a apresentar progressos foi o Capítulo 38, que cria a Comissão de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, que ficaria responsável pelo acompanhamento da Agenda 21. A comissão deverá funcionar no âmbito do Conselho Econômico e Social da ONU, ligada diretamente à Assembléia Geral. O "único entrave neste capítulo tem sido a objeção do Brasil em apresentar relatórios anuais sobre os programas a serem desenvolvidos com recursos internacionais. Os delegados brasileiros tentam substituir a expressão "relatórios anuais" por "informes anuais". Os países ricos argumentam que o detalhamento das ações permitiria um acompanhamento mais eficaz dos programas e, conseqüentemente, da aplicação dos recursos financeiros.

Constituída a nível ministerial a comissão deverá ter caráter "político" e recebeu apoio entusiasmado de alguns países industrializados e em desenvolvimento. "É uma importante vitória da Rio-92, pois estabelece uma instância para acompanhamento dos itens da Agenda 21", disse o ministro alemão do Meio Ambiente, Klaus Toepfer. Ele apresentou a comissão à imprensa como "um esforço do meu país".

LINDNER TINHA CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DA POLÍCIA FEDERAL

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

O coordenador internacional do Fórum Global, o suíço Warren Lindner, já sabia, há dois dias, da existência do relatório da Polícia Federal que o acusa de uso irregular de verbas destinadas ao Fórum Global. Ele disse que esperava algo do gênero desde que iniciou, há 11 meses, a tarefa de promover uma reunião representativa das cinco mil principais Organizações Não-Governamentais (ONGs). “As ONGs nunca tiveram uma convivência pacífica com os governos e com os interesses econômicos que a luta ambientalista afronta a todos os dias e instantes.”

O dossiê da PF foi montado a partir de denúncias formuladas por entidades ecológicas européias e norte-americanas, que repassaram subvenções para o financiamento do Fórum Global. Lindner admitiu que há muito tempo vinha sendo pressionado a desistir de organizar o Fórum Global. “Sempre fomos relevando e superando essas dificuldades, por entendermos que o mais importante é a realização desse evento representativo da sociedade civil”. Lindner declarou estar absolutamente tranqüilo às denúncias da PF.

O superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, comparecerá à sede do Fórum Global na próxima terça ou quarta-feira para conversar com seu principal organizador, Warren Lindner. Tuma quer esclarecer as denúncias de que não estaria sendo assegurada a necessária transparência na gestão dos recursos concedidos por instituições ambientais e governamentais, principalmente estrangeiras, para a realização do evento. No encontro, Tuma estará acompanhado pelo chefe da Polícia Federal no Rio, Édson de Oliveira.

Protestos

Apesar de Lindner não querer responder ao dossiê da PF em termos veementes ou enfáticos, o documento começou a gerar reações de protesto em apoio ao líder ambientalista. Estão previstas manifestações de apoio a Lindner por parte de 500 laureados com o Prêmio Global 500 da ONU (uma espécie de prêmio Nobel dos ambientalistas).

Os organizadores do Fórum Global convocaram uma coletiva, no Aterro do Flamengo, para responder às acusações de desvio de doações feitas ao evento das ONGs. Warren Lindner, coordenador internacional do Fórum, anunciou que vai apresentar amanhã os resultados de uma auditoria feita pela empresa Price Whaterhouse. "Cada centavo que entrou como doação foi usado em benefício do Fórum. Este tipo de acusação é malicioso, desnecessário, improdutivo e negativo", disse ele.

Tony Gross, coordenador nacional do Fórum, disse que as acusações não têm sentido. "Nosso procedimento financeiro é absolutamente transparente", afirmou.

Para o deputado federal Fábio Feldmann (PSDB-SP), "é preocupante o fato de a Polícia Federal estar investigando o Fórum Global, criando um clima de constrangimento entre personalidades dedicadas à luta pela melhoria da qualidade de vida em todo mundo". Para Feldmann, na atual crise de recursos essa é a mais uma tentativa para desmoralizar o evento.

Fonte: Estado de São Paulo
Randau Marques/Priscila Siqueira/Napoleão Sabóia/Patrícia Ferraz/Ubiratan Brasil

INGLATERRA DECIDE ADERIR À CONVENÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

A Comunidade Européia anunciou que "o jogo acabou" ao receber a adesão formal da Inglaterra à Convenção de Biodiversidade, que deverá ser assinada na sexta-feira. O resultado desse jogo diplomático é mais um pequena humilhação para o presidente dos EUA, George Bush, que também ficará isolado na única Convenção que se dispôs a assinar, a de Mudanças Climáticas, por uma declaração conjunta da Europa fixando prazos e metas para a limpeza do planeta.

O anúncio da Inglaterra provocou um inesperado aplauso dos repórteres ingleses, durante uma entrevista com o secretário de Estado para o Meio Ambiente da Grã-Bretanha, Michael Howard. Ele explicou que a adesão inglesa só se tornou possível depois de corrigida "a aparente indefinição dos compromissos financeiros que, pela Convenção, poderiam ser eventualmente impostos aos países desenvolvidos pelas nações em vias de desenvolvimento".

Howard acrescentou: "Agora, estamos satisfeitos com a possibilidade de encontramos fórmulas, na própria Convenção, para assegurar que nenhum país seja obrigado a contribuir com um cheque em branco, por tempo indefinido, para a sua implementação. A Grã-Bretanha reconhece que os países em vias de desenvolvimento precisarão de assistência para cumprir as obrigações estabelecidas no tratado, especialmente aos países tropicais, ricos em habitats naturais e biodiversidade. A Grã-Bretanha já deixou claro que vai contribuir com os recursos adicionais para este fim, através do Global Environment Facility (GEF), um fundo administrado pelo Banco Mundial.

O chefe da delegação européia, o holandês Laurens Jan Brinkhorst, disse que o jogo continuava em dois outros campos: no das finanças, como explicou, não há ainda a menor expectativa de um acordo, e no de princípios para a proteção das florestas, como comentou, "está difícil".

Brinkhorst previu um compromisso sobre a desertificação, que considerou em tema "subvalorizado" durante algum tempo, mas que agora poderá ser equiparado a outro que atrai a atenção mundial, o desmatamento. E advertiu que a falta de progressos tanto num quanto noutro temas significará "um fracasso" par o Rio-92.

O secretário inglês do Meio Ambiente, Michael Howard, que há dois dias estava no meio da floresta amazônica, já se preocupava com o que pode acontecer depois da Rio-92, ao anunciar a adesão britânica à Convenção da Biodiversidade. "A pior coisa será voltarmos para casa e esquecermos o Rio".

Europa diz Sim

A decisão da Grã-Bretanha de assinar o Tratado da Biodiversidade uniformiza a posição da Europa na conferência Rio-92 e isola ainda mais os Estados Unidos. O presidente George Bush, que desembarca amanhã no Rio de Janeiro, vai reafirmar que não assinará o tratado, considerando prejudicial aos interesses norte-americanos. Para completar, a Europa vai também anexar à assinatura da Convenção sobre Clima uma declaração de quatro pontos que vão além do estabelecido no texto a ser assinado pelos EUA.

Embora importante, a decisão da Europa não contorna a discussão de fundo da Conferência: a transferência de recursos econômicos dos países ricos para as nações em desenvolvimento continua o mais polêmico item da Agenda 21, embora as últimas negociações apontem para um acordo entre os dois grupos de países. Com ou sem consenso, o Brasil espera para agosto a primeira parte das verbas do G-7 para a preservação das florestas brasileiras.

No Rio, o cenário "ecológico" da cidade foi montado com a transferência de mendigos para um centro do Estado.

Fonte: Estado de São Paulo
Moises Rabinovici

INCIDENTE COM CHEFE DE DELEGAÇÃO NORTE-AMERICANA FAZ CEE CANCELAR ENTREVISTA

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

A Comunidade Econômica Européia (CEE) cancelou entrevista coletiva por causa dos incidentes com a delegação norte-americana e da decisão do presidente dos Estados Unidos, George Bush, de não assinar a Convenção de Biodiversidade na Rio-92. Procurando amenizar os efeitos dessa atitude, o diretor-geral-adjunto do conselho da CEE, Peter Pooley, afirmou que “não se tratou de cancelamento, mas de adiamento por razões operacionais e não políticas”.

Minutos depois, disse à CEE não caberia “falar sobre a decisão de Bush e os problemas de sua delegação”. Em contrapartida, Pooley informou que as chances de a Inglaterra vir a assinar a Convenção da Biodiversidade são de 90%. “Era isso que queríamos informar: os 12 países membros da CEE devem assinar até o final da semana esta convenção”. É isto que importa.

Pooley revelou, à noite, que é “agora que vai começar a grande batalha em torno da questão das garantias financeiras para o cumprimento das metas previstas na Agenda 21”, ele disse que não há consenso entre os membros da comunidade quanto ao aumento da contribuição aos países em desenvolvimento para 0,7% do PIB. Segundo ele, países como a Dinamarca e Holanda já contribuem com cotas acima da CEE – Grécia, Portugal e Espanha – não dispõe de condições para oferecer estas garantias.

Fonte: Estado de São Paulo
Paulo Sotero

GREENPEACE VAI À FAVELA DA ROCINHA E CRITICA NEGOCIAÇÕES DA CONFERÊNCIA

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

O movimento ambientalista Greenpeace e a Associações de Moradores da Rocinha organizaram uma excursão à favela, considerada a maior da América Latina. No encontro, que reuniu cerca de 200 jornalistas, representantes do Fórum Brasileiro de ONGs, da Friends of the Earth e do Greenpeace disseram estar preocupados com os rumos da Cúpula da Terra.

A norte-americana Tani Adams, coordenadora do Greenpeace para a América Latina, mostrou-se decepcionada com as discussões entre as delegações oficiais. "Observamos que o governo dos EUA, com apoio da Comunidade Européia e do Japão está regredindo em relação a compromissos que já forma assumidos há dois anos e meio", afirmou Tani. "Os EUA e o G7 (grupo dos países ricos) estão dando uma mensagem de que a Norte merece continuar a Ter todos os direitos e luxos, enquanto ao Sul cabem todas as obrigações", criticou.

O Greenpeace e o Fórum das ONG brasileiras vão solicitar uma reunião com delegados dos EUA, da Comunidade Européia e do Japão, na manhã de segunda-feira, para pedir posicionamentos mais precisos e o respeito aos compromissos já assumidos. Para Adams, funcionários da administração Bush aramaram uma espécie de armadilha para o chefe da delegação norte-americana, Willian Reilly.

O encontro na Rocinha foi elogiado pela ex-menina de rua e diretora do departamento de crianças e adolescentes da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj), Lúcia Ferreira. "Precisamos mostrar o que é uma favela e o que deixa de ser feito pelo governo brasileiro, que se preocupou apenas em enfeitar as ruas, tirando mendigos e os meninos de rua", disse.

Depois da coletiva, em que falaram representantes da Thirld World Network, da Federação das Associações de Favelas do Rio (FAFERJ), do Fórum Brasileiro de ONG, da Friends of the Earth e do Greenpeace, os jornalistas fizeram uma caminhada pelas ruas e becos da favela.

Fonte: Estado de São Paulo
Randau Marques/Priscila Siqueira/Napoleão Sabóia/Patrícia Ferraz/Ubiratan Brasil

GRANDES AMBICÕES E DESAFIOS. **CONFERÊNCIA É O PRIMEIRO GRANDE** **TESTE DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL**

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Com um chamamento solene às nações do mundo ao estabelecimento de um novo padrão de cooperação internacional, o presidente Fernando Collor abre hoje a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, no Riocentro (a primeira foi em Estocolmo, na Suécia, há 20 anos).

A ambição da Rio-92 é proporcional aos problemas que levaram à sua convocação, em dezembro de 1989 pela Assembléia Geral da ONU. Trata-se de elaborar estratégias e medidas para sustar a degradação ambiental e formular critérios para o desenvolvimento sustentado, um conceito lógico, louvável e inevitável, mas cuja existência continua no reino da teoria.

Nunca uma conferência internacional teve objetivos tão ousados. Ao final de quase dos anos e meio de reuniões preparatórias que assoberbaram milhares de negociadores e observadores pela complexidade dos temas, a Rio-92 instala-se com um acervo de idéias e promessas que talvez mesmo os otimistas não previam ser capazes de produzir no início dos trabalhos.

Com todas as suas deficiências, a fase preparatória mostrou, pela primeira vez, que é possível que governos, grupos de cidadãos, organismos internacionais e empresas trabalhem juntos num exame integrado dos problemas mundiais.

A ONU está dividida, formalmente, em cinco grupos regionais: América Latina e Caribe, Europa, África e Ásia. Na hora de um voto, porém, o mundo é regido por uma outra geografia, baseada nas fronteiras de poder. Os 128 países em desenvolvimento formam o "Grupo dos 77", presidido pelo

Paquistão durante a Rio-92. A Comunidade Européia, sob liderança de Portugal até 1º de julho, é um bloco não muito coeso entre os países industrializados. Os europeus propuseram um acordo sobre mudanças climáticas mais específico do que os Estados Unidos se dispunham a aceitar. E ainda apoiaram o Grupo dos 77, com os nórdicos, o Canadá e a Nova Zelândia, da defesa do tratado sobre biodiversidade, em Nairóbi, a capital do Quênia, em encontro com os governos norte-americanos e britânico. O resultado, a ser proclamado durante o maior conclave de líderes mundiais já realizado, nos dois dias finais da conferência, certamente não satisfará completamente a nenhum dos participantes. Os países em desenvolvimento terão motivos para se queixar da pouca disposição das nações ricas de assumir compromissos mais claros na transferência de recursos financeiros e tecnológicos e no controle mais rigoroso de seu poluidor padrão de produção. Estas taxarão de irrealistas as expectativas das nações pobres. Os Estados Unidos – que aguardam uma convenção sobre mudanças climáticas, um dos principais documentos a serem assinados no encontro, e a anunciaram que boicotarão um outro, sobre a preservação da biodiversidade do planeta – começam a Rio-92 isolados, no papel de vilão. As discussões deverão evidenciar ainda algumas diferenças importantes entre Washington e outras capitais desenvolvidas.

Por modesto que seja o desfecho, dificilmente ele poderá ser ignorado. “A Rio-92 não será o fim de um esforço, mas apenas o início de um processo”, afirmou recentemente o vice-presidente e economista chefe do Banco Mundial, Lawrence Summers. Se a primeira reunião ecológica da ONU, 20 anos atrás, reconheceu a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, a Rio-92 procurará estabelecer os primeiros critérios práticos para integrar essas suas dimensões. Para o bem e para o mal, há diferenças marcantes entre uma reunião e outra. Lester Brown, um dos pioneiros do movimento ecológico norte-americano e diretor executivo do World Watch Institute assinala duas delas.

“Ao contrário de Estocolmo, os EUA não estão na liderança da discussão”, disse ele. “No Rio, os países pobres não

estão na posição exclusiva de beneficiários, pois também têm algo que os ricos precisam desesperadamente: cooperação. Agindo sozinho, nenhum país, por poderes que seja, poderá estabilizar os efeitos da poluição apenas dentro de suas fronteiras”, afirmou Brown.

No que vai dar? O secretário-geral do Itamaraty, embaixador Luis Felipe de Seixas Corrêa, oferece uma visão realista mas ao mesmo tempo estimulante da conferência. Primeiro grande exercício de cooperação internacional pacífica depois do colapso do comunismo, “a Rio-92 é o começo de algo que não sabemos o que é”, disse ele ao Jornal da Tarde. “As convenções refletem a perplexidade de uma nova ordem internacional que está ainda sendo negociada. Estamos debatendo sem os constrangimentos ideológicos do passado mas sob parâmetros que não conhecemos”, diz.

Que mais de 120 chefes de governos tenham se interessado em participar de um exercício de final tão incerto apenas valoriza a conferência, pois confirma a importância que a questão ambiental tem, em casa, para cada um deles.

Agenda 21

A Agenda 21 é um guia de ações concretas a ser adotado mundialmente, com instruções sobre como manejar recursos hídricos e resíduos tóxicos, transferir recursos entre os países (o ponto de maior divergência entre nações desenvolvidas e pobres), entre outras medidas. Não há acordo sobre as quantias que os países ricos deveriam transferir aos pobres para seu desenvolvimento sustentável. Também não há concordância sobre como seria organizada a agência internacional encarregada desse gerenciamento.

Clima

A Convenção de Mudanças Climáticas tem o objetivo de proteger a atmosfera, reduzindo gases que estão mudando o clima do planeta. Os dois maiores alvos são o dióxido de carbono, apontado como causador do aquecimento da Terra, e

os clorofluorcarbonos, que estão destruindo a camada de ozônio. Aqui as divergências maiores são entre os próprios países ricos. A Comunidade Européia quer limites para a emissão de dióxido de carbono, provenientes de combustíveis como carvão e petróleo. Os Estados Unidos não aceitam. Dependem deles mais do que a Europa.

Biodiversidade

A Convenção sobre Biodiversidade visa garantir a preservação das múltiplas espécies vivas. Introduz mecanismo de proteção de espécies animais e vegetais em vias de extinção. O ponto mais polêmico dessa convenção é de que os países do Terceiro Mundo querem ter compensação financeira pelo aproveitamento econômico (por exemplo, em remédios) dessa exploração. Mas a maioria das pesquisas são feitas por empresas do Primeiro Mundo, que não se sentem obrigadas a compensar os países onde as espécies são nativas.

Carta da Terra

A Declaração do Rio, ou Carta da Terra, tem 27 princípios ecológicos. Os países pobres se queixam de que alguns desses princípios impedem o acesso às tecnologias que garantiram o desenvolvimento dos países ricos e hoje são consideradas poluidoras. Por isso querem ter acesso às tecnologias não-poluidoras já desenvolvidas pelos ricos, que no entanto querem cobrar por isso. A mesma divisão se observa quanto a florestas. Os países ricos querem instituições internacionais para supervisionar o uso delas, mas os pobres não abrem mão da soberania.

Fonte: Jornal da Tarde
Paulo Sotero/Moisés Rabinovici

GEORGE BUSH TRANSFORMA RIO-92 EM PALANQUE ELEITORAL

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

O presidente dos Estados Unidos, George Bush, fez ontem, na Conferência das Nações Unidas para o Meio o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), o que prometeu. Colocado na defensiva pela decisão de seu governo de não aderir à Convenção de Biodiversidade, um dos resultados mais importantes da conferência, o líder dos Estados Unidos transformou a tribuna da conferência em palanque eleitoral para agradar a ala conservadora do Partido Republicano, e tentou converter o isolamento de seu país na conferência numa pouco convincente manifestação de liderança. O presidente norte-americano exaltou as realizações de política ambiental americana nas última duas décadas, anunciou novamente algumas iniciativas já conhecidas e disse que seu país não tinha vindo à Rio-92 “para pedir desculpas”.

“Nunca é fácil ficar sozinho numa questão de princípio, mas, às vezes, o exercício da liderança requer que se faça isso – e este é o momento”, disse o presidente norte-americano, depois de afirmar que a Convenção da Biodiversidade “retardará a biotecnologia e minará a proteção das idéias”.

Para contentar os ambientalistas de seu país, Bush abandonou a relação que havia estabelecido, há menos de duas semanas, entre proteção do ambiente e desemprego. “Vinte anos atrás, algumas falaram dos limites do crescimento. Hoje, percebemos que o crescimento é o motor da mudança e o amigo do meio ambiente.”

Aborrecimento

Sua atitude, nesse tópico, foi bem recebida pelos dirigentes de alguns dos maiores movimentos ambientalistas americanos, que haviam se reunido com Bush durante uma hora, pela manhã, no 26ª andar do Hotel Sheraton. Mas não foi

alterada a impressão de que a Casa Branca tratou a Rio-92 como um aborrecimento, um obstáculo a ser superado, e não uma oportunidade para exibir os inegáveis progressos que os Estados Unidos fizeram no campo ambiental e ocupar espaço político numa das áreas centrais de disputa do poder na ordem mundial que começa a emergir do pós-guerra fria.

Tendo assumido uma posição dura na questão da biodiversidade para atender aos interesses da indústria de biotecnologia dos EUA, Bush acabou sendo criticado por ter concedido numa área que seu governo apontará como uma de suas principais preocupações para a preservação da flora e da fauna” a política global para florestas.

O senador Albert Gore, democrata do Tennessee, que chefiou uma delegação do Congresso americano à conferência, notou a ausência de qualquer referência específica ao tema no discurso de Bush e criticou a concessão que os Estados Unidos fizeram ao Brasil, à Índia e à Malásia, deixando no texto uma menção “ao direito ao desenvolvimento sustentável das florestas” pelas nações que a possuem.

Elizabeth Barrat-Brown, da Natural Resources Defense Council, uma das representantes de organizações ambientalistas americanas que se reuniu com Bush, no Sheraton, disse que notou, no encontro, um certo pesar de Bush pelo desempenho dos Estados Unidos na conferência. “Isso poderia ter sido evitado se tivéssemos conversado como ele antes”, disse. “Mas tivemos de esperar uma conferência no Rio para sermos recebidos.”

Trapalhada

Num gesto simbólico da trapalhada política em que a Rio-92 acabou se tornando para a administração americana, Bush aplaudiu o discurso do presidente cubano Fidel Castro, e chegou até a ensaiar uma declaração positiva sobre o ditador de Havana. “Fiquei impressionado que Fidel tenha conseguido fazer um discurso em sete minutos”, comentou ele a alguns altos funcionários brasileiros, entre eles o ministro da Economia,

Marcilio Marques Moreira, com quem conversou alguns minutos, no plenário da conferência, antes da sessão da tarde.

Os principais pontos do discurso

Os Estados Unidos não vão assinar a Convenção de Biodiversidade. Para Bush, o documento ameaça retardar a biotecnologia.

Permanece a aceitação da Convenção de Mudanças Climáticas. Segundo Bush, ao contrário da Convenção da Biodiversidade, os mecanismos financeiros aplicados ao documento sobre clima devem funcionar.

Bush reconhece as críticas e o isolamento de sua atitude, mas diz que firmou posição e que está disposto a arcar com as críticas.

Os Estados Unidos são o país que mais preocupam com a proteção do ambiente.

Os Estados Unidos convidam os países industrializados a se encontrar no próximo dia 1º de janeiro para estabelecer planos nacionais de ações concretas para proteger o planeta.

Os Estados Unidos devem dobrar a assistência à proteção das florestas.

Os Estados Unidos reconhecem o papel dos países em desenvolvimento na proteção do ambiente e a necessidade que eles têm de ajuda para obter resultados. Estão prontos a aumentar em 66% sua ajuda na proteção ambiental em relação a 1990.

A presença do presidente na conferência significa que ele pretende lutar por medidas efetivas de proteção ao ambiente.

FERNANDO COLLOR DESCARTA **CONFRONTO COM RICOS DURANTE** **CONFERÊNCIA**

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Impelidos pela urgência da catástrofe ecológica, países ricos e pobres abriram ontem a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), a maior

conferência internacional de todos os tempos, mergulhados em profundas divergências mais empenhados em delicadas negociações diplomáticas. Oito grupos de especialistas começaram ontem à noite a busca de saídas para impasses em questões fundamentais como financiamento para um novo tipo de "desenvolvimento sustentável", proteção de florestas, redução de gases poluentes e preservação de espécies.

"Culpas há para distribuir entre todos, mas não vale a pena", disse o presidente Fernando Collor, propondo o que chamou de um "novo contrato social internacional". Para isto, Collor renunciou à "tentação da linguagem de confrontação" entre ricos e pobres, "que a história felizmente deixou para trás". Poucas horas depois, no entanto, o ministro do Ambiente do paquistão, Anwar Saifullah Khan, falando em nome do G-77, o grupo dos países pobres, fez amargas recriminações aos industrializados, acusando-os de deliberado bloqueio político das reivindicações dos pobres.

Fundo

A principal delas, a garantia de recursos novos para projetos ecológicos no Sul e a "democratização" da tomada de decisões nos organismos de financiamento internacionais, provocava divisões inclusive entre os ricos. A comunidade Européias (CE), especialmente a Alemanha, lamentou que os Estados Unidos não se disponham a participar intensamente de um fundo criado para financiar itens da Agenda 21, um

ambicioso plano de ação que pretende integrar desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

Apesar da resistência norte-americana, havia ontem indicações de que Alemanha e Japão apoiaram um aumento significativo do Fundo para Meio Ambiente (conhecido pela sigla inglesa GEF), considerado o embrião de um novo mecanismo de financiamento para concretizar propostas da Rio-92. O GEF atual, com uma dotação de US\$ 800 milhões, foi praticamente esgotado em 72 projetos-piloto. As especulações ontem variavam entre US\$ 3 bilhões e US\$ 10 bilhões de dólares para um período que se estenderia até 1996.

Colocado na defensiva, o administrador da Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos, William Reilly, reiterou que seu país obteve significativas vitórias na defesa do ambiente, e não se identifica no papel de "vilão". Referindo-se a uma das principais críticas feitas aos EUA, Reilly disse que embora seu país ainda produza lixo em excesso, o padrão de consumo está crescendo abaixo do PNB.

Crise

A recente crise política brasileira ganhou uma referência num encontro de Reilly com jornalistas no Riocentro. Indagado se a corrupção existente em países em desenvolvimento não prejudicaria a concessão de recursos para projetos ecológicos, Reilly disse que no caso brasileiro "temos uma relação que nos deixa confiantes que os recursos investidos são empregados".

Para surpresas dos países em desenvolvimento, um tema implícito em várias abordagens mas não oficialmente adotado pela conferência ganhou expressivo destaque ontem no discurso inaugural do secretário-geral da Rio-92, Maurice Strong: o da explosão demográfica e sua importância no "círculo vicioso" de miséria e devastação ambiental. O diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), o egípcio Mostafa Tolba, propôs no final da tarde um programa de planejamento familiar global.

A conferência terá uma fase de aproximadamente uma semana de negociações fechadas nos oito grupos de trabalho até a chegada, prevista para o dia 10 dos chefes de Estado e governo de cerca de 120 países.

Vida precária

A erradicação da pobreza como condição fundamental para um mundo menos poluído e mais saudável deu o tom aos discursos de abertura da Rio-92. "Países pobres estão sacrificando o futuro das próximas gerações em nome de uma vida presente precária", advertiu o secretário-geral da ONU, Boutros Ghali, no pronunciamento que abriu a conferência. "Cada criança que nasceu no mundo desenvolvido consome de 30 a 40 vezes mais recursos do que uma que nasce no Terceiro Mundo", completou o secretário da ONU para a Rio-92, Maurice Strong.

Cinco autoridades, além de Ghali, falaram na abertura da conferência: o presidente da República Fernando Collor; o secretário-geral da Rio-92, Maurice Strong; o rei da Suécia, Carl Gustav; a primeira-ministra da Noruega, Gro Brundtland e o presidente de Portugal, Mário Soares. Os discursos mais duros contra os países ricos e sua resistência em diminuir o desequilíbrio econômico em relação aos vizinhos do Sul foram feitos por representantes do Primeiro Mundo, o canadense Strong e a norueguesa Gro Harlem. O presidente Collor preferiu um tom moderado e disse que não pretendia repreender os ricos. "se culpas existem, elas devem ser distribuídas por todos", declarou.

No momento mais importante do seu discurso, Boutros Ghali disse que nações do Norte e do Sul não respeitam o princípio de desenvolvimento sustentado. "Não devemos nos esquecer de que o aquecimento térmico é feito pelos gases produzidos pelos ricos e que o nível de degradação ambiental dos países em desenvolvimento atingiram padrões insustentáveis", declarou o secretário-geral da ONU, acrescentando que a comunidade mundial deve agir contra a pobreza para desenvolver a proteção ao ambiente. "Os países

ricos e a opinião pública devem compreender que o seu esforço é necessário”, declarou.

Fonte: Estado de São Paulo
Willian Waack

ESTADOS UNIDOS QUEREM REABRIR ITENS DA AGENDA 21

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Os Estados Unidos pediram a reabertura da discussão de diversos itens já negociados do amplo programa de ação conhecido como “Agenda 21”, com o qual a Rio-92 pretende estabelecer formas de comportamento em relação a economia e meio ambiente para países ricos e pobres. Esses itens incluem pontos como transferência de tecnologia, uso de recursos naturais ou o transporte de lixos tóxicos.

A insistência da delegação americana em reabrir pontos sobre os quais reinava consenso mesmo antes da chegada das delegações ao Rio irritou visivelmente Tommy Koh, o enérgico presidente do comitê principal, o órgão onde se negocia os últimos pontos de discórdia da Rio-92. Além das questões de finanças, transferência de tecnologia e uma declaração de princípios sobre florestas, os principais pontos em pauta, a rígida posição americana ameaça também o documento conhecido como “Declaração do Rio”.

Fonte: Estado de São Paulo
Paulo Sotero

ESTADOS UNIDOS ASSINAM TRATADO DA BIODIVERSIDADE

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Decisão do governo americano foi tomada um ano depois da Rio-92 e precede comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente

O governo dos Estados Unidos assinou ontem o Tratado da Biodiversidade, apresentado durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). "esta assinatura [um dia antes do Dia Mundial do Meio Ambiente] reflete a determinação da administração Clinton em considerar as ameaças ao ambiente como tão sérias quanto outras ameaças à nossa segurança", disse o embaixador americano nas Nações Unidas, Madeleine Albright.

Mais de 150 países assinaram o tratado durante a reunião do Rio, há um ano. Na ocasião, os Estados Unidos se recusaram a firmá-lo, sob o argumento de que ele poderia afetar a indústria de seu país. Num pronunciamento recente, Clinton anunciou o compromisso de seu governo de reduzir as emissões dos gases que provocam o efeito estufa aos níveis de 1990.

Aniversário

O primeiro aniversário da Rio-92 ocorre nesta semana, sem grandes motivos para comemorações. Os discursos diplomáticos caíram no vazio e os documentos burocráticos não se transformaram em ações políticas, ainda que tenham sido criados novos organismos internacionais e novas propostas no papel. Após a conferência, o movimento ambientalista sofreu um refluxo em boa parte dos 140 países cujos governantes comparecem à conferência.

No Brasil, a crise política que sucedeu de imediato à conferência inviabilizou qualquer iniciativa séria, governamental ou não. O país foi incapaz de formular projetos para trazer capital estrangeiro e financiar o desenvolvimento sustentado.

Dos US\$ 4,1 bilhões prometidos durante a Rio-92, só foram liberados US\$ 330 mil do grupo dos países ricos. Segundo o ministério do Meio Ambiente, desse total, US\$ 30 mil foram para a demarcação de terras indígenas. Outros US\$ 100 mil foram destinados às duas instituições da pesquisa da Amazônia. E US\$ 130 mil serão usados na proteção de florestas, além de US\$ 70 mil pulverizados em pequenos projetos.

O Brasil, primeiro a assinar a Convenção de Mudanças Climáticas e a de Biodiversidade, deveria ter apresentado tais documentos ao Congresso para transformá-los em lei e assim ratificá-los. Mas só em março concluiu-se a tradução e os documentos passaram à comissão de Relações Exteriores da Câmara para apreciação.

Assinaram a Convenção de Mudanças Climáticas 158 países, e 16 ratificaram o documento. Aderiram 160 países à Convenção de Biodiversidade e pelo menos 13 a ratificaram.

Ibama

Uma comissão formada por representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Centro de Recursos Ambientais do Estado (CRA) e dois auditores independentes consideraram ontem em Salvador improcedentes as denúncias de que a Vera Cruz Florestal, do Grupo Odebrecht, estaria devastando área de Mata Atlântica no sul da Bahia. Surpreso com a inspeção, o coordenador da Fundação SOS Mata Atlântica, João Paulo Capobianco, disse que o órgão descumpriu um acordo com entidades ambientalistas.

Segundo Capobianco, a vistoria no local seria feita com a participação de técnicos indicados pelas ONGs. Ele disse que o superintendente regional do Ibama, César Pirajá, organizou a inspeção à revelia do ministro do Meio Ambiente, Coutinho Jorge. "Conversei com o ministro na Terça-feira sobre o assunto

e nem e nem eu sabíamos que a vistoria havia sido realizada no dia anterior”, disse.

‘Consórcio Verde’ vai ajudar Parque da Tijuca

O parque nacional da Tijuca será um dos primeiros beneficiados pelo ‘Consórcio Verde’. O projeto foi lançado no Rio, pelo ministro do Meio Ambiente, Coutinho Jorge, e tem como objetivo administrar áreas em regime de co-gestão entre os governos federal, estadual e municipal e ONGs. Foram beneficiados ainda, o parque da Serra da Bocaina. Participaram da Sociedade o prefeito César Maia e o governador Leonel Brizola.

Fonte: Estado de São Paulo
Liana John

ESQUENTA BRIGA COM OS ESTADOS UNIDOS. NEGOCIAÇÃO DA BIODIVERSIDADE GERA CRISE NA DELEGAÇÃO AMERICANA

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

A Casa Branca humilhou publicamente o chefe da delegação dos Estados Unidos à Rio-92, Willian K. Reilly, torpedeando seu esforço de última hora para, com ajuda do Brasil, alterar a convenção sobre biodiversidade de modo a permitir a adesão dos EUA. O governo brasileiro aumentou o embaraço de Reilly, negando participação em qualquer iniciativa para reabrir a Convenção da Biodiversidade, aberta ontem para assinatura.

O episódio expôs o isolamento americano na Rio-92 em toda sua plenitude e poderá envenenar o clima do encontro e comprometer seus resultados. Ontem, o ministro e diretor-geral

da agência de Meio Ambiente do Japão, Shozaburo Nakamura, afirmou que poderá rever sua posição e assinar a Convenção da Biodiversidade.

Preocupado com o papel de vilão que os EUA assumiu na conferência, Reilly enviou um memorando confidencial à Casa Branca, pedindo autorização para engajar-se numa discreta negociação diplomática iniciada pelo Brasil para “consertar” os itens da Convenção que haviam levado Washington à decisão de não aderir. A principal objeção americana é uma cláusula que reconhece direitos de propriedade e compensação econômica aos países em desenvolvimento pelo uso que possa ser feito dos códigos genéticos de espécies vegetais e animais encontradas em seus territórios.

“A recusa dos EUA de assinar a Convenção da Biodiversidade é um importante assunto de preocupação da imprensa e dos delegados aqui”, advertiu Reilly, num memorando confidencial enviado no primeiro dia da conferência ao principal conselheiro de política doméstica do presidente George Bush. Embora descrente do poder de influência do Brasil, ele explicava que “mudanças mínimas” na convenção atenderiam às preocupações principais dos EUA. Reilly anexou uma lista – entregue ao governo brasileiro – dos tópicos que os EUA gostariam de ver modificados.

Seu memorando provocou uma pequena comoção na Casa Branca. Por telefone, Clayton Yeutter desautorizou a iniciativa. Enquanto isso, um dos muitos inimigos de Reilly na Casa Branca vazou o memorando para o New York Times. Colocado numa posição constrangedora por seu governo, o chefe da delegação americana criticou a administração a que serve, numa nota à imprensa. Mais tarde, o presidente George Bush declarou que Reilly permanecia chefe da delegação dos EUA na Rio-92. Mas o estrago já estava feito.

Veja a nota de Reilly

“É verdade que os EUA exploraram cuidadosamente todas as idéias, especialmente aquelas vindas de outros países

até nós, que podem indicar um caminho para o Tratado da biodiversidade. Também é verdade que nenhum 'acerto' foi encontrado em tempo que emitisse aos EUA assinarem o documento. É uma pena que alguém do nosso governo tenha decidido divulgar estas informações sobre nossos esforços – esforços que exigiam discrição diplomática.”

Ministro das Relações Exteriores do Brasil desmente arranjo

O ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, desmentiu, enfaticamente, notícia publicada pelo jornal The New York Times, segundo a qual o governo brasileiro teria trabalhado para fazer “um arranjo” de última hora na Rio-92, de forma a permitir ainda negociações em torno do texto da Convenção de Biodiversidade, o que abriria espaço para os interesses dos Estados Unidos. O chanceler qualificou de “interpretação errada” as informações contidas num

memorando do chefe da delegação dos EUA na Conferência, William Reilly. Nesse texto, ele descrevia a seus superiores a esperança do governo brasileiro de fazer esse arranjo. “Em nenhum momento houve instrução nesse sentido. E o responsável pelas instruções sou eu”, disse Lafer. “Ele fez interpretação errada das nossas conversas informais”, acrescentou o ministro, horas antes do presidente Fernando Collor assinar a Convenção, sob aplausos, e elogiar os seus termos. [Ainda reafirma William Reilly \(seq.\) Denúncia frustrada de “consertar” itens da Convenção da Biodiversidade](#)

O chanceler brasileiro reiterou que o Brasil é a favor da Convenção da biodiversidade e afirmou que o País fez um grande esforço para aproximar posições e considerar os diversos pontos de vista, entre eles o dos Estados Unidos. “É natural em conferências como esta” – prosseguiu Lafer – “que delegações se encontrem, que haja contatos informais”. E explicou: “Houve interesse da delegação brasileira, não de fazer um arranjo, mas de fazer um contato informal para saber os motivos que levavam o governo norte-americano, que participou ativamente das negociações em Nairobi, a rever a sua posição”.

ENCONTRO DA RIO-92 EVIDENCIA DESACORDOS INTERNACIONAIS

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Primeiro grande encontro internacional depois da guerra fria, a Rio-92 mostrou a principal potência do planeta – os Estados Unidos numa situação de isolamento. Ela projetou mais uma vez a severas divergências dentro da Comunidade Econômica Européia (CEE), que nos temas candentes não conseguiu falar com uma só voz. O Japão, o novo credor do mundo, apresentou-se de maneira tímida, enquanto, a maior potência européia, a Alemanha, demonstrou claramente estar sobrecarregada com a tarefa de reconstruir a Europa do Leste.

Um dos resultados mais interessantes e de forte impacto para países como o Brasil, contudo, foi a consagração, em duas convenções e alguns textos legais da Rio-92, de uma nova categoria de Estados: os “países em transição”. São os ex-socialistas da Europa e de parte da Ásia, agora em situação de competição com o Sul, por limitados recursos da assistência econômica internacional.

Oposição

O G-77, o grupo dos países em desenvolvimento, demonstrou na Rio-92 ter perdido a força de choque que exibiu em conferências e eventos internacionais semelhantes anteriores. A principal oposição aos países ricos surge hoje, sobretudo na Ásia, conduzida pelo Paquistão e Índia. Conflitos que tradicionalmente emperram reuniões da ONU, como entre israelenses e árabes, dessa vez tiveram limitado significado.

Competição

A Rio-92 foi ainda uma oportunidade rara para se observar possíveis linhas de evolução do sistema internacional. Os Estados Unidos, por exemplo, não foram acompanhados por

seus aliados tradicionais em algumas questões, nas quais o domínio de novas tecnologias de despoluição e o uso eficiente de energia está se tornando rapidamente um caminho amplo de competição global.

Finalmente, a conferência esteve permeada o tempo inteiro pelo debate sobre o "direito de ingerência", expressão pela qual diplomatas descrevem a intenção, manifestada sobretudo pelo G-7 (grupo dos ricos), em dotar organismos internacionais do poder de intervir em países isolados acusados de violação de convenções e códigos internacionais. Em muitos sentidos, a Rio-92 estabeleceu não só os primeiros critérios para a cooperação, mas também avançou na difícil rota de formular, algum dia, um código internacional do desenvolvimento e ambiente.

Fonte: Estado de São Paulo
Paulo Sotero/William Waack

ECOS DO RIO: NOTAS RÁPIDAS SOBRE A CONFERÊNCIA MUNDIAL DA TERRA

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Painel de mentiras

Durante sua primeira visita ao Fórum Global, no Aterro do Flamengo, o presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, inaugurou o "mentirômetro", um painel com o desenho de Pinóquio e o nome do Japão ao lado. O "mentirômetro" aponta "mentiras" do governo japonês, que "diz ser uma emergente superpotência" ambiental. Lula leu panfleto que acusa o Japão de "caçar baleias e unir-se à Islândia para pedir a exploração sustentada de mamíferos marinhos".

Tratados no papel

O Brasil é signatário de 97 dos 900 tratados bilaterais ambientais propostas em todo o mundo. Destes, apenas 77 foram ratificados e entraram em vigor.

Lixo reciclado

A comunidade da favela do morro do Cantagalo, zona Sul do Rio, recebeu o ministro do Meio Ambiente da Noruega, Thorbjørn Berntsen, que deu início ao projeto de coleta seletiva e reciclagem de lixo, reflorestamento e horta comunitária. A comunidade recebeu US\$ 50 mil dos US\$ 300 mil necessários ao projeto.

Casal

O empresário Ted Turner afirmou que pretende tornar a rede de TV norte-americana CNN, de sua propriedade, "vetor mundial" do desenvolvimento sustentável. Turner fez o anúncio após sua mulher, a atriz Jane Fonda, assinar o painel do RioCentro com a inscrição da Promessa à Terra, comprometendo-se a agir para que o planeta seja "o lar seguro e hospitaleiro às gerações futuras".

Iraque: sem sanção

Responsável por grande dano ao meio ambiente, ao explodir refinarias de petróleo durante a Guerra do Golfo, no ano passado, o Iraque fez ontem um apelo, em nome da ecologia, para que seja suspenso o bloqueio econômico e comercial imposto ao país após a invasão do Kuwait.

Autoridades chegam e RioCentro tem segurança reforçada

A segurança no RioCentro foi reforçada com a chegada das primeiras delegações de chefes de Estado que participarão da Rio-92. No centro de convenções estão trabalhando cem guardas da ONU, auxiliados por mil fuzileiros navais do Brasil. Oito representantes de nações indígenas divulgaram uma versão alternativa da Declaração do Rio, em que reivindicam o direito de serem chamados de povos indígenas, no plural.

Ministro norueguês leva dólares para favela do Rio

A favela do Morro do Cantagalo, na zona Sul do Rio, amanheceu em festa para receber o ministro do Meio Ambiente da Noruega, Thorbjørn Berntsen, que deu início ao projeto de coleta de lixo, de reflorestamento e de horta comunitária. A comunidade, que recebeu a primeira parcela de US\$ 50 mil do governo norueguês para o projeto, fez questão que o ministro plantasse as primeiras mudas e sementes. O projeto foi desenvolvido pela Cooperativa de Trabalho dos Profissionais liberais (Multicoop) e despertou interesse do governo norueguês há cerca de dois meses. O programa deverá se estender para outras 18 comunidades com um investimento de US\$ 300 mil em um ano.

Collor critica modelo dos ricos

O discurso do presidente Fernando Collor no final do segmento da cúpula da Rio-92 foi menos conciliatório do que o da abertura. Ele disse que "o modelo econômico das nações superdesenvolvidas deve ser repensado, pois parece ambientalmente inviável e não pode servir de parâmetro para o futuro".

Lembrou também que "não existe um só canto do planeta imune aos problemas do meio ambiente e do desenvolvimento: alguns provocados inconscientemente pela pobreza, em que ainda vivem bilhões de seres humano; outros nascidos do superdesenvolvimento e, portanto, conscientes". Suas afirmações foram considerada como uma resposta ao presidente norte-americano, George Bush, o qual só compareceu à Rio-92 graças às pressões que sofreu.

"Ongueiros" cantam ao se despedir do Rio

Organizações Não-Governamentais (ONGs) brasileiras e de todo mundo viveram ontem o último dia do Fórum Global. Foram 360 horas de debates, protestos, danças e cantoria. "Ongueiros" de vários países, que animaram as atividades culturais do fórum, cantaram juntos ao se despedir do Rio.

Presidente faz balanço da Rio-92

O presidente Fernando Collor destacou como um dos principais pontos da Rio-92 – no balanço previsto para as 20 horas, em cadeia obrigatória de rádio e televisão – a certeza de que os dois problemas que mais comprometem o futuro da humanidade, a devastação da natureza e a pobreza, passarão a ser combatidos com a mesma intensidade.

Segundo o presidente, os debates e negociações realizados nos 12 dias da conferência mostraram que é preciso acabar tanto com a devastação da natureza, movida por interesses de curto prazo, quanto com a devastação nascida das situações de carência e da extrema pobreza e necessidade.

“A maioria das pessoas compreende agora que para esses desafios não há soluções parciais, todos precisamos trabalhar juntos para conseguir, na prática, o que decidimos ao longo destes dias”, afirmou Collor. A agenda do presidente, superlotada no Domingo, fez com que ele adiasse a gravação do pronunciamento de sete minutos, que deveria ser transmitido no mesmo dia para marcar o encerramento da Rio-92.

Fonte: Estado de São Paulo
Redação

ECOS DA RIO-92: UM NOVO MUNDO

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Ao encerrar-se o encontro, mesmo reconhecendo que os resultados concretos ficaram aquém do esperado, os principais participantes ponderavam que a conferência demonstrou sua importância ao apontar para uma nova consciência internacional, baseada na interdependência de ricos e pobres. Embora demonstrasse decepção com o saldo do encontro, Maurice Strong reconheceu que, em relação à primeira conferência, realizada em Estocolmo em 1972, hoje há mais ‘vontade política’ por parte dos governantes. Mesmo

assim, alertou: 'O Mundo agora não pode esperar mais 20 anos, e terá que traduzir em ações as promessas feitas aqui'.

Fonte: Informe Especial

ECOS DA RIO-92: **PROTEÇÃO ÀS FLORESTAS**

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

A Declaração de Princípios das Florestas foi um dos assuntos mais polêmicos da Rio-92, onde enfrentou forte resistência dos países exportadores de madeira, principalmente do sudeste asiático. O comércio internacional de madeira movimenta hoje bilhões de dólares por ano e os principais produtores são a Malásia, a Indonésia e o Brasil. A atividade madeireira também é importante para diversos países africanos, sobretudo Zaire, Tanzânia, República Centro-Africana, Camarões, Gabão e Congo.

Os principais motivos da discórdia entre os países industrializados e as nações detentoras de florestas residiam na intenção dos primeiros de estabelecer normas planetárias para a exploração dos recursos florestais, enquanto as segundas temiam a perda tanto da soberania sobre suas florestas, quanto da substancial fonte de recursos que representam.

Cerca de um terço da cobertura florestal da Terra já se perdeu e o ritmo de desmatamento, hoje estimado em 17 milhões de hectares por ano, se acelera cada vez mais. Segundo previsões da ONU, mantido esse ritmo, em 40 anos não haverá mais florestas no planeta, o que trará consequências catastróficas para o equilíbrio ecológico.

Para tentar deter essa devastação, o documento aprovado na Eco-92 estabeleceu que, como o custo de conservação das florestas é alto, os países em desenvolvimento

detentores de florestas devem ser compensados por protegê-las. Os recursos compensatórios não precisam ser usados nas próprias áreas florestais, podendo ser investidos para acabar com os motivos da devastação. Embora declare que o desenvolvimento sustentável das florestas devem coadunar-se comas diretrizes de cada país sobre o meio ambiente, o documento ressalva que essas diretrizes devem estar de acordo com os critérios internacionais.

Quanto aos povos das florestas, a declaração afirma que eles devem ter participação prioritária nas decisões sobre o uso e conservação das matas. Numa vitória do Brasil e outros países em desenvolvimento, o princípio que dizia serem as florestas importantes reservatórios de gás carbônico (o que se associa as queimadas ao efeito estufa) foi eliminado do texto final. Para compensar, inseriu-se uma menção ao papel das florestas do ciclo do carbono. A esse respeito, vale notar que o desmatamento e a queima de florestas e pastos respondem por 25% das emissões mundiais de dióxido de carbono. Ao mesmo tempo, estudos realizados em áreas de reflorestamento demonstram que, ao crescerem, as árvores absorvem grandes quantidades desse gás.

A declaração considerou necessários a transferência de tecnologia e o acesso aos recursos genéticos, mas afirmou que ambos precisam ser orientados por acordos entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Já no que diz respeito ao comércio internacional de produtos florestais, o documento recomendou que os países produtores tenham programas nacionais que garantam a exploração racional das florestas.

Fonte: Informe Especial

ECOS DA RIO-92: POLUIÇÃO

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

O termo refere-se à deterioração das condições físicas, químicas ou biológicas que afetam negativamente a vida humana e de espécies animais ou vegetais. O conceito está de acordo com a significação etimológica, do latim *polluere*, 'manchar, molhar sujando, sujar, corromper'.

A poluição modifica o meio ambiente, isto é, o sistema de relações onde a existência de uma espécie depende do mecanismo de equilíbrio entre processos naturais destruidores e regeneradores. Essa alteração diz respeito à ecologia, parte da biologia que estuda as relações recíprocas entre os seres vivos e o ambiente. Processo natural recuperável, a poluição resulta da presença de uma quantidade inusitada de matéria ou energia (gases, substâncias químicas, rejeitos etc) em determinado local, ou seja, é principalmente obra do homem em sua atividade industrial.

Do meio ambiente depende a sobrevivência biológica. A atividade clorofiliana produz o oxigênio necessário a animais e vegetais; a ação de animais, plantas e microrganismos garante a pureza das águas nos rios, lagos e mares; os processos biológicos que ocorrem no solo possibilitam as colheitas. A vida no planeta está relacionada com o conjunto desses fenômenos, cuja inter-relação se denomina ecossistema.

Desde antes do homem, a própria natureza produz grande quantidade de materiais nocivos ao meio ambiente (vulcões, tempestades de poeira). Por outro lado, materiais sólidos no ar, a exemplo de partículas de sal ou poeira, são essenciais para núcleos para a formação de chuvas. No entanto, quando as emanções das cidades aumentam desmedidamente esses núcleos, o excesso pode prejudicar o regime pluvial, porque as gotas que se formam são demasiado pequenas para cair como chuva. Algumas espécies de poluição, notadamente a precipitação radioativa e certas substâncias tóxicas lançadas ao ar pelas chaminés de fábricas, podem disseminar-se amplamente. Mas a poluição geralmente ocorre em limites intoleráveis onde se concentram as atividades humanas. Devido a sua tendência de se aglomerar em grandes cidades, o homem em si é um poluente; o próprio excesso de sua presença nem determinado lugar causa prejuízo às condições da vida humana.

Assim, uma das maneiras fundamentais de solucionar o problema é dispersar as fontes de poluição, já que, disseminadas, elas não ultrapassariam limites toleráveis.

Desde a Antigüidade há sinais de luta contra a poluição, mas esta só se tornou realmente um problema com o advento da Revolução Industrial. Já no início do séc. XIX, na Inglaterra, registraram-se queixas contra o ruído ensurdecido de máquinas e motores. As chaminés das fábricas lançaram no ar quantidades cada vez maiores de cloro, amônia, monóxido de carbono e metano, aumentando a incidência de doenças pulmonares. Os rios se contaminaram com a descarga de grandes quantidades de dejetos, provocando epidemias de cólera e febre tifóide. No séc. XX acrescentaram-se novas fontes de poluição, sobretudo em decorrência da crescente produção de veículos automotores.

A poluição e seu controle são geralmente tratados em três categorias naturais: poluição da água, poluição do ar e poluição do solo. Mas esses três elementos do meio ambiente também interagem. Em consequência, têm surgido divisões inadequadas de responsabilidade e resultados negativos no controle da poluição. Os depósitos de lixo poluem a terra, mas sua incineração contribui para a poluição do ar. Os poluentes no ar ou no solo, carregados pela chuva, resultam na poluição da água e substâncias sedimentadas na água acabam poluindo a terra.

Fonte: Informe Especial

ECOS DA RIO-92: POLUIÇÃO TÉRMICA E SONORA

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Também são abrangidos no conceito de poluição o calor (poluição térmica) e o ruído (poluição sonora), na medida em

que têm efeitos nocivos sobre o homem e a natureza. O calor que emana das fábricas e das residências contribui para aquecer o ar das cidade. As grandes usinas térmicas utilizam águas dos rios e as devolvem aquecidas; muitas fábricas com máquinas movidas a vapor também lançam água quente nos rios, chegando a provocar o aparecimento de fauna e flora de latitudes mais altas, com conseqüências prejudiciais para certas espécies de peixes.

O som revela-se poluente, sobretudo no caso do trânsito urbano. O ruído máximo tolerável sem efeitos nocivos é de 90 db (decibéis); acima de 100 db afeta o ouvido de maneira irreversível e quando ultrapassa 120 db, causa danos imediatos e irreparáveis. As turbinas dos aviões e jato são uma das maiores fontes de poluição sonora, dando motivo a protestos de moradores de bairros próximos aos grandes aeroportos.

No Brasil, além dos despejos industriais, o problema da poluição é agravado pela rápida urbanização (75% dos habitantes vivem nas cidades), que pressiona a infra-estrutura urbana com quantidades crescentes de lixo, esgotos, gases e ruídos dos automóveis, entre outros fatores, provocando a degradação das águas, do ar e do solo. Já no campo, os dois principais agentes poluidores são as queimadas (para fins de cultivo, pecuária ou mineração) e o uso de agrotóxicos nas plantações. Tais práticas, além de provocarem desequilíbrios ecológicos, trazem os riscos de erosão e desertificação.

Fonte: Informe Especial

ECOS DA RIO-92: POLUIÇÃO DO SOLO

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

O principal foco de poluição do solo nas grandes aglomerações urbanas são os resíduos industriais e domésticos.

O lixo das cidades brasileiras contém de 70 a 80% de matéria orgânica em decomposição, constituindo uma permanente ameaça de surtos epidêmicos. O esgoto tem sido utilizado em alguns países para mineralizar a matéria orgânica e irrigar o solo, mas esse processo apresenta o inconveniente de veicular microorganismos patogênicos. Urina e fezes humanas podem provocar a contaminação de poços e mananciais de superfície. Os resíduos radioativos, juntamente com nutrientes, são absorvidos pelas plantas. Os fertilizantes e pesticidas sintéticos são suscetíveis de incorporar-se à cadeia alimentar. Fator principal de poluição do solo é o desmatamento, causa de desequilíbrios hidrogeológicos, pois em resultado dele a terra deixa de reter as águas pluviais. Calcula-se que no Brasil são abatidos anualmente 30.000 km² de florestas, ou 300 milhões de árvores, com o objetivo de obter madeira ou áreas para cultivo.

Fonte: Informe Especial

ECOS DA RIO-92: POLUIÇÃO DO AR

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

A poluição do ar verifica-se com a presença, na atmosfera, de uma substância estranha, ou com a alteração importante de seus constituintes. Embora esse tipo de poluição sempre se tivesse manifestado – desde quando os homens morriam asfixiados por fumaça dentro das cavernas – foi na era industrial que se tornou um problema grave. É facilmente observável, pois formam-na partículas sólidas de poeira e fumaça. O principal poluente atmosférico produzido pelo homem (o dióxido de carbono e o vapor d'água são elementos constitutivos do ar) é o dióxido sulfúrico, formado pela oxidação do enxofre no carvão e no petróleo, como ocorre nas fundições

e refinarias. Lançado no ar, transforma-se em trióxido sulfúrico e este, captando a umidade da atmosfera, dá origem aos perigosos aerossóis de ácido sulfúrico. Às vezes à poluição se acrescenta o mau cheiro, produzido pelas emanações de certas indústrias, como curtumes, matadouros, fábricas de papel e celulose.

O dióxido de carbono, ou gás carbônico, importante regulador da atmosfera, pode ser causa de modificações climáticas consideráveis se tiver alterada a sua concentração. É o que ocorre no chamado efeito estufa, em que a concentração excessiva desse gás pode provocar, entre outros perigos, o degelo das calotas polares, redundando na inundação das regiões costeiras de todos os continentes. Já o monóxido de carbono é produzido sobretudo pelos automóveis, pela indústria siderúrgica pesada e pelas refinarias. Outros poluentes atmosféricos são: hidrocarbonetos, aldeídos, óxidos de azoto, nitratos de perácido, óxidos de ferro, chumbo e derivados, silicatos, flúor e derivados.

No final dos anos 70, descobriu-se nova e perigosa consequência da poluição: a diminuição da camada de ozônio, que protege a superfície da Terra da incidência de raios ultravioleta. Embora não esteja definitivamente comprovado, atribui-se o fenômeno à emissão de gases industriais conhecidos pelo nome genérico de clorofluorcarbonos (CFC). Muito usado em aparelhos de refrigeração e sprays enlatados, o CFC, ao atingir a estratosfera e ser bombardeado pela radiação ultravioleta, libera o cloro, elemento que destrói o ozônio. Fenômeno típico é a chamada inversão térmica, que se caracteriza pela presença, em elevadas altitudes, de uma camada de ar anormalmente quente. Muitas vezes acompanhada de nuvens estratificadas, pode resultar da superposição de massas de ar diferente ou de modificações da estrutura vertical dentro de uma massa anteriormente homogênea. Além de afetar a visão e o aparelho broncopulmonar, a concentração de poluentes na atmosfera provoca alergias e afeta o sangue e dos tecidos ósseo, nervoso e muscular.

ECOS DA RIO-92: POLUIÇÃO DA ÁGUA

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

As águas subterrâneas, os rios, lagos e mares são o destino final de todo poluente solúvel lançado no ar ou no solo. O esgoto doméstico é o poluente orgânico mais comum da água doce e das águas costeiras, quando em alta concentração. A matéria orgânica transportada pelo esgotos faz proliferar os microorganismos, inclusive bactérias e protozoários, que utilizam o oxigênio existente na água para oxidar seu alimento e em alguns casos o reduzem a zero. A proporção de oxigênio consumido indica o grau de poluição das águas. Os detergentes sintéticos, dificilmente biodegradáveis, impregnam a água de fosfato, reduzem ao mínimo a taxa de oxigênio e são objeto de proibição em vários países. Os fertilizantes químicos utilizados na agricultura, ao serem carregados pela água da chuva ou pela erosão do solo, acarretam a proliferação dos microorganismos e a conseqüente redução da taxa de oxigênio nos rios, lagos e oceanos. Os pesticidas (herbicidas, inseticidas, rodenticidas, fungicidas etc.), também empregados na agricultura, são produtos sintéticos de origem mineral, extremamente recalcitrantes, que se incorporam à cadeia alimentar, inclusive humana. Em eles o mais conhecido é o inseticida DDT. Mercúrio, cádmio e chumbo lançados à água são elementos tóxicos, de comprovado perigo para a vida animal.

A poluição da água tem causado sérios problemas ecológicos, no Brasil, em rios como o Tietê (SP) e Paraíba do Sul (SP-RJ). A maior responsabilidade pela devastação da fauna e pela deterioração da água nessas vias fluviais cabe às indústrias químicas instaladas em suas margens. Para o caso do Tietê, um dos rios mais poluídos do mundo, cogitou-se da contratação de tecnologia inglesa de recuperação, já experimentada com bons resultados no Tâmis, mas o projeto, até o fim da década de 1980, não fora posto em prática devido ao seu altíssimo custo.

Os casos mais dramáticos de poluição marinha têm sido originados por derramamento de petróleo, em resultado de

acidentes com petroleiros ou vazamentos de poços petrolíferos submarinos.

Uma vez no mar, o óleo se espalha como uma nata negra, conforme ventos e marés. O perigo maior do despejo de resíduos industriais no mar reside na incorporação de substâncias tóxicas aos peixes, moluscos e crustáceos que servem de alimento ao homem. Exemplo clamoroso desse tipo de intoxicação foi o ocorrido em Minamata, Japão, em 1973, devido ao lançamento de mercúrio no mar por uma indústria, fato que causou envenenamentos em massa, levando o governo japonês a proibir a venda de peixe. A poluição marinha tem sido objeto de preocupação dos governos, no quadro das Nações Unidas, com vistas a estabelecer tentativas de controle através de organismo jurídicos internacionais.

Fonte: Informe Especial

ECOS DA RIO-92: FÓRUM GLOBAL

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Enquanto as delegações oficiais negociavam no Rio-centro, o parque do Flamengo era palco de outro encontro importante, o Fórum Global, que reuniu cerca de 3.000 entidades ambientalistas de todo o mundo, as chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs). O trabalho dos ecologistas rendeu um total de 32 documentos que foram encaminhados à reunião governamental. Embora criticassem o texto dos acordos firmados pelos chefes de estado, as ONGs reconheceram sua importância como primeiro passo para proteger a Terra e comprometem-se a pressionar seus governos a colocar logo em prática os compromissos assumidos. Tal intenção recebeu o aplauso do secretário-geral da Eco-92, Maurice Strong; segundo ele, não serão políticos, mas sim os

eleitores que irão impulsionar as mudanças de que o planeta precisa, pois para concretizar as decisões tomadas pelos diversos governos o mais importante "é a vontade política, não as convenções".

As ONGs também se comprometeram a criar uma rede de informações e a promover encontros entre cientistas e comunidades e a lutar pela execução de políticas de eficiência energética. Conforme ressaltaram, a produção e a utilização de energia são grandes responsáveis pela degradação do planeta; por isso, o preço final da energia deve embutir o custo ambiental. Os ecologistas também descartam o uso das usinas atômicas como alternativa de fonte de energética.

No tratado relativo ao lixo, as ONGs prometeram lutar pela produção zero de resíduos perigosos, além de manter um permanente inventário dos acidentes com resíduos tóxicos e ampliar a rede de informação entre as regiões mais sujeitas a esse tipo de acidente. Já quando à biodiversidade, as ONGs repudiaram a conversão da dívida externa em projetos ambientais e condenaram o patenteamento de qualquer ser vivo ou produto dele derivado, embora afirmassem que os índios deveriam receber compensação financeira pela transmissão de seus conhecimentos tradicionais. Os ambientalistas alertaram ainda para o exagerado padrão de consumo da sociedade moderna, que provoca esgotamento de recursos naturais, devastação e poluição.

Fonte: Informe Especial

MINISTRO FAZ BALANÇO OTIMISTA DAS NEGOCIAÇÕES DA CONFERÊNCIA

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Um balanço positivo das negociações, com progressos em algumas áreas, foi feito pelo ministro das Relações

Exteriores, Celso Lafer, depois de um almoço-reunião da avaliação da Rio-92, com os presidentes dos oito grupos de trabalho e do Comitê Principal, embaixador Tommy Koh, com a participação do secretário-geral da conferência, Maurice Strong. Avançou-se, segundo Lafer, nos temas desertificação, mecanismos institucionais e tratamento diferenciado para os países do Leste Europeu. A situação continua complicada em finanças, florestas e biotecnologia-biodiversidade, questões-chaves da Rio-92.

Os países ricos concordaram, em princípio, com a convocação a curto prazo de uma convenção sobre desertificação, a principal reivindicação, a principal reivindicação da África. Já existe consenso, também, quanto à criação de uma comissão de alto nível para ambiente e desenvolvimento do Conselho Econômico e Social da ONU (Ecosoc). Seria de sua responsabilidade acompanhar o cumprimento das decisões da Agenda 21.

Está resolvida, também, segundo Lafer, a pretensão dos países do Leste Europeu em ter um tratamento diferenciado. O G-77 (grupo dos países em desenvolvimento) via com reservas essa reivindicação, temeroso que isso pudesse tirar recursos potencialmente dirigidos ao Terceiro Mundo. Lafer não adiantou qual a solução encontrada, mas disse que ela atende aos países ex-comunistas, que passam por dificuldades econômicas e problemas ambientais.

Entre os pontos pendentes, finanças avançou pouco. Persistem as dúvidas sobre a partir de quando estariam disponíveis os recursos novos e adicionais para a promoção do desenvolvimento sustentado.

Europa e Estados Unidos não se entendem na discussão sobre biotecnologia (que consta do capítulo de biodiversidade da Agenda 21 e não se mistura com a convenção, já fechada). Os europeus insistem na adoção imediata de normas técnicas de biossegurança; os Estados Unidos acham que ainda não é o momento da Declaração sobre Florestas: querem um texto mais amplo, com compromissos mais claros.

UM RESUMO SOBRE A ECO-92, REALIZADA NO RIO DE JANEIRO

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Desenvolver sempre

O relatório Nosso Futuro Comum ressaltava, em 1986, que o Desenvolvimento Sustentável supõe uma transformação progressiva da economia e da sociedade considerando todas as nações - desenvolvidas ou em desenvolvimento. É que, de um lado, deve-se "satisfazer as necessidades do presente", isto é, acabar com a pobreza, fome, falta de abrigo, de qualidade de vida, comum sobretudo nos países pobres. Por outro, deve-se pensar nas "necessidades das futuras gerações", que precisam herdar um meio ambiente melhor para viver.

É possível isso? A pesquisadora Ivone Gorete Lucena levanta algumas dúvidas, que mostram como é difícil alcançar o tal desenvolvimento sustentável:

- O que é necessidade mínima? necessidade mínima e pobreza para um, pode não ser para outro. Eis um exemplo antigo, de 1978, do teórico A. Gorz: "um camponês andino sem sandálias, um cidadão chinês sem bicicleta e um operário alemão sem condições de comprar um automóvel do ano, sentem a mesma sensação de pobreza".
- O que é prioridade? Vários autores mostram que a escolha de prioridades para atingirmos o Desenvolvimento Sustentável varia de país para país, ou de um segmento da sociedade para outro. Por exemplo, para países avançados, a prioridade é eficácia no uso dos recursos naturais. Entre pobres, antes de mais nada, vem o combate à miséria.
- Dá para desenvolver sempre? Há quem reclame que a palavra desenvolvimento se confunde com a necessidade constante de crescimento econômico. Existem ambientalistas e também alguns teóricos sustentando que a conservação da

natureza exigirá o crescimento zero. Será possível?

Evolução dos problemas: Nas décadas de 1960 e 1970, a preocupação maior era com o "limite do crescimento" (o quanto ainda é possível explorar a natureza, sem causar um colapso para a vida na Terra?). Nos anos seguintes, acrescentou-se a preocupação com os perigos da poluição ambiental causada pelas atividades humanas. A partir dos anos 90, o alarme soa para os efeitos globais destes problemas. Como evitar os efeitos danosos do aumento do efeito-estufa? Como se prevenir ante os perigos da biotecnologia? São algumas das questões que desafiam as gerações atuais e o próprio conceito do Desenvolvimento Sustentável.

Relembrando

A Eco-92 aconteceu entre 3 e 11 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, reunindo delegações oficiais de 178 países nas dependências do Riocentro. Era uma época favorável para a mobilização. Em 1989, tinha caído o Muro de Berlim, simbolizando a queda dos regimes socialistas. Em todos países, avançava o processo de globalização da economia, com mudanças doloridas para muitos setores.

Se o contexto era propício para discutir desenvolvimento sustentável e problemas ambientais globais, poucos podiam participar dos eventos oficiais no Riocentro. Por isso, o espaço cercado na Praia do Flamengo, que abrigou o Fórum Global, ficou apinhado de gente do mundo todo, tentando acompanhar a enorme quantidade de eventos que aconteciam simultaneamente. Outros locais também foram tomados: São Paulo, por exemplo, promoveu uma feira de produtos e tecnologias "sustentáveis".

O que se decidiu

Fora ou dentro do Riocentro, todos queriam influenciar as decisões governamentais, que resultaram em cinco documentos:

- Agenda 21 - Com mais de 600 páginas, pretendeu ser um roteiro para garantir a qualidade de vida na Terra para o Século 21. Divide-se em 40 capítulos, que funcionam como propostas de programas setoriais, com objetivos, métodos de ação e previsão de orçamento. Um dos compromissos da Agenda é que cada país e cada região envolveriam todos setores sociais, para estabelecerem suas próprias *Agendas 21*. Em 1997, no Brasil a pesquisa *O que o Brasileiro pensa do Meio Ambiente* revelou que só 4% dos brasileiros já tinham ouvido falar dela. E mais: em 2001, um evento preparatório da Conferência de Joanesburgo concluiu que os países da América Latina e Caribe destinaram só 0,1% do PNB (Produto Nacional Bruto) para implementar as decisões da Agenda 21. O compromisso de 1992 era de 0,7%: apenas cinco países europeus cumpriram esta promessa.

- Carta da Terra -Declaração de princípios da Rio-92, sem força de lei, nem previsão de medidas concretas (que estão na Agenda 21). No primeiro, está escrito que os seres humanos estão no centro das preocupações, tendo direito "à vida saudável, em harmonia com a natureza".

- Declaração das Florestas - Também sem força de lei, foi considerada apenas um primeiro passo para uma futura "Convenção das Florestas".

-

Convenção das Mudanças Climáticas - Produto da constatação científica de que emissão de poluentes no ar gerada (como o gás carbônico) aumentam a temperatura média do Planeta, trazendo conseqüências desastrosas, como o aumento do nível do mar (que poderia submergir cidades litorâneas). A convenção propôs programas nacionais para reduzir a poluição e a transferência de tecnologias *limpas* a países menos desenvolvidos. Mas só Alemanha e Inglaterra cumpriram as determinações e, até hoje, discutem-se detalhes do *Protocolo de Kyoto*, acordo que definiria regras práticas para implantar a convenção.

Convenção da Biodiversidade - Biodiversidade é a enorme diversidade de seres vivos no Planeta Terra (estima-se que sejam entre 5 e 30 milhões de espécies). A maior parte está em

áreas tropicais, como o Brasil. Ocorre que a ação humana está colocando esta vida em risco. A Convenção, que entrou em vigor em 1993, reconhece a necessidade de incentivos financeiros para os países que detém a biodiversidade cuidem da conservação e garante aos Estados o direito soberano de explorar seus recursos biológicos, dentro dos critérios da "sustentabilidade". Esta convenção depara-se hoje com temas complicados, como a biotecnologia e propriedade intelectual.

Fonte: Rio Plus

UM CONCEITO, MUITAS DEFINIÇÕES

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

"A vida da terra depende da vontade humana. A terra será o que os homens nela farão. Nós vivemos, desde agora, este momento histórico decisivo da evolução terrestre".

Rudolf Steiner, fundador da Antroposofia

A frase acima foi publicada em março de 1921 pelo fundador da Antroposofia (*Antropos* = homem, *sofia* = estudo), linha que defende o resgate da unidade do homem com a natureza. Steiner ensinava que, até a Idade Média, os seres humanos criavam animais, cultivavam a terra e cuidavam das plantas, numa unidade classificada como "organismo agrícola". Esta unidade começou a se quebrar com a mudança do padrão tecnológico, que gerou o êxodo do homem para as cidades.

A Ciência concentrou-se no desenvolvimento de tecnologias poupadoras de energia humana. No campo, isto gerou a dependência de insumos, aplicados para compensar a redução da mão de obra disponível e suprir a fome crescente de alimentos. Foi se evoluindo para a criação intensiva de animais

e o cultivo extensivo de cereais, hortaliças e árvores frutíferas, como descreve o editorial "História da Agricultura", do Boletim nº 80 do IBD - Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, entidade que segue a filosofia antroposófica.

Foi assim que se chegou a uma fase de intensa produção agrícola, que teve pelo menos um efeito colateral indesejado: a crescente degradação do meio ambiente pela exploração dos recursos naturais à exaustão e perda do controle da geração de resíduos de toda espécie.

Esta realidade reforçou os ideais de quem defende o resgate de métodos de cultivo capazes de unir a produção de alimentos com o equilíbrio ambiental. Para estas pessoas, isto só ocorre mediante o recordar da consciência do Homem, do chamado "eu íntegro", humilde e fraterno, de um trabalho conjunto e participativo, que tem a vantagem de integrar o produtor agrícola e a sociedade.

A agricultura biodinâmica é uma das formas de agricultura orgânica que buscam harmonizar a relação do homem com o campo. Ela segue a idéia de que o conhecimento, a sabedoria e a humildade estão implícitos no trabalho agrícola diário, que deve ser exercido solidariamente, para gerar alimentos saudáveis, preservar o ambiente e contribuir com o bem estar das futuras gerações.

Esta é uma das muitas faces do Desenvolvimento Sustentável.

O lado espiritual

Uma outra face dos debates sobre o Desenvolvimento Sustentável pode ser observada na frase atribuída ao escritor Leonardo Boff, ex-frei dominicano, para quem "o desenvolvimento sustentável nada mais é que a administração da voracidade humana".

Esta afirmação complementa o que pregava Rudolf Steiner, fundador da Antroposofia, ao propor uma relação de respeito com aquilo que é explorado na natureza, a forma como é explorado e o quanto pode ser explorado, sem que o equilíbrio se rompa ou seja seriamente afetado.

Pregar o uso da sensibilidade humana, utilizando o conhecimento que antecedeu o desenvolvimento tecnológico, como fazem os seguidores da antroposofia; ou tentar dar uma dimensão ética e moral para a exploração do meio, como prega Leonardo Boff, não são utopias filosóficas. Ao contrário, estão por trás de muitas discussões sobre o destino da nossa Mãe Terra. Discussões estas, que influenciaram, por exemplo, a elaboração da Agenda 21, documento subscrito por cerca de 150 países, na Rio 92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992.

Ecodesenvolvimento x Desenvolvimento Sustentável

Muitos pensam que o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi criado durante a Rio 92. Na verdade, ele nasceu bem antes: sua origem é da década de 1960, quando se formou na Itália o Clube de Roma, reunindo um grupo de especialistas de vários países para debater o futuro do Planeta. Este grupo publicou um estudo "Limites do Crescimento", onde ficou provado, com números, que o progresso científico e tecnológico estava criando um perigoso confronto entre o conforto humano imediato e a preservação (leia-se sobrevivência) da vida no nosso planeta.

Foi como uma bomba. Primeiro as informações influenciaram as conclusões da Conferência de Estocolmo - 1.^a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em 1972. Além disso, criou-se o termo "ecodesenvolvimento", para definir um compromisso que conciliasse o aumento da produção, pleiteada pelo Terceiro Mundo, com o respeito aos ecossistemas, necessário para preservar a vida na Terra.

Fato curioso. José Manuel Naredo, estudioso deste termo, descreve num artigo transcrito na Internet que Ignacy Sachs, então consultor da ONU - Organização das Nações Unidas propôs o termo "ecodesenvolvimento", que foi adotado oficialmente num evento da própria ONU no México em 1974.

Só que aconteceu a oposição de Henry Kissinger, então chefe da diplomacia do governo norte-americano. Foi aí que se sugeriu a expressão "Desenvolvimento Sustentável".

Definição oficial e desafios do termo

"Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades".

Esta é a definição oficial mais aceita para este termo. Foi elaborada nos anos 1980 pela Comissão Brundtland - grupo designado pelo PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e consta no Relatório "Nosso Futuro Comum", elaborado por esta comissão.

Além de definir, "Nosso Futuro Comum" apresenta alguns desafios a serem enfrentados, para transformar a teoria em realidade:

- **"Satisfazer necessidades do presente"** - O relatório (dos anos 80) pede prioridade para a satisfação das necessidades essenciais dos pobres. E ressalta: um grande número de pessoas dos países em desenvolvimento carece de alimentos, roupas, habitação, emprego. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida.
- **"Necessidades das futuras gerações"** - o texto propõe que só se garantirá a sustentabilidade, se as políticas de desenvolvimento permitirem o acesso aos recursos a todos os países, bem como a distribuição de custos e benefícios resultantes. E lembra: neste processo, é preciso considerar as limitações do estágio de tecnologia e da organização social de cada país.

"Nosso Futuro Comum" lembra ainda que o Desenvolvimento Sustentável supõe uma transformação progressiva da economia e da sociedade, sendo preciso levar

em conta a questão da sustentabilidade em todas nações - desenvolvidas ou em desenvolvimento.

Contradições e ambigüidades

Vários autores vêm apontando contradições implícitas na expressão Desenvolvimento Sustentável. Destacamos aqui algumas das contradições estudadas pela pesquisadora Ivone Gorete Lucena:

- **O que é necessidade mínima?** O que é necessidade mínima para um, pode não ser para outro. Em 1978, o teórico A. Gorz, fez a seguinte comparação: "um camponês andino sem sandálias, um cidadão chinês sem bicicleta e um operário alemão sem condições de comprar um automóvel do ano, sentem a mesma sensação de pobreza".
- **O que é prioridade?** Vários autores mostram que a definição de prioridades para atingirmos o Desenvolvimento Sustentável varia de país para país, ou de um segmento da sociedade para outro. Por exemplo, para países avançados, a prioridade é a eficácia no uso dos recursos naturais. Entre os pobres, antes de mais nada, vem o combate à miséria.
- **Linguagem** - Mais de que contradição, há um desafio a superar: como a questão ambiental é interdisciplinar, deve-se criar uma linguagem comum para facilitar o intercâmbio de tecnologias e conhecimentos, em prol do Desenvolvimento Sustentável
- **Desenvolver para sempre?** Há quem reclame que a palavra desenvolvimento se confunde com a necessidade constante de crescimento econômico. Existem ambientalistas e também alguns teóricos sustentando que a conservação da natureza exigirá o crescimento zero. Será possível? Como escreveu a pesquisadora: "enquanto há primazia do valor de troca sobre o valor de uso (...) existirá permanente dificuldade de discutir desenvolvimento sustentável".

Evolução dos problemas: Nas décadas de 1960 e 1970, a preocupação maior era com o "limite do crescimento" (o

quanto ainda é possível explorar a natureza, sem causar um colapso para a vida na Terra?). Nos anos seguintes, acrescentou-se a preocupação com os perigos da poluição ambiental causada pelas atividades humanas. A partir dos anos 90, o alarme soa para os efeitos globais destes problemas. Como evitar os efeitos danosos do aumento do efeito-estufa? Como se prevenir ante os perigos da biotecnologia? São algumas das questões que desafiam as gerações atuais e o próprio conceito do Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Rio Plus

SECRETÁRIO-GERAL DA RIO-92 QUER VER PROMESSAS VIRAREM AÇÕES

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

O discurso de despedida do secretário-geral da Rio-92, Maurice Strong, poderia ser o mesmo que fez ao encerrar a Estocolmo-72, a reunião ambiental pioneira, não fosse uma grande diferença. "O mundo agora não pode esperar mais 20 anos, e terá de traduzir em ações as promessas feitas aqui."

Strong reconheceu que nos 20 anos entre as duas reuniões a maior novidade é a "vontade política", que considera uma chave para as grandes mudanças que poderão salvar "um planeta em perigo". Mas ele também admitiu um sério problema – o do controle das decisões políticas nacionais no âmbito internacional: "Não temos um governo mundial". Para Strong, são as ONGs e os eleitores os instrumentos de pressão capazes de levar os governos na direção apontada pela Rio-92.

A imprensa recebeu e despediu-se de Strong com aplausos, meia hora depois que o presidente Collor fechou 12 dias que culminaram dois anos de preparação para a maior reunião de chefes de governo da Terra. E anunciou, relaxado: "A última martelada já foi dada". Não queria dar a impressão

de satisfação com os resultados. Até pediu: "Não sejamos complacentes", porque nada ainda mudou, embora "possa mudar". Ele próprio tem esperança: "O mundo todo nos observou e fará com que seus líderes cumpram o que prometeram". E descreveu o Rio como "uma pista de lata velocidade a um futuro melhor".

Strong acha que uma forma de fiscalizar o cumprimento das promessas poderá ser o processo de prestação de contas que a Costa Rica propôs, batizado de Conselho da Terra. Ele acha possível convocar uma reunião para a próxima Assembléia Geral da ONU, em Nova York, no final do ano. Quando um repórter lhe perguntou se deveriam participar ministros da Economia ou de Meio Ambiente, não hesitou: "A mensagem principal é econômica".

Decepção

Strong lembrou o novo papel do Banco Mundial e do FMI no processo de limpeza do planeta. E comentou que os ministros de Meio Ambiente não estabelecem políticas econômicas, e sim os de Economia, que influem nas decisões ambientais. Sua maior decepção?, perguntou um repórter. "A falta de um programa e de alvos na Convenção de Mudanças Climáticas". Depois, "Na parte econômica, temos, no momento, um financiamento inadequado". Ele preferiria ter um compromisso mais firme dos países industrializados. E avisou: "Minha atitudes não é de acusação; vamos esperar para ver".

A falta de uma decisão específica sobre o que fazer no caso de um país agredir o ambiente de outro, numa guerra, também decepcionou Strong. Ele não mencionou o incendiário ataque do Iraque aos poços de petróleo do Kuwait, um exemplo recente, e se mostrou favorável à aplicação de "sanções rígidas". As críticas, porém, "não negam o valor" do que se alcançou.

Um cálculo parcial feito às pressas por Strong, limitado pela falta de informação de vários países, mostra que mundo se comprometeu a dar entre US\$ 6 bilhões US\$ 10 bilhões por ano para a limpeza do planeta. Mas ele fez questão de advertir: "Isso se as promessas forem traduzidas em ações". Para ele,

também, a falta de assinatura dos Estados Unidos na Convenção de Biodiversidade não impediu que 153 países aderissem até ontem. Numa crítica ao consumismo, afirmou: "Os padrões atuais de vida nos Estados Unidos e no Canadá não são sustentável".

Strong não tem intenção de organizar a terceira reunião ecológica de sua vida. "Não nos próximos dias", brincou. "Nada do que decidimos aqui deverá me afetar, mas a meus filhos, sim", explicou. A Rio-92 em resumo, "é um voto de confiança". As convenções aprovadas só terão valor jurídico depois de ratificadas por um ministro de 50 países.

Fonte: Estado de São Paulo
Moisés Rabinovici

RIO-92, CINCO ANOS DEPOIS

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

A Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável - FBDS teve mais uma vez a grande honra de colaborar com o Instituto de Estudos Avançados da USP, através da Academia Brasileira de Ciências, na elaboração de documentos relativos aos setores específicos de atividades na implementação da Agenda 21 e da Convenção do Clima e no acompanhamento do seu desenvolvimento até o presente.

A Rio+5, ao invés de ser uma conferência ou workshop, é parte de um processo contínuo de apropriação, por diversos setores de atividade, da evolução dos problemas relativos ao modelo de desenvolvimento sustentável. Tem ainda como finalidade a conformação desses mesmos setores da sociedade civil em um projeto global que venha corrigir as distorções e os perigos para a biosfera. As práticas perversas que subsistem e que, na verdade, continuam a comandar o desenvolvimento tanto econômico, quanto tecnológico e social, vêm

desconhecendo os efeitos futuros desses impactos sobre o planeta.

A FBDS está hoje profundamente ancorada na análise dos fatores acima mencionados, nos projetos de correção dessas distorções e na ação para a formulação de políticas públicas. Nestes campos é que se fez sentir a colaboração entre o Instituto de Estudos Avançados, a Academia Brasileira de Ciências e o suporte indispensável que recebemos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A FBDS desde o início de sua existência teve o inestimável apoio e o seu nicho especial no Instituto de Estudos Avançados. Nossos conselheiros desde a primeira hora: Paulo Nogueira-Neto, Jacques Marcovitch, José Goldemberg e Aziz Ab'Sáber, foram, são e esperamos que continuem a ser, os pilares de conhecimento e apoio que temos recebido. Cada um dos nossos colaboradores neste documento foi escolhido cuidadosamente como possuidor do nível mais alto do conhecimento em suas respectivas áreas.

Gostaria, ainda, de chamar a atenção para o fato de que, na verdade, os estudos aqui contidos deveriam ter sido desenvolvidos no contexto da Comissão Interministerial de Desenvolvimento Sustentável, ou de outro conselho que subsidiasse a estratégia governamental de desenvolvimento sustentável. No entanto, a implementação desses instrumentos de nível governamental vem demorando e ameaça ser ineficaz para os efeitos de fundamental importância no contexto da Rio+5. Desta forma, sem que queiramos substituir o governo e reconhecendo sermos apenas uma das parcelas da sociedade civil que tem algo a dizer sobre o projeto brasileiro de desenvolvimento sustentável, queremos crer que este trabalho seja o produto mais importante que o Brasil tenha produzido desde 1992 sobre o tema.

É claro que este esforço deverá ter continuidade e este documento seguramente deverá ser o marco inicial de um processo que deve aprofundar-se cada vez mais, em termos de qualidade e conhecimento, e alargar-se cada vez mais em termos de participação de toda a sociedade.

Pessoalmente, não posso deixar de fazer um agradecimento especial ao Professor Eduardo M. Kriegerl Presidente da Academia Brasileira de Ciências, ao Professor Umberto G. Cordani, Diretor do Instituto de Estudos Avançados e ao Professor José Galizia Tundisi, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Fonte: Rio Plus
Jacques Marcovitch/Umberto G. Cordani/Eneas Salati

RIO-92 TERMINA COM ENTENDIMENTO **FRÁGIL**

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

A Rio-92 encontrou uma fórmula de acordo para financiar seus amplos projetos de desenvolvimento e proteção ambiental que ficou bem mais pobre do que as ambições da gigantesca conferência. Pouco antes que os 102 chefes de Estado e governo se dirigissem para sua última sessão plenária, os negociadores finalizavam um texto com o compromisso possível em dois pontos em aberto.

No principal deles, o prazo que os países teriam de cumprir para aumentar substancialmente sua ajuda econômica ao desenvolvimento, um malabarismo verbal pretendia atender a vários interesses divergentes. Ao mesmo tempo em que fixava o ano 2000 ou "o mais breve possível" como meta para que os ricos destinassem 0,7% de seu PIB em assistência externa, o documento que seria submetido à apreciação do plenário deixava portas abertas para cada um fazer o que bem entender. Os países ricos se comprometem de forma genérica a "colocar mais recursos na Agenda 21". Tudo isso será objeto de controle e revisão pela recém-criada Comissão de Desenvolvimento Sustentado da ONU.

Em outro item polêmico, o impasse entre ricos e pobres foi resolvido também com um artifício semântico. Nesse caso o truque da negociação diplomática consistiu em evitar a expressão “termos reais” ao se falar da recomposição do capital de uma agência do Banco Mundial especializada no financiamento dos países mais pobres. Ela está longe, porém, de garantir os recursos “novos e adicionais”, tal como pretendido pelo G-77 (o grupo dos países em desenvolvimento) e reconhecido como necessário pelos próprios ricos para a execução da Agenda 21.

Em compensação, os países em desenvolvimento obtiveram dos industrializados o comprometimento de que as decisões dentro do Global Environment Facility (GEF) – um fundo criado no ano passado para sustentar projetos ambientais globais – serão “democráticas” com uma composição em suas de decisão com maior participação dos pobres. Além disso, durante a conferência vários chefes de governo de países ricos, anunciaram sua intenção de aumentar substancialmente os recursos à disposição desse fundo.

Importância vem sendo atribuída também a esquemas de alívio de dívida coordenados internacionalmente. A maior insistência dos países credores nesse sentido é a de que aplicação de recursos em novos projetos seja submetida a seu controle e supervisão. Para os países mais pobres, os industrializados estudarão o breve perdão de dívidas.

Caminhos abertos

A combinação de todos esses elementos – aumento da ajuda oficial ao desenvolvimento, recomposição do capital de agências especializadas, valorização e “democratização” do GEF, alívio e perdão de dívida externa – comporta na opinião dos principais negociadores envolvidos na exaustiva tarefa de um entendimento, um menu de opções capazes de permitir pelo menos a abertura de uma nova era de cooperação entre ricos e pobres, caracterizada pelo conceito da dependência mútua em matéria de política de desenvolvimento ambiental.

Sem um esquema financeiro, a Agenda 21, o principal resultado da Rio-92, seria o principal resultado da Rio-92, seria apenas mais uma declaração de boas intenções como as dezenas produzidas em outras conferências internacionais. Os próprios países industrializados admitem que o compromisso não supera divergências nacionais nem atende às reivindicações formuladas pelos pobres. Por mais frágeis que seja as bases financeiras, argumentou um importante chefe de governo europeu, elas pelo menos permitem que se concretize uma mudança de consciência internacional.

Os participantes da Rio-92 começaram a deixar o Riocentro, afirmando que o importante agora será explorar os caminhos abertos pela conferência. Parecia haver unanimidade a apreciação, manifestada por vários chefes de Estado e governo, de que nada mais será como antes, depois do evento no Rio de Janeiro. Persistia apenas a dúvida se haverá vontade política para avançar nesse caminho.

Fonte: Estado de São Paulo
Willian Waack/Paulo Sotero

RIO-92 SOB A PERSPECTIVA BRASILEIRA

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Em 1992, o Rio de Janeiro foi palco da Cúpula Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Rio 92), o maior evento já realizado, na época, sobre o tema. Na ocasião, representantes de mais de 150 países reuniram-se para discutir dois dos mais graves problemas da humanidade: a pobreza e a degradação ambiental.

Durante o evento, foram firmadas as Convenções do Clima e da Biodiversidade do Planeta, além da Agenda 21 mundial. O Brasil assinou os três documentos.

Passados dez anos, a Rio + 10 será realizada em Johannesburgo, na África do Sul, de 26 de agosto a 4 de setembro. A nova edição da "Cúpula da Terra" pretende avaliar os avanços e retrocessos do período, revisar e definir a implementação de acordos.

Em junho de 1992

Em junho de 1992, chefes de Estado de todos os países se reuniram no Rio de Janeiro, para tratar dos problemas do Planeta Terra. Evidentemente, os interesses dos diferentes países entraram muitas vezes em conflito. Discutiremos os pontos polêmicos, as questões em pauta na Conferência e os resultados que a ECO ou RIO-92 alcançou.

O que é biodiversidade?

Biodiversidade é a riqueza biológica existente em muitos países, sobretudo nos menos desenvolvidos, onde a área florestal ainda é enorme. Em particular, nos trópicos existe um número extremamente grande de espécies, tanto animais como vegetais, muitas delas nem sequer catalogadas ou identificadas. Várias certamente terão, um dia, grande importância industrial, médica, ou nutricional.

O Brasil está entre os cinco maiores "donos" desta riqueza biológica. Veja a contradição: por um lado, a imensa riqueza biológica dos países pobres, que não pode ser explorada por eles mesmos, por falta de dinheiro e de tecnologia competente; por outro, os países ricos, donos do dinheiro e da tecnologia, mas que não têm essa biodiversidade.

Países com megadiversidade: reunidas, as 17 nações destacadas em verde perfazem territorialmente mais de 2/3 de todos os recursos biológicos ainda existentes na Terra. Esses países são também a casa da maior porção de biodiversidade de nosso planeta. Em termos de plantas e animais, mais de 80% deles correm perigo.

O que é desenvolvimento sustentado?

Os países pobres têm a necessidade premente de alimentar suas populações. Acaba-se com a pobreza promovendo-se o desenvolvimento. Até hoje, porém, desenvolver quase sempre significou agredir o ambiente. Como então conciliar o desenvolvimento com a proteção ambiental? O conceito de DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO consegue lidar com essas contradições. Trata-se do seguinte: o ambiente pode e deve ser aproveitado em benefício das populações que nele vivem, porém de forma muito cuidadosa e preservando ao máximo, sem os estragos que os modelos atuais de desenvolvimento têm causado. Assim, o crescimento econômico deve ser sempre compatível com a preservação ambiental.

Pontos polêmicos - Emissão de CO2

Os EUA não aceitam fixar datas para reduzir as emissões de gás carbônico; obviamente, querem conservar seus padrões de conforto e de desenvolvimento, continuar utilizando seus carros e gerar energia por usinas termelétricas. Os países árabes, por sua vez, também não aceitam limitações, já que estão interessados em vender seu petróleo. Os países da Europa aceitam reduzir suas emissões de CO2 aos níveis de 1990, até o ano 2.000.

Biodiversidade

O Brasil e os países detentores da biodiversidade querem conservar a soberania sobre este potencial biológico, cobrando royalties pelas pesquisas dos países ricos sobre essas espécies. Também querem acesso ao "know-how" da biotecnologia, para explorarem eles próprios sua biodiversidade. Ao contrário, os americanos acham que todo potencial biológico é propriedade universal e deve ser conservado no seu estado natural. Querem, além disso, cobrar *royalties* sobre os produtos que eles desenvolvem a partir da biodiversidade, utilizando sua tecnologia sofisticada.

Conservação das Florestas Tropicais

Enquanto os países do Primeiro Mundo defendem a conservação total das florestas tropicais, países exportadores de madeira se opõem totalmente. A Malásia, grande exportador, tem a intenção de desmatar cerca de 6% de seu território. As nações industrializadas, que já destruíram suas próprias florestas, enxergam nas matas tropicais uma forma de absorver e reciclar o CO₂ que elas produzem; os países com florestas tropicais querem conservar o direito de explorá-las.

O dinheiro para proteger o ambiente

O Terceiro Mundo defende a idéia de que o custo da despoluição deve caber ao Primeiro Mundo, já que é o principal responsável pelo problema. Acha ainda que os recursos repassados a ele com finalidades ambientais deveriam ser doados, ou pelo menos emprestados em condições muito especiais. Há também, diz ele, a necessidade de se concederem recursos novos. O Primeiro Mundo discorda totalmente disso; acredita que os recursos disponíveis em programas já existentes, como o Global Environment Facilities, do Banco Mundial, deveriam suprir as necessidades.

Fonte: Rio Plus
Jacques Marcovitch/Umberto G. Cordani/Eneas Salati

RIO-92 ANUNCIA COMEÇO DE UMA NOVA ERA

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

A maior conferência internacional de todos os tempos terminou no Riocentro com a adoção, por mais de uma centena

de chefes de Estado e governo, de uma declaração e um programa de ação para salvar um planeta ameaçado pela pobreza e destruição ambiental. Num clima festivo e emocionado, milhares de delegados da Rio-92 saudaram o que seus principais organizadores já chamam de o início de uma nova era.

“O mundo não será o mesmo a partir de agora”, declarou o secretário-geral da

Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Maurice Strong, o incansável canadense que comandou dois anos e meio de exaustivas discussões e preparativos.

A partir dos critérios estabelecidos por Strong para avaliar o êxito da conferência – a disposição dos países ricos em fornecer imediatamente recursos financeiros substanciais para os ambiciosos projetos de desenvolvimento e proteção ambiental -, a Rio-92 dificilmente poderia ser chamada de um sucesso. Existia, porém, unanimidade entre seus principais participantes de que a conferência não teria de ser medida por detalhes de seus textos legais mas, sim, pela mudança de consciência internacional que ela sinaliza.

Alguns líderes, como o chanceler alemão Helmut Kohl, compararam a Declaração do Rio, um dos documentos aprovados, com a Ata de Helsinque (Finlândia), assinada em 1975 por países de blocos antagônicos, na Conferência de Segurança e Cooperação na Europa. No momento em que foi assinado, esse texto era considerado utópico e uma mera declaração vazia de conteúdo prático. Tornou-se, porém, em poucos anos, um instrumento importante para o fim da guerra fria e um parâmetro para a cooperação e o comportamento internacionais. “Tenho certeza de que a Declaração do Rio terá efeitos semelhantes”, disse o chanceler alemão.

Vários países já ressaltam a importância da conferência pelo fato de ter relançado o tema do desenvolvimento econômico na agenda internacional, enriquecido pela dimensão ecológica. A “ordem ambiental”, discutida à exaustão em 12 dias de conferência no Riocentro, afirma um novo tipo de

dependência mútua entre ricos e pobres. “Ficou ainda mais nítida a globalidade dos problemas e o fato de que só podemos superá-los com estímulos e não com proibições”, disse o chanceler brasileiro Celso Lafer.

A idéia de que o superconsumo nas sociedades industrializadas ou nos bolsões de prosperidade no Sul tem impacto direto sobre degradação ambiental e pobreza em outras regiões do mundo foi consagrada pela Rio-92. A conferência evidenciou a urgência na tarefa de modificar essa realidade por meio do que ficou sendo a expressão da moda na Rio-92: desenvolvimento sustentado, pelo qual se designa crescimento econômico compatível com a preservação ambiental.

Embora os países ricos tivessem assumido compromissos verbais de financiar esse ambicioso programa de ação, conhecido com Agenda 21, a Rio-92 mostrou que interesses nacionais e egoísmos domésticos prevaleceram sobre o reconhecimento da necessidade de um novo tipo de cooperação. Em parte, as discussões sobre as modalidades de financiamento tornaram-se mesquinhas diante da amplitude do desafio que a Rio-92 colocou para a comunidade internacional.

Fonte: Estado de São Paulo
Paulo Sotero/William Waack

RICOS FAZEM PROPOSTA DE ACORDO A POBRES, EM TROCA DO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES DA RIO-92

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Os países pobres receberam uma proposta de acordo que fica longe de atender suas ambiciosas exigências financeiras, mas parecia ser o único entendimento possível no principal contencioso da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (rio-92). Em troca do

compromisso genérico, por parte dos países ricos, de argumentar os financiamentos para desenvolvimento sustentado por meio de organismos já existentes, os países pobres concordam em cumprir as obrigações assumidas na conferência.

Na véspera, o G-77 (o grupo dos países em desenvolvimento) havia ameaçado não cumprir qualquer item do audacioso programa de ação da Rio-92, caso os ricos não fizessem promessas específicas de concessões imediatas de substanciais financiamento, muitos a fundo perdido. Essas exigências praticamente desapareceram na terceira versão do texto base de negociação, apresentada pela manhã pelo embaixador brasileiro em Washington, Rubens Ricúpero, que preside o grupo de contato sobre finanças. "É uma negociação complexa mas estamos caminhando", disse o embaixador.

Bilhões de Ecus

Àquela altura, depois de cinco intensas horas de negociação, já estava claro, que pelo menos três pontos do texto de 21 parágrafos, que circulou às 10h45, teriam provavelmente de ser decididos pelos respectivos ministros. Todos eles se referem aos meios de execução da Agenda 21. O compromisso, por parte dos países ricos, de destinar 0,7% de seu Produto Interno Bruto (PIB) para ajuda ao desenvolvimento era o principal deles.

Os pobres insistem em que isto ocorra até o ano 2000. Os Estados Unidos, a Comunidade Européia e o Japão prontificam-se a atender essa meta "assim que possível". O compromisso sugerido por Ricúpero tenta conciliar as duas posições fixando o ano 2000 como prazo ou "o quanto antes depois disso". Apenas cinco países já atingiram os 0,7%: Noruega, Holanda, Dinamarca, Suécia e França.

Justamente a França conseguiu, ontem, numa reunião a nível ministerial dos países da Comunidade Européia, um consenso para oferecer 3 bilhões de Ecus (o equivalente a cerca de US\$ 4,5 bilhões) em cinco anos para financiar projetos da Agenda 21.

O anúncio ainda não foi feito oficialmente e está sendo guardado pelos europeus como trunfo de negociação frente aos pobres na reunião plena do Comitê de Contato sobre Finanças.

“A oferta deve causar boa impressão, o problema é saber quanto dessa verba é adicional, isto é, dinheiro novo”, disse uma importante fonte alemã.

As duas outras pendências que podem subir a instâncias superiores referem-se aos mecanismos de financiamento. Uma delas trata do aumento de capital da International Development Association (IDA), o braço do Banco Mundial que concede financiamento sem juros a países com renda per capita abaixo de US\$ 1 mil. Os países nórdicos, por exemplo, sugerem que essa agência seja usada como principal canal de financiamento da Agenda 21, desde que seu capital seja substancialmente reforçado. Sua última recapitalização, há 2 anos, foi o equivalente a US\$ 18,8 bilhões de hoje. A próxima terá de estar determinada até julho de 93.

Fonte: Estado de São Paulo
Paulo Sotero/William Waack

RACHA NO G-77 IMPEDE ACORDO COM PAÍSES RICOS NA ECO-92

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

As negociações entre ricos e pobres para financiar os ambiciosos projetos de desenvolvimento e preservação do ambiente que a Rio-92 pretende aprovar complicaram-se bastante com a recusa, por parte dos países em desenvolvimento, em cumprir qualquer item das convenções se não houver um compromisso imediato, por parte dos industrializados, em fornecer créditos, alguns a fundo perdido. A briga pelo dinheiro, a principal da gigantesca conferência no

Riocentro tornou-se, mais intricada pelo racha dentro do grupo dos pobres (G-77), que não conseguiu apresentar posição comum sobre a formação de um Fundo Verde.

Divergências entre os dois principais grupos de países, ricos e pobres – teoricamente o último dia para negociações antes da chegada dos chefes de Estado e de governo – um acordo sobre a redação final de uma declaração sobre florestas. Um de seus itens mais polêmicos, que afeta diretamente o Brasil, refere-se ao “manejo sustentado” de florestas. O Brasil teme perder a soberania de suas decisões nesse campo. Polêmicos são também os mecanismos de compensação financeira para quem renunciar ao uso de suas florestas.

Alianças flutuantes

Num confuso panorama de alianças flutuantes e brigas internas nos diversos grupos de países (comunidade Européia – CE – contra Estados Unidos; G-77 contra ex-socialistas, por exemplo) devido à diversidade de interesses específicos, quem surgiu como campeão de causa dos países em desenvolvimento foi o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus. Num longo e substancioso pronunciamento no plenário principal, ele defende a tese de que os ricos deveriam destinar 0,7% do seu Produto Interno Bruto (PIB) para ajuda ao desenvolvimento, uma velha reivindicação dos países pobres. Camdessus foi prudente, porém, para não incluir prazos, o que teria causado enorme irritação nos Estados Unidos. “O superconsumo espolia as gerações futuras e está na origem dos problemas”, declarou o diretor-geral do FMI, que aconselhou ainda um “remanejamento dos recursos do Norte para o Sul”.

Concessões

Essa é a questão fundamental em discussão no grupo de contatos sobre finanças, presidido pelo embaixador brasileiro em Washington. Rubens Ricúpero. Seu texto oferecido Sábado como base de negociação continha “concessões demasiadas” na

opinião do principal articulador do G-77, o embaixador paquistanês na ONU, K.A. Marker. À tarde, ricos e pobres trocaram acusações mútuas num ambiente descrito como “excessivamente emotivo” pelo representante alemão. Hoje de manhã, em reuniões separadas com diversos grupos, Ricúpero tentará novo entendimento.

Colocados numa constrangedora posição de isolamento, os Estados Unidos ensaiaram uma contra-ofensiva para melhorar o clima antes da chegada do presidente George Bush. O chefe da delegação norte-americana, Willian Reilly, voltou a circular pelos corredores dizendo que os pontos de união são maiores que a discórdia entre os países. A CE, rachada por disputas internas sobre florestas e emissões de CO₂, reagiu em tom semelhante. “Nossa intenção é unir, pois quando se trata da destruição do planeta não há anjos nem vilões”, disse um porta voz da CE, o holandês Laurens Jan Brinkhorst.

Fonte: Estado de São Paulo
Redação

PRESIDENTE FERNANDO COLLOR ASSINA A CONVENÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

O presidente Fernando Collor assinou sob aplausos dos delegados de diversos países, a Convenção da Biodiversidade. “Nela talvez, mais do que outros documentos, a comunidade internacional dá um sinal de apreço à vida”, disse Collor em seu discurso. “A proteção à biodiversidade não pode dividir: é causa de todos.” Para o presidente, não há dúvida “de que a conservação da diversidade biológica e o desenvolvimento da biotecnologia exigem regulamentação inovadora, a fim de que se venha a instaurar uma etapa de distribuição eqüitativa de benefícios entre os detentores de recursos genéticos e os

detentores dos meios científicos e tecnológicos para manejá-los". Na comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, Collor disse que "seria irônico, para não dizer trágico, se depois de reduzirmos a ameaça nuclear viéssemos a parecer lentamente pela ruptura do frágil equilíbrio ecológico". Collor e outras autoridades plantaram mudas de pau-brasil na área externa do Riocentro.

Fonte: Estado de São Paulo
Paulo Sotero

PRESIDENTE COLLOR DESTACA NECESSIDADE DE FINANCIAMENTOS. VEJA SEU DISCURSO NA RIO-92

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Veja a seguir na íntegra do discurso do presidente Fernando Collor no encerramento da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento:

"Gostaria de começar com profundo agradecimento a todos aqueles que, vindos das mais diferentes partes do mundo, contribuíram para o êxito de nossa Rio-92: Governos, o Secretariado das Nações Unidas, o Secretariado da Conferência, organismos e agências especializadas, movimentos e pessoas dedicadas à causa do meio ambiente e do desenvolvimento.

Sabemos o quanto deve essa grande causa à determinação e até mesmo aos sacrifícios das organizações não-governamentais; o "Fórum Global" foi um grande e magnífico acontecimento – aqui no Rio, estivemos todos juntos.

Desejaria expressar, também, o orgulho que sinto pela obra que o Brasil realizou na preparação desta que foi a maior reunião internacional de toda a história – uma mostra de nossa

capacidade, de nossa vocação de país moderno, aberto e empreendedor – tomei nota com alegria das numerosas expressões de apreço pelos esforços que realizamos.

O meu reconhecimento especial aos cariocas e fluminenses, ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, à Prefeitura da Cidade, ao Grupo de Trabalho Nacional, às entidades, às empresas, a cada brasileiro envolvido neste empreendimento – um muito obrigado ao ministro Francisco Rezek, por sua dedicação ao iniciar os preparativos da Conferência.

Todos devemos, ainda, uma palavra especial de gratidão ao Secretário-Geral Boutros-Ghali, a Maurice Strong, e aos seus colaboradores.

Finalmente, não poderia deixar de expressar meu reconhecimento pelo trabalho incansável do Embaixador Tomy Koh, na presidência do Comitê Preparatório e do Comitê Principal da Conferência.

Senhoras e Senhores,

Durante pelo menos doze dias, as atenções da humanidade estiveram voltadas para as questões essenciais da vida, do desenvolvimento e da justiça na Terra.

Existe um genuíno e amplo interesse pelo que fizemos; nossos povos desejam conhecer os desdobramentos do trabalho que iniciamos.

A Conferência do Rio não termina no Rio.

O espírito em que se desenrolaram as suas discussões e deliberações – o que o Secretário-Geral Boutros-Ghali denominou “espírito do Rio” – deve prolongar-se e projetar-se para muito além de 1992.

A Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável deverá ser expressão fiel desse espírito.

Estamos aqui para forjar a união.

Se por um lado a Conferência não veio contra-arrestar, decisiva e finalmente, as tendências de polarização entre ricos e pobres, por outro, não resta dúvida de que serviu, sobretudo, para aumentar a consciência universal do nosso destino comum.

O mundo sabe hoje, muito mais do que há doze dias, que as questões do meio ambiente e do desenvolvimento não podem ser separadas.

Sabe que é preciso acabar tanto com a poluição consciente, reflexo da primazia do interesse econômico de curto prazo, quanto com a poluição inconsciente, resultado da pobreza, da ignorância, da luta diária pela sobrevivência.

Sabe que é fundamental estabelecer normas internacionais, como as que abrimos aqui à assinatura dos Estados – as Convenções sobre Mudança do Clima e sobre Diversidade Biológica – e firmar compromissos e planos de ação, como a Declaração do Rio, a Agenda 21 e a Declaração sobre Florestas.

O mundo sabe, muito mais do que há doze dias, que devemos contar com um sistema de mecanismos de financiamento para levar recursos novos e adicionais aos projetos e propostas orientados para o progresso sustentável, atendendo às necessidades dos países em desenvolvimento; as decisões adotadas pela Conferência com relação a tais mecanismos constituem passo importante nessa direção.

Sabe que a Rio-92 representa o início de uma caminhada em que as nações e os indivíduos, ricos e pobres, homens e mulheres, irão convergir na luta pela conservação do planeta, pelo desenvolvimento, pela justiça e, em última instância, pela paz mundial.

E sabe, também, que as Nações Unidas desempenham um papel cada vez mais central na história da humanidade; a própria Conferência do Rio demonstra que temas de interesse universal, como o meio ambiente e o desenvolvimento, os temas que dizem respeito ao conjunto da humanidade, só podem ser tratados em foros que congreguem todos os povos, em igualdade de condições.

Senhoras e Senhores,

Em nome de todos os brasileiros, peço que guardem em seu espíritos e corações a lembrança dos dias entre nós.

A Conferência do Rio, que culminou com a Cúpula da Terra, foi uma tarefa de semeadura; a boa colheita dependerá de nosso esforço e dedicação.

Ao nos dispersamos, levemos conosco a certeza de que, nestes doze dias, fomos protagonistas de um momento histórico de conagração e mudança.

Cabe-nos aceitar a orientação de uma nova ética de solidariedade.

O mundo, como lhes disse, não é mais o de 3 de junho: é u pouco melhor, um pouco mais seguro e um pouco mais solidário.

Valeu a pena; estamos no rumo certo e chegaremos lá, com a bênção e a ajuda de Deus!

Muito obrigado a todos”.

Fonte: Estado de São Paulo
Redação

PRESIDENTE COLLOR DEFENDE MUNDO **SOLIDÁRIO**

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Minha gente,

Hoje é um dia em que todos nós brasileiros devemos sentir orgulho do dever cumprido.

Como sabem, sediamos nos últimos doze dias, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92.

Foi a maior reunião de líderes mundiais da história; aqui estiveram as autoridades máximas de quase todos os países da Terra: 61 Presidentes e Monarcas, 40 Primeiros-Ministros, 8 Vice-Presidentes e Príncipe Herdeiro; um total de 175 países estiveram representados na Conferência.

Foi um acontecimento extraordinário, não apenas por essa grande presença de Chefes de Estado e de Governo, mas também, e sobretudo, porque esses governantes – assim como milhares de outros participantes do mundo inteiro – vieram

tratar, minha gente, da questão mais importante para o destino da humanidade: como salvar o Planeta, conservando o meio ambiente e assegurando a vida digna a todos seus habitantes.

Não pode haver um planeta ambientalmente sadio num mundo socialmente injusto.

Depois de muitos debates e negociações, chegamos a resultados importantes.

Em primeiro lugar, começamos a mudar as totalidades: hoje, estou convencido de que a maioria das pessoas acredita, muito mais do que no início da conferência, que é preciso acabar tanto com a devastação da natureza, movida sempre por interesses de curto prazo, quanto com a devastação nascida das situações de carência, a falta de formação e informação, enfim, da extrema pobreza e necessidade.

Em segundo lugar, a maioria compreende, agora que, para esses mesmos desafios, não há soluções parciais: todos precisamos trabalhar juntos para conseguir na prática o que decidimos ao longo destes dias.

Acho que as nações mais prósperas se tornaram mais sensíveis à realidade dos países menos adiantados, e ao de fato de que, para nós salvarmos o planeta, é fundamental agir solidariamente para garantir o bem-estar a cada indivíduo, a cada habitante deste nosso mundo.

Assinamos dois tratados internacionais que mobilizam os países para as importantes tarefas de evitar que o clima da Terra seja prejudicado pela poluição do ar, e de preservar a riqueza da variedade de espécies de plantas e animais.

Firmamos, também, três importantes documentos: a Declaração do Rio e a Agenda 21, que propõe um rumo novo para a história do Terceiro Milênio, e uma resolução com princípios para a utilização racional das florestas.

O Fórum Global, também no Rio, reuniu lideranças expressivas e organizações sociais de todo o planeta, e complementou decisivamente o trabalho da conferência, servindo para reafirmar a luta dos povos por um mundo melhor.

Minha gente,

Em 11 de agosto de 1990, demos o primeiro passo de uma bela caminhada pela vida, quando anunciei, na Floresta da Tijuca, a decisão de sediar a Conferência do Rio de Janeiro.

Nesses dias, o Rio foi a capital da Terra, hospedando líderes de todas as nacionalidades.

Devemos estar orgulhosos: acertamos, fizemos o que tinha de ser feito, e mostramos uma capacidade de organização muito elogiada e apreciada por nossos visitantes.

Além disso, a diplomacia brasileira comprovou seu talento para liderar a realização dos melhores acordos possíveis, ajudando a aproximar posições divergentes.

A Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi fundamental para o mundo, e fundamental também para o Brasil.

Além de reforçar nosso prestígio por sediarmos a Conferência, o reconhecimento pela boa condução de nossa política econômica, e da seriedade de nossos projetos na área ambiental, veio na forma de importantíssimos financiamentos externos.

As cifras são bem mais significativas: do Japão pela primeira vez depois de sete anos e depois da regularização de nossa posição junto ao Clube de Paris, receberemos um bilhão e cem mil dólares; do Banco Mundial, receberemos um bilhão de dólares; do BID, uma carteira que poderá atingir dois bilhões e duzentos milhões de dólares; da Alemanha, trezentos milhões; a soma alcança o total de quatro bilhões e seiscentos milhões de dólares.

São recursos que irão beneficiar a maioria dos Estados brasileiros, criando novos empregos, inclusive os Estados do Nordeste estão beneficiados; Rio de Janeiro, São Paulo, com financiamentos de projetos de recuperação ambiental, como despoluição de rios e baías; preservação da Amazônia; construção ou duplicação de estradas; modernização industrial e tecnológica.

Minha gente,

Por último, quer dizer uma muito especial de agradecimento aos civis e militares que trabalham pelo sucesso da Rio-92 e a todos os fluminenses e cariocas.

O povo do Rio de Janeiro está de parabéns, juntamente com suas autoridades.

Deram uma demonstração de hospitalidade, civilidade, cordialidade e competência, uma demonstração de brasilidade na sua melhor expressão.

A cidade reviveu seus melhores dias que, tenho certeza, continuarão.

Como em outros momentos da vida nacional, o Rio foi a síntese e o símbolo da capacidade e da lama dos brasileiros.

Temos fortes razões de otimismo, que vieram para ficar.

Vamos continuar a construir o nosso grande destino; acabamos de ter mais uma prova de que poderemos realizá-lo antes do que muitos imaginam.

A todos, boa noite, e que Deus nos abençoe.

Fonte: Folha de São Paulo
Redação

POBRES E RICOS: ACORDO POSSÍVEL. **DINHEIRO E COMPROMISSO**

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

Os países pobres receberam na noite de ontem uma proposta de acordo que fica longe de atender suas ambiciosas exigências financeiras, mas parecia ser o único entendimento possível numa das principais discussões da Rio-92. Em troca do compromisso genérico, por parte dos países ricos, de aumentar os financiamentos através dos organismos existentes, os países pobres concordam em cumprir as obrigações assumidas na conferência.

Na véspera, o G-77 (o grupo dos países em desenvolvimento) havia ameaçado não cumprir qualquer item do audacioso programa de ação da Rio-92 caso os ricos não

fizessem promessas específicas de concessões imediatas de substanciais financiamentos, muitos a fundo perdido. Essas exigências praticamente desapareceram na terceira versão do texto base de negociação, apresentada pelo embaixador brasileiro em Washington, Rubens Ricúpero, que preside o grupo de contato sobre finanças.

Após cinco intensas horas de negociação, já estava claro que pelo menos três pontos do texto de 21 parágrafos que circulou teriam provavelmente de ser decididos pelos respectivos ministros. Todos eles se referem aos meios de implementação da Agenda 21. O compromisso, por parte dos países ricos, de destinar 0,7% de seu PIB para ajuda ao desenvolvimento era o principal deles.

Os pobres insistem em que isso ocorra até o ano 2.000. Os Estados Unidos, a Comunidade Européia e o Japão prontificaram-se a atender essa meta "assim que possível". A França conseguiu numa reunião com os países da Comunidade Européia, um consenso para oferecer cerca de US\$ 4,5 bilhões em cinco anos para financiar projetos da Agenda 21.

Fonte: Jornal da Tarde
Redação

ONGs SAEM FORTALECIDAS DO ENCONTRO NO RIO DE JANEIRO

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

O mundo não sai mais verde da Rio-92, mas certamente sai mais atento, com mais dinheiro para projetos ambientais e com instrumentos para cobrar providências concretas. Se antes desses 12 dias de reuniões os governos tinham desculpas para não atacar os problemas ambientais mais graves, agora não têm mais. "Mas ainda cabe à sociedade civil e, principalmente aos consumidores, cobrar a execução de tudo

o que foi prometido”, diz a ex-ministra do Meio Ambiente da Dinamarca Lone Dybkjaer.

As outras questões ambientais – poluição, extinção de espécies, desmatamentos, lixo, desertificação – são complicadas demais, para serem resolvidas por alguns chefes de Estado. “São questões que preocupam a todos nós e envolvem comércio, indústrias e atitudes diárias, por isso só podem ser resolvidas por pessoas reais”, continua.

Os países africanos saíram convencidos de que devem controlar o crescimento populacional. Alguns países do sul asiático – como a Malásia – não abriram mão do direito de explorar as florestas, mas se comprometeram a manter a exploração dentro dos limites considerados sustentáveis. Os países europeus confirmaram a disposição de tomar providências concretas. Eles reconhecem a pressão de seus altos padrões de consumo sobre os recursos naturais e saem do Rio comprometidos com a redução efetiva desse consumo, em iniciativas paralelas à agenda oficial da conferência.

Gás carbônico

O melhor exemplo disso foi a canalização para os fundos ambientais de mais de 1% do Produto Interno Bruto, anunciada pela Noruega, Suécia, Dinamarca, Holanda e França, quando os Estados Unidos e Japão se recusavam a admitir sequer os 0,7% originalmente previstos no capítulo de finanças da Agenda 21. Outro exemplo é a iniciativa de algumas cidades de reduzir as emissões de gás carbônico em 20% até o ano 2005, ou, no caso da Alemanha, em até 25% até o ano 2000.

“Já tínhamos um programa nacional de despoluição e redução das emissões de CO₂ antes da Rio-92, pretendemos mantê-lo e intensificá-lo”, afirma Hans Kaush, da delegação alemã. A Alemanha também vai participar ativamente de uma agência de cooperação e repasse de tecnologias Organização Econômica de cooperação de Desenvolvimento.

Outros centros semelhantes foram criados para ajudar a indústria a contabilizar os custos ambientais e descobrir que a

reciclagem, a eficiência energética e a racionalização do uso de recursos dá lucro.

Benefícios

As agências de cooperação devem ser as grandes beneficiadas com a Rio-92, pois qualquer transformação precisa de programas, regras, treinamento e informação sobre tecnologias e equipamentos, que é o negócio dessas agências. As ONGs também saem fortalecidas da conferência. Conquistaram assento e voto em quase todas as discussões oficiais, asseguraram direito de participação direta em muitos programas de gestão de áreas de conservação e em campanhas educativas ligadas a projetos de governo.

Em contrapartida, vão dividir com os órgãos governamentais e responsabilidade de colocar em prática os acordos acertados no Rio. Além disso, As ONGs de todo o mundo se comprometeram a organizar uma rede de informação, monitoramento e pressão para aplicar os princípios dos 32 documentos preparados durante o Fórum Global , a conferência paralela das ONGs.

A Rio-92 marca, ainda, uma mudança no comportamento das entidades ambientalistas que não se limitaram a protestar e criticar os líderes políticos, mas arregaçaram as mangas e se dispuseram a propor soluções e participar de sua execução.

Fonte: Estado de São Paulo
Liana John/Patrícia Ferraz

O PLANETA REVELA SUA FRAGILIDADE

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

"O planeta Terra nasceu há 4 bilhões e 600 milhões de anos. Não havia ar naquela época. O recém-nascido era uma grande bola de rochas e lava incandescente que brotavam de incontáveis vulcões. Centenas de milhões de anos se passaram até que parte do seu terrível calor fosse perdida no espaço e a atmosfera primitiva esfriasse a uma temperatura abaixo do ponto de ebulição da água. Então a chuva começou a cair das nuvens de vapor. Logo em seguida surgiu a vida no planeta. Durante milhões o simples ato de viver e morrer dos primeiros seres vivos foi mudando a atmosfera criando condições para que novas formas de vida surgissem. A vida moldava a Terra, e a Terra, a vida. Esse processo evolucionário continuou por outros milhões de anos, até que bem mais recentemente, há menos de 100 mil anos, apareceu o homem.

A partir de então, o relacionamento harmônico que existia entre a vida e o planeta começou a sofrer um lento mas progressivo processo de quebra. E, apesar da inteligência que sempre diferenciou o *Homo sapiens* dos outros seres vivos, somente no último século o homem descobriu que não é apenas um espectador passivo do drama da evolução da Terra mas sim uma das forças mais ativas que constantemente formam e alteram o ambiente terrestre. Somos parte do que os cientistas identificam agora como Sistema Solar."

Para entender a posição dos seres humanos hoje no planeta podemos usar a analogia feita recentemente pelo professor americano William Clark, da Universidade Harvard. Segundo ele, o "comportamento da civilização atual não é muito diferente do crescimento exuberante observado depois que bactérias são introduzidas num recipiente que contém riscos nutrientes de cultura". Ele explica que, nesse limitado mundo, o crescimento das bactérias é incontrolável. Cedo ou tarde, porém, à medida que a população de bactérias esgotas seus recursos de sobrevivência - os nutrientes -, ela começa a submergir em seu próprio lixo, e o rápido crescimento inicial é substituído pela estagnação e pelo colapso.

"A analogia com os seres humanos só não é mais similar porque, enquanto a população bacteriana não tem controle e cresce até não poder mais, nós, seres humanos,

podemos nos observar até mesmo da órbita da Terra e chegar a nos questionar se devemos administrar nosso crescimento e de que forma fazê-lo", observa o professor Clark. O planeta, hoje é habitado por mais de 5 bilhões de pessoas que a cada ano se apropriam de 40% do material orgânico produzido pela fotossíntese que ocorre na superfície, queimam o equivalente a 2 toneladas de carvão e produzem cerca de 150 quilos de aço para o homem, mulher e criança, em média.

Os 15 por cento mais ricos da população consomem mais de um terço dos fertilizantes do planeta e mais da metade de sua energia. Por outro lado, cerca de um quarto da população mundial sente fome a maior parte do tempo. Se a presente tendência for mantida, é provável que no próximo século o número de pessoas que estarão tentando extrair sua subsistência do planeta seja o dobro do atual.

Como nosso lar, a Terra é nosso abrigo, fonte de alimento e de recursos materiais. Durante o breve tempo que estamos aqui, temos aprendido a explorá-lo para nosso benefício. Nosso sistema agrícola suporta uma crescente população. Nossa indústria extrai pesadamente os recursos minerais através da crosta terrestre. Nós já exploramos a sua superfície, as calotas de gelo e boa parte das profundezas dos oceanos. Aprendemos a navegar os mares, a sobreviver o Antártico, a voar na atmosfera e a explorar outros planetas vizinhos. Dois séculos atrás, um notável cientista francês, Antoine Laurent Lavoisier, cunhou uma frase que se tornou lugar-comum: "Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma". Hoje, porém, sabemos que certas coisas podem se tornar irreversíveis no funcionamento desses sistema. A extinção dos animais, a poluição em larga escala dos rios por produtos químicos não - degradáveis, o acúmulo de certos gases na atmosfera, a destruição da camada de ozônio são apenas alguns exemplos marcantes.

Fonte: Rio Plus
Jacques Marcovitch/Umberto G. Cordani/Eneas Salati

MITTERRAND APONTA FALTA DE OUSADIA EM TRATADOS

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Junho de 1992

O presidente da França, François Mitterrand, considerou pouco ousados os compromissos firmados até agora na Rio-92 para garantir a limpeza do ar e a proteção das espécies vegetais e animais do planeta. Por isso, propôs o slogan "Rio-92 sinônimo de esperança" para caracterizar o encontro mundial realizado no Brasil, do qual participou por apenas sete horas.

Mitterrand deu provas de ousadia ao relançar a proposta de criação de uma "alta autoridade mundial" responsável pelo acompanhamento das questões ambientais. A idéia foi levantada pela primeira vez na conferência de ambiente de Haia, 1989. O Brasil se opôs a essa proposta e o episódio resultou num mal entendimento diplomático entre os dois países.

Ameaça verde

Em seu discurso no Riocentro, no entanto, Mitterrand foi cuidadoso ao retomar a proposta sob a forma de criação de uma Comissão de Desenvolvimento Durável, "o primeiro passo para esta alta autoridade mundial". O Brasil e outros países em desenvolvimento vêem nessa idéia uma ameaça "verde" à soberania nacional, porque consagraria o chamado direito de ingerência, preconizado pelo governo francês.

A expectativa de ouvir as palavras do dirigente francês fez com que o plenário mundial da conferência ficasse lotado, assim como já havia ocorrido durante os discursos dos presidentes George Bush e Fidel Castro, Mitterrand começou solene, filósofo, com a constatação de que "o homem não pode ser separado da natureza, porque ele é natureza" – o homem que "é capaz de aniquilar a Terra, e a si próprio".

Propostas

Com o objetivo de transformar a Terra em “nosso lar, nosso jardim”, Mitterrand propôs três objetivos básicos:

1. Conhecer melhor o planeta, a começar pela biosfera;
2. Delimitar o papel dos países do Norte, que devem preservar e restaurar seus próprios territórios, sem exportar resíduos tóxicos para o Sul;
3. Que o Sul, seja qual for sua necessidade de desenvolvimento, não se isente a uma preocupação com a biosfera, “única para todos”.

Os países em desenvolvimento, acrescentou Mitterrand, podem aprender com os países industrializados a não poluir e assim

não incorrer nos mesmos erros do passado. O presidente francês pediu “um esforço planetário de solidariedade” que facilite a transferência de tecnologias limpas do Norte para o Sul. “A ecologia não é um luxo dos países do Norte”, disse. Segundo Mitterrand, a Humanidade nunca teve objetivos tão ambiciosos e a Rio-92 deve ser encarada como o início de um processo.

Antes de Mitterrand, a tribuna foi ocupada pela primeira-dama da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que se declarou profundamente decepcionada com a “falta de compromissos financeiros adequado”. “Quando chegarmos ao nosso consenso final aqui no Rio, teremos dado não um pequeno passo, nem um passo gigante”, disse Gro Harlem. “Mas a direção para onde deveremos ir terá sido fixada.”

Fonte: Estado de São Paulo
Moisés Rabinovici/Napoleão Sabóia